UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO - PPGC
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO E CULTURAS MIDIÁTICAS

LUCÉLIA GOMES PEREIRA

REPRESENTAÇÕES DO ORIENTE MÉDIO NA IMPRENSA: UMA ANÁLISE DA EDITORIA INTERNACIONAL NOS JORNAIS FOLHA DE S. PAULO E O GLOBO

JOÃO PESSOA
2021

LUCÉLIA GOMES PEREIRA

REPRESENTAÇÕES DO ORIENTE MÉDIO NA IMPRENSA: UMA ANÁLISE DA EDITORIA INTERNACIONAL NOS JORNAIS FOLHA DE S. PAULO E O GLOBO

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGC) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito para obtenção do título de mestre em Comunicação e Culturas Midiáticas.

Linha de pesquisa: Mídia, Cotidiano e Imaginário

Orientador: Prof. Dr. Thiago Pereira Falcão
Coorientador: Prof. Dr. Rodrigo Martins Aragão

JOÃO PESSOA

2021

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

P436r Pereira, Lucélia Gomes.
Representações do Oriente Médio na imprensa : uma análise da editoria internacional nos jornais Folha de S. Paulo e O Globo / Lucélia Gomes Pereira. - João Pessoa, 2021.
138 f. : il.

Orientação: Rodrigo Martins Aragão.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Representações sociais. 2. Oriente Médio. 3. Orientalismo. 4. Jornalismo internacional. 5. Folha de S. Paulo. 6. O Globo. I. Aragão, Rodrigo Martins. II. Título.

UFPB/BC CDU 316.6(043)

Elaborado por Larissa Silva Oliveira de Mesquita - CRB-15/746

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURAS MIDIÁTICAS

ATA DE DEFESA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DA ALUNA

LUCÉLIA GOMES PEREIRA

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas, realizou- se através de videoconferência (https://meet.google.com/bob-ojfr-gkk?authuser=1), a sessão pública de defesa da Dissertação intitulada: "Representações do Oriente Médio na imprensa: Uma análise da editoria internacional nos jornais Folha De S. Paulo E O Globo", apresentada pela aluna Lucélia Gomes Pereira**,** Bacharel em Jornalismo, pela Universidade Federal da Paraíba, que concluiu os créditos exigidos para obtenção do título de MESTRE EM COMUNICAÇÃO, área de Concentração em Comunicação e Culturas Midiáticas, segundo encaminhamento do Prof. Dr. Thiago Pereira Falcão, Coordenador do Programa de Pós–Graduação em Comunicação da UFPB e segundo os registros constantes nos arquivos da Secretaria da Coordenação da Pós–Graduação. O Prof. Dr. Thiago Pereira Falcão (PPGC/UFPB), na qualidade de orientador, presidiu a Banca Examinadora da qual fez parte a professora Dra. Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes (UFPE) e os profesores doutores Rodrigo Martins Aragão (DECOM/UFPB) e Fábio Bacila Sahd (UFMA). Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente, Prof. Dr. Thiago Pereira Falcão, convidou os membros da Banca Examinadora para comporem a mesa. Em seguida foi concedida a palavra à mestranda para apresentar uma síntese de sua Dissertação, após o que foi argüida pelos membros da Banca Examinadora. Encerrando os trabalhos de argüição, os examinadores deram o parecer final sobre a Dissertação, à qual foi atribuído o seguinte conceito: APROVADA. Proclamados os resultados pelo Prof. Dr. Thiago Pereira Falcão, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos, e para constar eu, Thiago Pereira Falcão (Secretário ad hoc) lavrei a presente ata que assino juntamente com os demais membros da Banca Examinadora. João Pessoa, 25 de março de2021.

Profª. Drª. Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes

Prof. Dr. Fábio Bacila Sahd

Prof. Dr. Rodrigo Martins Aragão
Co-Orientador

Prof. Dr. Thiago Pereira Falcão
Presidente da Banca

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que de formas visíveis e invisíveis fez com que minha vida se alinhasse aos propósitos que desejei alcançar. Agradeço ao tempo, que sempre finge não saber que eu gostaria que ele parasse ou me esperasse, mas que, insubmisso como a vida, me ensinou que eu preciso aprender a fazer as pazes com ele enquanto caminho. Cada dia e mês dedicado à realização da presente dissertação me trouxe ensinamentos pessoais e profissionais. Me ensinaram que o caminho só é feito caminhando.

Sou imensamente grata ao meu orientador Rodrigo Martins Aragão, pelas incontáveis vezes em que seus comentários, críticas pedagógicas, elogios e conversas me esclareceram dúvidas e inquietações. Em meio a um ano atípico como 2020, tive a sorte de ser orientada por alguém tão dedicado, paciente e atento. Obrigada pela constante disponibilidade em me ajudar e por ter embarcado comigo nessa jornada.

Agradeço aos membros da minha banca de qualificação: Nataly de Queiroz e Fábio Bacila, pela leitura comentada e pelas sugestões de aperfeiçoamento metodológico e teórico do trabalho ao longo dos últimos meses. Obrigada pelo olhar atento com o qual avaliaram meu trabalho!

Agradeço à professora Sandra Raquew Azevedo, por desde o meu início no mestrado ter prontamente aceito o convite de me auxiliar na orientação do que ainda era apenas um projeto de dissertação. Estendo o agradecimento, também, a todos os outros docentes que ministraram as disciplinas que cursei. Cada ensinamento dado contribuiu de alguma forma para o meu amadurecimento acadêmico ao longo desse processo.

Sou grata a todos os meus colegas de curso, com quem compartilhei aulas, trabalhos, alegrias, dúvidas, inseguranças e desafios durante esse período. A caminhada torna-se mais fácil quando estamos acompanhados de pessoas que vibram na mesma sintonia que nós e nos ajudam a passar pelos diversos desafios presentes na pós-graduação.

Por fim, deixo registrado meu agradecimento a todos os pesquisadores citados nas referências desta dissertação. O trabalho de cada um deles foi valioso para minha pesquisa, bem como pro fortalecimento do meu desejo de seguir na carreira acadêmica.

Estas páginas nas quais o meu trabalho está registrado são o espaço visível de convergência dos ensinamentos, apoio e contribuições de todas as pessoas citadas nesse item de agradecimento.

RESUMO

O Oriente Médio está constantemente presente nas narrativas jornalísticas brasileiras, dada sua localização estratégica e importância geopolítica para o mundo. Frequentemente, as informações sobre a região dividem espaço com um sistema de crenças estereotipadas e generalistas sobre as populações e características dos países que a compõem, denominada por Said (2007) como Orientalismo. Os meios de comunicação de massa são objetos fundamentais nessa relação, pois fornecem constantemente informações sobre a região. Nesse contexto, a presente pesquisa propõe identificar e comparar as representações do Oriente Médio veiculadas pelas editorias internacionais dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo, com o objetivo central de responder à questão: como o Oriente Médio é representado pelos dois veículos impressos? Nosso aporte teórico debruça-se sobre o conceito de Orientalismo (SAID, 2007), seu imbricamento com as Representações Sociais (MOSCOVICI, 2007) e como esses dois fenômenos manifestam-se nas narrativas jornalísticas. Nosso *corpus* analítico consiste nas matérias veiculadas pelos jornais Folha de S. Paulo e O Globo – em suas versões impressas, no período de 01 de janeiro a 31 de maio de 2018. Utilizamos como suporte metodológico a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016), em sua modalidade temático-categorial, baseada nas categorias de Conflitos e Questões de Gênero e Identitárias. Ao fim do trabalho, as análises permitiram identificar que a cobertura sobre a região persiste ancorada em elementos de negatividade, como o sofrimento e a violência. Detectamos, também, a proeminência dada a avaliações ocidentais sobre a região. Além disso, verificamos a existência de uma agenda de questões relacionadas a pautas femininas e identitárias, presentes ao longo dos meses de exploração do *corpus*.

Palavras-chave: Representações Sociais; Oriente Médio; Orientalismo; Jornalismo internacional, Folha de S. Paulo; O Globo.

ABSTRACT

The Middle East is constantly present in Brazilian journalistic narratives, given its strategic location and geopolitical importance to the world. Often, information about the region shares space with a system of stereotyped and generalist beliefs about the populations and characteristics of the countries that compose it, called by Said (2007) as Orientalism. The mass media are fundamental objects in this relationship, as they constantly provide information about the region. In this context, the present research proposes to identify and compare the representations of the Middle East broadcast by the international editorials of the newspapers Folha de S. Paulo and O Globo, with the central objective of answering the question: how is the Middle East represented by the two printed media? Our theoretical contribution focuses on the concept of Orientalism (SAID, 2007), its overlap with Social Representations (MOSCOVICI, 2007) and how these two phenomena are manifested in journalistic narratives. Our analytical corpus consists of the articles published by the newspapers Folha de S. Paulo and O Globo - in their printed versions, from January 1 to May 31, 2018. We use Content Analysis as methodological support (BARDIN, 2016), in its thematic-categorical modality, based on the categories of Conflicts and Gender and Identity Issues. At the end of the work, the analyzes made it possible to identify that coverage over the region remains anchored in elements of negativity, such as suffering and violence. We have also detected the prominence given to Western assessments of the region. In addition, we verified the existence of an agenda of issues related to female and identity guidelines, present throughout the months of exploration of the corpus.

Keywords: Social Representations; Middle East; Orientalism; International journalism, Folha de S. Paulo; O Globo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – FSP repercute ataque de coalizão dos EUA contra Síria 95
Figura 2 – O Globo repercute ataque de coalizão dos EUA contra Síria 98
Figura 3 – Matéria Rastro jihadista tóxico 101
Figura 4 – Matéria O abandono dos curdos 102
Figura 5 – Matéria Rebeldes com causa 114

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Origem das matérias na Folha de S. Paulo 68
Gráfico 2: Origem das matérias em O Globo 70
Gráfico 3: Origem das matérias – comparativo entre FSP e O Globo 72
Gráfico 4: Formatos das matérias na Folha de S. Paulo 74
Gráfico 5: Formatos das matérias em O Globo 77
Gráfico 6: Formato das matérias – comparativo entre FSP e O Globo 79

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Temas-eixo no jornal O Globo 80
Quadro 2: Temas-eixo no jornal Folha de S. Paulo 81

LISTA DE ABREVIATURAS

AC	Análise de Conteúdo
FSP	Folha de S. Paulo
EI	Estado Islâmico
OM	Oriente Médio
ONU	Organização das Nações Unidas
RS	Representações Sociais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11
2 O ORIENTALISMO E SUA INTERFACE COM A IMPRENSA 17
2.1 ORIENTALISMO 17
2.1.1 O Orientalismo na mídia 21
2.2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E ESTUDOS DE MÍDIA 28
2.2.1 Representações sociais na mídia 30
2.3 A NOTÍCIA COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL 33
2.3.1 Agendamento midiático 36
2.3.2 Enquadramentos midiáticos: perspectivas teóricas 39
2.4 JORNALISMO INTERNACIONAL: ORIGEM E VEÍCULOS BRASILEIROS 44
2.4.1 O Globo 50
2.4.2 Folha de S. Paulo 53
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 55
3.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO: APLICAÇÕES NA PESQUISA 61
4 O ORIENTE MÉDIO NO CADERNO MUNDO DOS JORNAIS FOLHA DE S. PAULO E O GLOBO 67
4.1 APRESENTAÇÃO DO CORPUS DA PESQUISA: DADOS QUANTITATIVOS 67
4.1.1 Origem das matérias 67
4.1.2 Formatos das matérias 72
4.1.3 Temas-eixo das matérias 80
4.2 ANÁLISE QUALITATIVA: APRESENTAÇÃO DAS CATEGORIAS 85
4.2.1 Conflitos: A cobertura dos protestos no Irã 87
4.2.2 Conflitos: A cobertura da Guerra na Síria 94
4.2.3 Conflitos: As consequências para as populações 99
4.2.4 Questões de Gênero e Identitárias 105
4.2.4.1 Manifesto de jovens israelenses contra serviço militar 113
4.2.5 Representações do Oriente Médio na FSP e O Globo: perspectivas gerais 115
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 123
REFERÊNCIAS 127
APÊNDICE A – TEMAS-EIXO NOS JORNAIS FSP E O GLOBO 137

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, o fenômeno da globalização acarreta uma constante integração econômica, cultural e política entre países, regiões e indivíduos. O que acontece além das fronteiras nacionais de um país influi cada vez mais no resto do mundo, em domínios como a as culturas, o consumo e as relações sociais. Esse processo de integração e interdependência simultânea em escala global ocasiona a necessidade de que os acontecimentos e mudanças em diferentes localidades do planeta, sobretudo países e regiões mais influentes, precisem ser cada vez mais transmitidas e tornadas públicas. Nesse contexto, os meios de comunicação são instrumento primordial na mediação entre as nações e na divulgação das informações diárias sobre o mundo. Especialmente pelos noticiários internacionais, o público recebe informações sobre o que acontece fora de seus limites de interação e contato físico direto. Nesse processo, o jornalismo internacional, seja ele veiculado por veículos impressos, emissoras de rádio, TV ou meio digital, torna-se cada vez mais relevante.

Entre os territórios constantemente presentes nos noticiários internacionais está o Oriente Médio (OM). A localização estratégica, relação com países ocidentais, ocorrência de conflitos internos e importância geopolítica para as relações internacionais são fatores que fazem da região elemento quase diário no jornalismo. Ela está localizada na Ásia, em território de fronteira entre a África e a Europa, abrangendo 17 países.

O termo Oriente Médio foi cunhado pelos ingleses, à época do império britânico, no início do século XX, fazendo referência à área situada entre a costa oriental desde o Mediterrâneo até o Afeganistão e da anatólia central até a Península Arábica (ZAHREDDINE; LASMAR; TEIXEIRA, 2011). Os franceses preferiam chamar de Oriente Próximo. Apesar da falta de concordância em relação ao termo mais adequado, neste trabalho usaremos apenas Oriente Médio, tendo em vista que essa expressão é a mais divulgada e incorporada ao uso.

As informações sobre a região dividem espaço com representações estereotipadas e preconceituosas sobre as populações e características dos países que a compõem. Said (2007) defende que a partir do século XVIII o Ocidente – especialmente França, Inglaterra e EUA – criou e mantém um sistema de crenças simplistas sobre as populações do Oriente. Em especial, o território chamado de Oriente Médio. As crenças foram marcadas por uma visão própria e eurocêntrica sobre o Oriente. Esse sistema é denominado pelo autor como Orientalismo. Nesses termos, o Oriente não é somente uma área geográfica, mas também um entendimento formado por uma geografia imaginativa, correspondente à ideia de divisão entre Leste e Oeste, ou

Oriente e Ocidente, que formatam um pensamento dicotômico sobre o que corresponde às duas regiões.

Esse pensamento é frequentemente marcado pela oposição entre “nós”, povos e características ocidentais; e “eles”, povos e características generalizantes tidas como orientais. A geografia imaginativa é usada a mando de interesses internacionais, sobretudo de projetos políticos da América do Norte e Europa, por meio de atividades imperialistas e pós-coloniais. Entre as características historicamente atribuídas ao médio-Oriente estão a tendência ao despotismo, a violência como elemento frequente no cotidiano dos países da região e a associação entre o terrorismo com as populações árabes e muçulmanas.

O Orientalismo foi criado e se mantém com base na ideia de conhecimento sobre o Oriente Médio. Os meios de comunicação de massa são fundamentais nessa relação, pois fornecem constantemente informações sobre a região. As Representações Sociais (RS) (MOSCOVICI, 2007) são uma série de modelos de compreensão da realidade que explicam objetos, pessoas, situações, entre outros elementos, construindo formas de conhecimento descritivo e interpretativo sobre tais itens. A presença delas na mídia delineia os moldes por onde a região é vista e percebida no resto do mundo, formando quadros de leitura do ambiente social. Representações e categorizações existem em qualquer situação de confronto com um elemento novo e ainda desconhecido.

Para o Oriente Médio, as categorizações e representações foram e ainda são elementos prejudiciais porque, entre outras razões, o Ocidente esteve em uma posição de poder econômico e supremacia militar, e valeu-se de tal condição privilegiada como ferramenta para exercer domínio sobre a região (SAID, 2007; BANAJI, 2019; WAINBERG, 2007). O conhecimento, portanto, se constituiu como base para o poder ocidental exercido sobre o Oriente, como em relação ao controle econômico e político.

Nesse sentido, as representações que circulam publicamente pelos meios de comunicação dão eficácia ao Orientalismo. Estas, têm passado por mudanças ao longo do tempo, em decorrência de novas conjunturas históricas, mas mantém as mesmas bases de pensamento que originalmente estruturaram o sistema fechado de ideias. Essa propriedade é percebida na literatura acadêmica sobre o tema. Entre os exemplos estão o emprego de generalizações, simplificações e falta de contextualização nos discursos jornalísticos que abordam o Islã (GOMES, 2012), a constante presença da violência como tema das notícias, em detrimento de abordagens plurais (DEMANT, 2004), o uso do termo terrorista para se referir aos árabes na cobertura midiática do conflito entre palestinos e o Estado de Israel no início do século XX (RESENDE; ROSSIGNOLI, 2015), a retomada e reconfiguração do Orientalismo

dos tempos colonialistas pelas potências euro-americanas após os atentados aos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001, dando espaço a representações islamofóbicas nas mídias, como a demonização da religião e associação do Islã ao machismo dos praticantes (MUÑOZ-FORERO, LIMA, 2017) e o uso dos mitos do terrorismo e fundamentalismo muçulmano na imprensa brasileira (SAHD, 2011). Essas características evidenciam a presença de velhas bases de ideias orientalistas presentes na atualidade reforçando um pertinente corpo de ideias redutivas sobre uma diversidade de populações, países, culturas e práticas religiosas.

Especialmente em relação à imprensa, os processos de agendamento temático, apresentação de eventos, valorização e destaque a algumas informações, entre outros elementos naturais do processo jornalístico de construção de narrativas são elementos por meio das quais as representações manifestam-se. O jornalismo tem como característica ser um retrato particular dos acontecimentos. A divulgação desses episódios é moldada pelos processos de produção, narração e apresentação da informação.

No caso do segmento do jornalismo internacional, a complexidade de fatores relacionados à editoria influi no produto final que chega ao público. Os limites financeiros, a dificuldade de acesso à determinadas fontes, o grande volume de conteúdos do exterior recebidos diariamente, a inviabilidade econômica de se manter uma rede ampla de correspondentes internacionais e a necessidade de recorrer com frequência aos despachos enviados pelas agências de notícias estrangeiras são alguns dos itens que, justapostos, afetam os conteúdos publicados, no concernente aos temas abordados, às fontes que ganham voz e às imagens que são veiculadas sobre um determinado tema, por exemplo.

Isto posto, a presente dissertação propõe identificar as representações do Oriente Médio veiculadas pelos jornais Folha de S. Paulo e O Globo, com o objetivo central de responder à seguinte questão: Como o Oriente Médio é representado pelos jornais Folha de S. Paulo e O Globo? Nossos objetivos específicos são explorar as características da cobertura dada pelos periódicos a assuntos ligados ao Oriente Médio, verificar a existência de concepções orientalistas presentes na cobertura feita por eles e, por fim, comparar o agendamento da cobertura dos dois jornais impressos, com a finalidade de identificar possíveis similaridades ou disparidades no acervo de Representações Sociais apresentadas sobre a região.

Temos como hipótese norteadora a afirmação de que os jornais fornecem diariamente um conjunto de representações do Oriente Médio que o abordam sob um enfoque predominantemente negativo e carregado de vieses característicos do Orientalismo . De forma recorrente, o noticiário internacional expõe a região por meio de narrativas persistentes que enfocam ocorrências de violência, com pouca contextualização dos acontecimentos e

recorrendo a construções que a relacionam com os sentimentos de tensão e medo, além de posicionamentos ocidentais que constroem imagens de países médio-orientais como potenciais ameaças para o resto do mundo.

Nosso corpus analítico será formado pelas matérias veiculadas no caderno Mundo dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo – em suas versões impressas – no período de 01 de janeiro a 31 de maio de 2018. A escolha pelos jornais se deu pelo desejo de trabalhar com veículos de abrangência nacional, altas tiragens e tradição histórica na imprensa brasileira.

O período compreende duas datas marcantes para a história e atualidade da região, além de serem marcos significativos da interferência externa no local: o aniversário de 70 anos de fundação do Estado de Israel e os 7 anos de início da Guerra na Síria. Em relação a este último evento, em especial, é relevante lembrar que trata-se de um conflito originário a partir da Primavera Árabe, conjunto de levantes populares eclodidos a partir de 2010 em países de maioria árabe, que clamavam por melhores condições sociais e pela queda de governos autoritários. A Primavera Árabe contrariou a visão de que tais populações só se reuniam por questões de natureza religiosa e torna relevante lançar um olhar atento a como as pautas populares ligadas ao período pós-Primavera aparecem nos veículos de imprensa tradicionais, em uma época na qual já se sabe que os povos da região têm uma agenda ampla de demandas.

O poder da imprensa em divulgar ou reforçar conhecimentos sobre o mundo confere importância à necessidade de explorar sob quais representações o Oriente Médio aparece. Reconhecemos a existência de fatores externos ao jornalismo atuando nas representações, além da ocorrência de outras modalidades de relações de conhecimento, mas consideramos os conteúdos jornalísticos como dotados de centralidade na divulgação de ideias sobre a região. No gênero jornalístico, as representações sobre um objeto nem sempre são visíveis de forma imediata, podendo aparecer sob moldes complexos, a partir de contextos sutis na comparação de narrativas. Ao explorar o agendamento de jornais nas coberturas sobre o Oriente Médio, temos a possibilidade de visualizar com atenção o reservatório de representações apresentadas sobre a região e, consequentemente, verificar se estas coincidem com a tese do Orientalismo.

Para identificar as representações presentes nas coberturas sobre o Oriente Médio utilizaremos a Análise de Conteúdo (AC) em sua modalidade temático-categorial (BARDIN, 2016), como forma de sistematização e organização da pesquisa. Relacionaremos os agendamentos e os enquadramentos – elementos que compõem as representações expressas nos conteúdos das mensagens impressas – com um levantamento quantitativo dos formatos, origem e temas-eixo presentes nas coberturas sobre a região, tópicos inseridos no contexto das rotinas jornalísticas no processo de construção noticiosa. A articulação do uso da AC temático-

categorial com a observação de indicadores quantitativos permite-nos produzir uma análise que leva em conta diferentes fatores úteis para a detecção das características das coberturas.

O presente trabalho está estruturado em quatro partes. Na primeira delas, de natureza introdutória, apresentamos a visão geral dos elementos que compõem e orientam a pesquisa, tais como o objeto de estudo, o objetivo geral e os específicos, a importância do tema, a origem da pesquisa e a hipótese que norteia a investigação.

A segunda parte, denominada O Orientalismo e sua Interface com a Imprensa, é composta pela fundamentação teórica, no qual expomos os conceitos que são indispensáveis para o entendimento do tema e realização das análises posteriores. Nela, abordamos a tese do Orientalismo, principalmente suas características fundamentais e o vínculo com a mídia. Para isso, interessa-nos saber como o Orientalismo relaciona-se com o conceito de Representações Sociais, proposto por Moscovici (2007). Entendendo o que é o Orientalismo e os meios pelos quais as ideias orientalistas se manifestam, avançamos na discussão apresentando os imbricamentos entre as Representações Sociais e os estudos de mídia, especialmente em relação a como as representações são percebidas e estudadas na esfera do jornalismo.

Ainda na fundamentação teórica, nos debruçamos nos estudos do jornalismo como construtor da realidade, enfocando em alguns dos instrumentos que ajudam na compreensão sobre os mecanismos de que o trabalho jornalístico faz uso na construção das suas narrativas, como o agendamento, as perspectivas teóricas dos enquadramentos e os valores-notícia. Por fim, trouxemos um resgate histórico do jornalismo internacional. Além disso, apresentamos de modo geral os dois jornais impressos brasileiros que serão instrumentos de nossa análise: a Folha de S. Paulo e O Globo.

A terceira parte é composta pelos Procedimentos Metodológicos, trazendo o detalhamento dos passos que guiaram a organização do trabalho e dos dados apresentados. Explicamos como estruturamos o *corpus* de pesquisa, como obtivemos os dados quantitativos do material jornalístico e relevância em apresentá-los no trabalho. Além disso, explicamos as fases e usos da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016), conjunto de técnicas empregada para explorar as representações do Oriente Médio nos cadernos internacionais dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo com base em duas categorias analíticas.

Por fim, em O Oriente Médio no caderno Mundo dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo, trazemos dados quantitativos sobre os cinco meses de conteúdo explorados. Guiados pela disposição de ter uma perspectiva geral das características das matérias que compõem nosso *corpus*, elencamos de forma quantitativa e descritiva alguns dos principais elementos que compõem a cobertura dos dois jornais. São eles: a origem e autoria das matérias e os formatos

dos conteúdos e os temas-eixo. A intenção é esclarecer as especificidades da cobertura dos cinco meses, facilitando o entendimento do leitor sobre os apontamentos a serem levantados ao longo da pesquisa. Em seguida, iniciamos a análise de conteúdo temático-categorial, baseada nas categorias de análise Conflitos e Questões de Gênero e Identitárias.

2 O ORIENTALISMO E SUA INTERFACE COM A IMPRENSA

2.1 ORIENTALISMO

O Oriente Médio é a região geográfica que está situada na Ásia, entre uma região fronteiriça entre a África e a Europa. A expressão Oriente Médio foi empregada pela primeira vez por ingleses, no início do século XX, para se referir às terras localizadas entre a costa oriental desde o Mediterrâneo até o Afeganistão e da anatólia central até a Península Arábica (ZAHREDDINE; LASMAR; TEIXEIRA, 2011). A região é formada pelos países Afeganistão, Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Irã, Iraque, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Omã, Síria, Turquia e pelos Territórios da Autoridade Nacional Palestina (GRINBERG, 2002).

De acordo com o historiador e escritor palestino Said (2007), historicamente o Ocidente (leste) criou um modo próprio e frequentemente distorcido e negativo para representar e descrever o Oriente (oeste), região que englobaria sobretudo a África, Ásia, Oriente Médio e América do Sul (BANAJI, 2019). É importante estabelecer que essas noções de Ocidente e Oriente são mais conceitos históricos e políticos do que puramente geográficos. Hall (2016) entende que chamar uma região, sociedade ou país como ocidental tornou-se sinônimo para classificá-la como desenvolvida, industrializada e capitalista, enquanto concebemos como orientais as que não podem ser classificadas como “modernas”.

Said (2007) chama o sistema de conhecimento distorcido sobre o Oriente de Orientalismo. O Orientalismo se manifesta no cinema, na literatura colonial, em relatos de viagem e explorações, se estendendo aos meios de comunicação, à imprensa e a outros ambientes. A prática orientalista teve início na antiguidade e se fortaleceu entre os séculos XVIII e XIX, após a expansão europeia e o domínio napoleônico. Em linhas gerais, o conceito pode ser definido como:

> [...] um estilo de pensamento baseado numa distinção ontológica e epistemológica feita entre o “Oriente” e (na maior parte do tempo) o “Ocidente”. Assim, um grande número de escritores, entre os quais poetas, romancistas, filósofos, teóricos políticos, economistas e administradores imperiais, têm aceitado a distinção básica entre o Leste e o Oeste como ponto de partida para teorias elaboradas, epopéias, romances, descrições sociais e relatos políticos a respeito do Oriente, seus povos, costumes, “mentalidade”, destino e assim por diante (SAID, 2007, p. 29).

O Orientalismo passa por três sentidos principais: acadêmico, imaginativo e histórico-material. O primeiro compreende as pesquisas científicas acerca do Oriente, nos âmbitos de disciplinas como Antropologia, Sociologia e História. O Orientalismo como estilo imaginativo engloba a tendência de pensamento que faz uma distinção entre Oriente e Ocidente, baseando-

se na diferenciação como ponto de partida para elaborar teorias que caracterizam e descrevem os povos orientais, seus costumes, linhas de pensamento, etc.

Por fim, o terceiro sentido apontado pelo autor é de cunho material, onde o Orientalismo manifesta-se com os objetivos de dominar e ter autoridade sobre o Oriente. A partir desse sentido, Said (2007) apropria-se dos estudos de Foucault sobre a relação entre discursos e poder, para considerar o Orientalismo uma forma discursiva usada como exercício de saber e poder. O discurso, para Foucault (2009) constitui um conjunto de enunciados que recebem suporte histórico e institucional para se manter válidos e aceitos em uma época. O conceito de discurso é evocado no sentido de como a junção entre o conhecimento e a realidade produzem uma tradição que desenvolve um senso de compreensão verdadeira sobre um objeto. Cada período histórico e cada sociedade tem seus tipos de discursos que são aceitos como legítimos. À época do desenvolvimento do Orientalismo, por exemplo, o pensamento sobre o Oriente estruturou-se através de um discurso primeiramente religioso, e posteriormente científico e intelectual, que manteve esse sistema de representações.

Na relação que Said faz entre Orientalismo e a teoria foucaultiana, o discurso orientalista é usado para manter o poder ocidental sobre a região. Poder este que não se restringe à tradicional concepção de coerção ou controle físico, mas também no campo discursivo. Os discursos são, nesse sentido, elementos centrais na sustentação das relações de poder hegemônico, onde o saber sobre o Oriente é uma forma de manter o poder político e o domínio sobre ele, em áreas diversas. O conhecimento sobre a região refletiu os interesses imperialistas, inicialmente britânicos e franceses, e mais recentemente, norte-americanos. Para Foucault (2005, p. 51), todo conhecimento possui ligação com uma luta pelo poder, tendo em vista que "o poder político não está ausente do saber, ele é tramado com o saber." O autor considera que o discurso é o resultado das relações de poder entre os indivíduos. Em síntese, o discurso é uma das bases de sustentação desse poder e, por isso, a relação entre saber e poder está na base da estrutura orientalista.

Os três sentidos apresentados são interdependentes entre si e tomam como base para estabelecer descrições e julgamentos uma divisão geral entre "nós", o que é considerado como Ocidente; e "eles", o Oriente (SAID, 2007), pondo o Oriente de modo geral – e o Oriente Médio em particular – como a manifestação do que seria "o outro", ou seja: aquilo que é desconhecido, estrangeiro ou estranho. Para Mignolo (2017, p. 18), a categoria de "outro" não surge de modo natural ou espontâneo, mas antes precisa ser inventado e manifestar-se através do discurso.

> Quem inventou o "outro" senão o "mesmo" no processo de construir-se a si mesmo? Tal invenção é o resultado de um enunciado. Um enunciado que não

> nomeia uma entidade existente, mas que a inventa. O enunciado necessita um (agente) enunciador e uma instituição (não é qualquer um que pode inventar o anthropos); mas para impor o anthropos como "o outro" no imaginário coletivo é necessário estar em posição de gerenciar o discurso (verbal ou visual) pelo qual se nomeia e se descreve uma entidade (o anthropos ou "o outro"), e conseguir fazer crer que esta existe. Hoje a categoria de anthropos ("o outro") vulnera a vida de homens e mulheres de cor, gays e lésbicas, gentes e línguas do mundo não-europeu e não-estadunidense desde a China até o Oriente Médio e desde a Bolívia até Gana.

O viés preconceituoso sobre o "outro" necessita de apoio para se perpetuar no imaginário coletivo, seja através de discursos expressamente verbais ou não. No que tange à tese do Orientalismo, este se "[...] expressa e representa essa parte em termos culturais e mesmo ideológicos, num modo de discurso baseado em instituições, vocabulário, erudição, imagens, doutrinas, burocracias e estilos coloniais (SAID, 2007, p. 28)". Banaji (2019) argumenta que os 'outros', ou seja, os povos não pertencentes à Europa, foram historicamente classificados de modo negativo através de categorizações e generalizações que os descrevem como diferentes, inferiores, exóticos, violentos, cruéis e não civilizados, entre outros atributos pejorativos, contrapondo-se à disseminação do Ocidente como racional, superior, democrático e civilizado. Ademais, o Orientalismo é frequentemente abordado em relação com outros modos de preconceito com o diferente ou estrangeiro, como o racismo (VAN DICK, 2010; BANAJI, 2019), o colonialismo (SAID, 2007; 2011) e a xenofobia (MUNIZ, 2016), conjunto de processos definidores que somados atuam na manutenção do discurso orientalista.

Entre as principais características atribuídas pelo Ocidente ao Oriente estão a sensualidade e a tendência ao despotismo e violência; crenças homogeneizantes que caracterizam a região aludindo-a à ideia de mentalidade atrasada e hábitos imprecisos; a representação tradicional de que sua população não compartilha dos valores tidos como ocidentais e "nossos"; além de construções reducionistas que representam os habitantes sob termos genéricos tais como 'América', 'Ocidente' ou 'Islã', "inventando identidades coletivas para multidões de indivíduos que na realidade são muito diferentes uns dos outros [...] (SAID, 2007, p. 25)." A disseminação de um conjunto de imagens estáticas, generalizantes e reducionistas acerca de povos, culturas e lugares que compõem o Oriente Médio ignora que esses grupos possuam diversas particularidades e diferenças entre si, além de passarem por transformações ao longo do tempo.

As categorias mais afetadas por representações orientalistas são os árabes e os muçulmanos (SAID, 2007), dada a constante associação coletiva feita entre essas populações, ainda que se tratem de grupos diferentes. Ser árabe é pertencer a um grupo étnico que fala a língua árabe, e ser muçulmano é ser praticante da religião Islã, fundada por Maomé

(ZAHREDINNE; LASMAR; TEIXEIRA, 2011). Apesar de o idioma árabe e o Islã terem forte ligação ao longo da história, existem povos árabes moradores do Oriente Médio que não são muçulmanos, bem como muçulmanos não árabes, que pertencem a grupos étnicos como o curdo e o turco, entre outros (DEMANT, 2013).

Entre o escopo de características atribuídas aos árabes e muçulmanos estão a estereotipação deles como "[...] malvados, totalitários e terroristas" (SAID, 2007, p. 58), ou misteriosos, exóticos e fontes de fascinação. Após a Segunda Guerra Mundial (1914 - 1918) e as guerras entre Israel e árabes esses grupos foram afetados pelo Orientalismo europeu proliferado também nos Estados Unidos, atribuindo-lhes características ora caricatas, ora como personificações de violência e perigo, como explicado por Said (2007, p. 382) em menção à Guerra do Yom Kippur, ou Guerra Árabe-Israelense de 1973:

> De um estereótipo vagamente delineado como um nômade montado num camelo a uma caricatura aceita como a encarnação da incompetência e da fácil derrota: esse era todo o alcance atribuído ao árabe. Mas, depois da guerra de 1973, o árabe apareceu como algo mais ameaçador. Caricaturas representando um xeque postado atrás de uma bomba de gasolina surgiam repetidamente.

No entendimento de Said (2007) entre os motivos que levaram esses dois grupos a serem tão hostilizados pelas generalizações orientalistas estão o preconceito histórico contra árabes e muçulmanos no Ocidente, causado por questões políticas e religiosas; os conflitos entre árabes e sionistas israelenses; além da ausência de representações culturais ou discussões desinteressadas que permitam a identificação popular com os árabes e muçulmanos. Após os atentados de 11 de setembro, as características orientalistas foram atualizadas e reforçadas, sobretudo em relação a esses grupos.

A construção e produção de saberes fruto do pensamento orientalista apresenta relação com o projeto de dominação e interesses comerciais e econômicos de países ocidentais, que revelam um jogo de poder por trás das representações tendenciosas. A posição geográfica da região é o motivo que leva à tentativa de controle ocidental sobre ela, sobretudo em se tratando da administração do petróleo em países médio-orientais (DEMANT, 2013). As ideias frutos do imperialismo e colonialismo serviram como apoio para a dominação tanto em séculos passados como no século XXI, ao formar uma mentalidade que, de acordo com o entendimento de Banaji (2019) justifica ações governamentais em países orientais, tais como a destruição de territórios palestinos desde 1948, as mudanças nas leis de imigração, além de invasões militares no Afeganistão e no Iraque (WAINBERG, 2007). Dessa forma, o Orientalismo não se restringe a

um sistema de conhecimento que atua somente no campo imaginativo, ele revela uma estrutura de poder que desde sua origem tem servido de base para intervenções ocidentais na região.

2.1.1 O Orientalismo na mídia

A modernidade têm fortalecido a disseminação dos estereótipos provenientes do Orientalismo. Segundo Said (2007, p. 58) "A televisão, os filmes e todos os recursos da mídia têm forçado as informações a se ajustar em moldes cada vez mais padronizados." O tráfego de ideias permitido pela distribuição de produtos culturais em ampla escala global permitiu que um volume maior de imagens generalizantes sobre o Oriente Médio circulasse com velocidade acelerada. A imprensa, inserida nos meios de comunicação, faz parte deste conjunto de espaços pelos quais o Orientalismo se manifesta e se repercute, sendo um dos instrumentos que gera o controle das informações propagadas.

O repertório de narrativas presentes nos meios de comunicação em geral e na imprensa de modo particular apresenta ao mundo aspectos de eventos, sociedades e países diversos. A esse aspecto do mundo contemporâneo Appadurai (2004, p. 54) chama de mediapaisagens, produzidas pela TV, por jornais, revistas e produtoras de filmes, entre outros meios, e que podem ser definidas como:

> [...] explicações centradas na imagem, com base narrativa, de pedaços da realidade, e o que oferecem aos que as vivem e as transformam é uma série de elementos (como personagens, enredos e formas textuais) a partir dos quais podem formar vidas imaginadas, as deles próprios e as daqueles que vivem noutros lugares.

Por meio das mediapaisagens, são apresentadas explicações sobre diversos aspectos da vida desse "outro", entendido pelo autor como o que está fora das fronteiras de experiências diretas das populações receptoras do acervo midiático. Ao enxergar e reconhecer este outro que é diferente, constrói-se também uma noção de identidade própria, de definição do "eu"; aquele que difere do outro e frequentemente se enxerga como superior a ele. Por sua vez, ao enxergar-se como superior ao outro, rejeita-se aceitar as diferenças existentes. Na imprensa, vê-se o "outro" por intermédio do conjunto de gêneros utilizados por ela, tais como reportagens, notícias e demais elementos narrativos, que por sua dimensão social e cultural, geram consequências duradouras para a representação e compreensão deste "outro".

As percepções sobre o Oriente Médio estão incluídas nesse cenário de composição de de imagens e narrativas cotidianamente transmitidas pela imprensa. Apesar de não ser o único meio formador de sentidos individuais, visto que na atualidade as informações fluem a partir

de diversas fontes, é notório que os conteúdos veiculados têm potencial cognitivo na composição de entendimentos sobre a região, inclusive no que corresponde às distorções orientalistas a respeito desse território. Através de informações sobre as culturas pertencentes, a história da região, suas populações, formas de organização política, os conflitos enfrentados e as relações com países ocidentais, a imprensa é capaz de ajudar a moldar o imaginário coletivo do público. Dentro desse jogo midiático de enunciação e representação, existem questionamentos e críticas sobre como as narrativas produzidas pela imprensa tratam de questões complexas relacionadas ao Oriente Médio.

Para alguns autores, questões entre países ocidentais e orientais são manifestadas como um choque simplista entre Oriente e Ocidente, no qual questões orientais são abordadas de forma comparativa ou antagônica às ocidentais, em vez de serem pautadas por si mesmas. Wainberg (2007) aponta que frequentemente é possível encontrar coberturas que enquadrem as notícias a partir da representação de um embate entre correntes contrárias ou conflitos entre bem e mal, tomando uma dimensão de oposição entre dois lados, aonde o "outro" é demarcado como o inimigo. Dentre os exemplos apresentados estão a tendência em transformar os conflitos entre os Estados Unidos e o regime iraquiano em uma espécie de briga pessoal entre a família do ex presidente estadunidense George Bush e Saddam Hussein, além da ligação entre a imagem de Osama Bin Laden como símbolo do fundamentalismo islâmico. Discussões acerca de temas como guerras e conflitos concentram-se em narrativas que disseminam uma luta entre personagens envolvidos nos eventos, ignorando a rede de mecanismos políticos, econômicos e históricos que levam à ocorrência desses acontecimentos e optando por tratá-los a partir de um enquadramento que apele para a dramaticidade.

Características orientalistas como a prerrogativa da superioridade ocidental estão presentes também na abordagem de temas como o uso do véu islâmico em países da Europa. É o que aponta Banaji (2019), ao argumentar que o debate público intermediado pela mídia contribui para uma visão dualista sobre o tema, além de trazer consigo características racistas que validam a dominação branca por meio do tratamento dado a questões de interesse para os orientais. O uso do véu é um dos símbolos comuns no imaginário popular sobre os muçulmanos. Em função disso, ao reduzir o debate em torno do uso dessa vestimenta como uma representação entre a liberdade ocidental e as tradições muçulmanas, a mídia reforça a imagem das mulheres muçulmanas como subordinadas ao patriarcalismo. Nesse contexto, a estereotipação embasa e opera para gerar a manutenção de opiniões preconceituosas contra essa população, que historicamente já é enxergada como a representação do "outro", ao professar uma fé e seguir costumes que vão de encontro com valores ocidentais tidos como modernos e

progressistas. A fronteira imaginária de distinção entre uma superioridade ocidental versus um atraso oriental; uma das ideias essenciais do Orientalismo, é aprofundada.

Sahd (2011) defende a tese de que o Oriente Médio é mitificado pela cobertura midiática internacional e brasileira, ou seja, repleto de mitos que povoam as notícias e reportagens. Os principais são os de terrorismo, fundamentalismo e barbárie. Eles seriam formados com o auxílio do uso de um léxico ideológico específico para tratar a cobertura médio-oriental e naturalizar percepções sobre o que é reportado. Um dos conceitos mais empregados ao reportar eventos da região é o do terrorismo, com origem histórica e perpetuado na atualidade:

> [..] atualmente, o "terrorismo" árabe-islâmico destaca-se como um de seus principais mitos (se não o basilar). Embora utilizado desde a metade da década de 1960 para descrever ações armadas de palestinos (sendo enfaticamente empregado a partir da invasão israelense do Líbano em 1982), é, sobretudo, a partir dos acontecimentos fatídicos de 11 de setembro de 2001 que a humanidade em geral foi massivamente induzida a consumi-lo, passando a mover-se ainda mais em um mundo manipulado (mitificado) de informações (SAHD, 2011, p. 21).

Segundo o autor, o mito do terrorismo relaciona-se diretamente com o de fanatismo, barbárie e fundamentalismo. Comumente empregados para caracterizar palestinos, árabes, muçulmanos e outros grupos regionais, fazer uso desses termos têm como um dos efeitos a naturalização do discurso sobre tais populações, constituem-se em armas ideológicas e reforçam o estereótipo orientalista do Oriente como perigoso (SAID, 2011). Para Sahd (2011), há uma intensa contradição entre o volume de notícias apresentadas diariamente sobre a região e o verdadeiro esclarecimento de questões importantes para entendê-las. Isso aconteceria em decorrência de uma campanha de desinformação midiática, que faz uso de padrões de manipulação e desinformação (ABRAMO, 2016) nas notícias. O autor constatou padrões de manipulação na cobertura midiática de eventos da região, como a ocultação de notícias; a fragmentação das informações; a inversão dos fatos, através do reordenamento de partes deles, como ao trocar informações por opiniões e, por fim; a indução, correspondente ao resultado final das distorções realizadas através da ação dos padrões anteriores.

Do ponto de vista ocidental, a construção de imagens redutivas e caricatas sobre as populações médio-orientais, em especial os árabes, deve-se, entre outros fatores, a centenas de anos de acumulação de clichês e reduções presentes na mídia. Said (1970) exemplifica que no contexto do cinema hollywoodiano isso se manifesta a partir de personagens árabes frequentemente envolvidos em brigas e intrigas, normalmente combatidos por personagens americanos, construídos sob o arquétipo do herói, recorrente figura presente nas produções cinematográficas do estilo. A razão seria de que exibir os árabes como hostis é mais útil para o

entretenimento hollywoodiano, ao mobilizar o ódio contra uma ameaça estrangeira. O autor observa que durante a Guerra dos Seis Dias, ocorrida em 1967, as imagens dos árabes na imprensa eram de grandes multidões de pessoas anônimas, enquanto os israelenses eram reportados sob imagens de heroísmo e força.

Essa percepção é compartilhada por Arbex (2000), ao afirmar que durante a Guerra ao Iraque, o mundo recebia imagens dos soldados americanos mobilizados para a guerra, contando suas histórias e a de seus familiares, o que gerava um sentimento de humanização com os combatentes. Enquanto isso, os árabes eram invisibilizados, quando não exibidos sob os clichês das mulheres de véu ou de jovens garotos portando armas. A projeção etnocêntrica sobre os árabes e o islã ignora a complexidade de questões políticas e locais que envolvem os acontecimentos, enquanto põe a culpa na religião ou em uma tendência natural para o conflito. É o que também defende Said (2008, p. 16, tradução nossa)[1] em sua tese sobre a cobertura da mídia americana sobre o Islã:

> Não estou dizendo que os muçulmanos não atacaram e feriram israelenses e ocidentais em nome do Islã. Mas estou dizendo que muito do que se lê e vê na mídia sobre o Islã representa a agressão como vinda do Islã porque é isso que o "Islã" é. As circunstâncias locais e concretas são, portanto, obliteradas. Em outras palavras, cobrir o Islã é uma atividade unilateral que obscurece o que "nós" fazemos e destaca, em vez disso, o que são os muçulmanos e árabes por sua natureza imperfeita.

Soma-se a isso, segundo o autor, o desconhecimento dos próprios jornalistas na cobertura de temas internacionais na região, quando são enviados sem a experiência ou preparação que o assunto demanda. Cenário que favorece o uso de reduções mais clássicas na caracterização dos acontecimentos narrados ou de recorrer a termos mais facilmente compreendidos pelo público, porém sem a complexidade necessária.

Em estudo sobre a representação midiática do conflito na Palestina noticiado pelo jornal Folha da Manhã, entre os anos de 1936 e 1946, Resende e Rossignoli (2015) constataram a recorrência do uso do termo ‘terrorista’ para correlacionar ora habitantes árabes, ora judeus. Os achados da pesquisa evidenciam que, ainda no início do século XX, a narrativa do conflito já era permeada pela parcialidade midiática, interesses jornalísticos e submetida à hegemonia política vigente, disseminante de termos redutores acerca dos personagens inseridos no conflito.

---

[1] Do original: “I am not saying that Muslims have not attacked and injured Israelis and Westerners in the name of Islam. But I am saying that much of what one reads and sees in the media about Islam represents the aggression as coming from Islam because that is what "Islam" is. Local and concrete circumstances are thus obliterated. In other words, covering Islam is a one-sided activity that obscures what "we" *do*, and highlights instead what Muslims and Arabs by their very flawed nature *are*.”

> [...] é a narração do conflito, portanto os modos de torna-lo presente, que evidencia não só as possíveis verdades que neste conflito se encerram, como também o próprio jogo de poder que se inscreve naquele acontecimento. As análises feitas ressaltam que narrar este conflito não é jamais um gesto que se queira pensar objetivo, neutro ou imparcial. Ele é infinitamente mais complexo: requer o reconhecimento de lutas travadas no âmbito do jornalismo, de suas narrativas e, fundamentalmente, no espaço geográfico no qual e a partir do qual esses narrares são produzidos. (RESENDE; ROSSIGNOLI, 2015, p. 16)

Os autores apontam que as narrativas jornalísticas são construídas a partir de um entrecruzamento de elementos que a caracterizam como uma prática cultural discursiva, atravessada por um complexo jogo de poder. O uso do estereótipo do Oriente Médio relacionado ao terrorismo também esteve presente na cobertura midiática da Guerra do Iraque (2013). Fontenelle (2013) identificou que uma das estratégias de comunicação dos governos dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha foi fazer com que a cobertura mundial do confronto passasse certas informações ao público, tais como a associação entre Iraque e terrorismo, estabelecendo um vínculo entre o país e a Al-Qaeda, a fim de provocar medo; relacionar a imagem de Saddam Hussein ao Iraque e representar os aliados como os que trariam soluções para "salvar" a população iraquiana.

Durante a Guerra do Iraque, estrategicamente, ao conduzir o que seria divulgado sobre o conflito, os governos americano e britânico podiam disseminar, através dos jornais, mensagens que ajudassem a fazer com que o público apoiasse as ações realizadas. Hobsbawm (2007) afirma que o medo do terrorismo serviu como pretexto e justificativa para a política imperial dos Estados Unidos e do Reino Unido ao redor do mundo. O uso do medo e aversão ao terrorismo foram um dos pontos principais da chamada "Guerra ao Terror", campanha dos Estados Unidos em resposta a atentados contra o país. Chomsky (2014) afirma que a Guerra ao Terror foi declarada pela primeira vez em 1985, pelo presidente Ronald Reagan, referindo-se ao início de ações contra países do Oriente Médio. Após os atentados de 11 de setembro de 2001 o conflito foi redeclarado, pelo então presidente George W. Bush.

Chomsky (2002; 2014) argumenta que atos terroristas só são classificados como tal quando partem de outros países contra os EUA, já no caso de ações violentas orquestradas pelos Estados Unidos, a imprensa estadunidense e mundial frequentemente não os considera como terror, além de não divulgar sobre as vítimas ou consequências dos ataques. Nesse sentido, existiria uma seletividade midiática acerca da classificação do que é terrorismo a partir de quem o causa, e não da ação em si. Os sentimentos de medo e ódio ao Oriente Médio tornam-se uma

estratégia política que opõe o Ocidente ao Oriente, é apoiada pela mídia e causa um sentimento de medo contra povos médio-orientais, estigmatizados como ameaças.

Os eventos que ficaram conhecidos como Primavera Árabe, eclodidos a partir de dezembro de 2010, contrariaram a opinião pública e a mídia sobre os países árabes. Uma série de levantes contra más condições sociais e governos autoritários e ditatoriais, que começaram na Tunísia e se espalharam pelo norte da África e Oriente Médio, foram encabeçados por classes populares e jovens, que protestaram pacificamente. As reivindicações, apesar de fragmentadas a depender da origem, tiveram um ponto em comum: ocorreram em países classificados como árabes, seja pelo idioma ou por questões histórico-culturais (BRANCOLI, 2014).

Na concepção de Zizek (2012), a Primavera Árabe contrariou a premissa de que esses povos são passivos ou somente se revoltam a favor de questões de cunho religioso. Para ele, a própria mídia não soube como tratar bem essa onda de movimentos contra modelos políticos e econômicos e que não usaram da violência. A resposta midiática veio neutralizando a verdadeira dimensão dos protestos e abordando-os de modo superficial, sem uma análise que englobasse fatores sociológicos, econômicos e políticos. De forma perceptível as questões ao redor da Primavera Árabe abriam espaço para discussões que extrapolassem as percepções tradicionais sobre os povos árabes, tal como sintetizado por Nasser (2011, p. 142):

> As imagens nas ruas não mais correspondiam aos clichês frequentemente associados aos árabes: são manifestantes de todas as faixas etárias que, de forma pacífica, espontânea e sem vinculação com qualquer ideologia ou liderança carismática, foram às últimas consequências pedindo o fim da tirania e a defesa coletiva de valores universais. A mobilização foi iniciada e mantida por uma nova geração que não reivindica a xariá (lei islâmica) nem a teocracia como solução aos seus problemas, apesar de muitos serem religiosos. Os novos manifestantes constituem uma população cada vez mais informada e conectada ao mundo exterior, que deseja enviar sua mensagem ao mundo todo: rechaço incondicional das ditaduras e de seus respectivos modelos econômicos.

As razões para a negação da complexidade desse cenário só poderiam ser compreendidas, segundo Zizek (2012), considerando a relação entre a cobertura dos eventos e o papel do capitalismo global na atualidade. Santos (2009) chama atenção para a negação que é feita contra uma parte da humanidade – em geral povos e nações que foram colonizadas –, enquanto a outra parte é considerada como o padrão universal de conhecimento e desenvolvimento, o que o autor considera como o pensamento moderno ocidental, dominado por princípios e práticas hegemônicas de países que formam os centros de poder. Essa forma de colonização moderna, agora sob os moldes do capitalismo, estaria ligada à supressão do

conhecimento de nações relegadas à subalternidade, onde a humanidade e os saberes deste "outro" são excluídos.

Seguindo perspectiva similar, Santos (2008) defende que a busca desenfreada por capital financeiro e informação, frutos do modo de produção capitalista, constroem um quadro em que o progresso técnico é aproveitado por apenas uma parte do mundo. Esse cenário é chamado por ele de globalização perversa, em que comportamentos cada vez mais competitivos são características marcantes das nações hegemônicas. Em síntese, as consequências econômicas e políticas da globalização levam a uma constante intervenção dos países mais poderosos em relação aos economicamente considerados mais fracos para firmar sua dominação. Assim, o capital dita o modo como o Ocidente controla o resto do mundo, por meio de influências políticas, econômicas e culturais.

Para o Oriente, uma das consequências apontadas como fruto da globalização perversa é a tentativa de ocidentalização da região. Por ocidentalização compreende-se o "movimento de difusão/imposição da cultura ocidental nas colónias dos Impérios Ultramarinos – em outras palavras, à conquista das almas, dos corpos e dos territórios do Novo Mundo." (MACEDO, 2006, p. 17). Oliveira (2016, p. 60) aponta que a globalização "[...] leva o capital a território inimagináveis, ultrapassa fronteiras, passando por cima de valores e culturas em busca da expansão do capital financeiro. O desenvolvimento da produção e comércio é agora sobreposto pela financeirização da economia." Entre os exemplos da ocidentalização do Oriente Médio, a autora cita a construção do canal de Suez, no século XIX, como meio de expansão dos mercados, a guerra ao Iraque, a criação do Estado de Israel e a Guerra ao Terror.

No espectro cultural, a difusão de estereótipos orientalistas sobre as populações árabes e muçulmanas através do cinema hollywoodiano também são mecanismos de ocidentalização. O resultado é a tentativa constante de impor comportamentos e valores das nações ocidentais hegemônicas. O caminho dá-se por meio de políticas externas a serviço dos interesses político-econômicos que por vezes prejudicam as sociedades não-ocidentais, historicamente afetadas por intervenções diretas ou indiretas causadas por mobilizações de forças estratégicas e pela penetração ocidental na região, conforme já exposto ao longo deste trabalho.

Como meio de divulgar informações sobre questões e eventos orientais, a imprensa detém uma enorme capacidade de fazer circular crenças orientalistas. O conjunto de exemplos apresentados demonstram que existe um projeto político em agir nas narrativas presentes no campo midiático, onde os discursos estão ligados às relações de poder. Os mitos do terrorismo e do fanatismo religioso associados às populações médio-orientais são crenças há muito tempo disseminadas, fortalecidas após os atentados de 11 de setembro de 2001, e que reverberam até

os dias atuais. A atuação da mídia e da imprensa têm papel determinante tanto na disseminação de representações orientalistas quanto na superação de tais entendimentos.

Para aprofundar e compreensão da estrutura existente por trás da disseminação de crenças pela mídia, abordar os estudos sobre Representações Sociais (RS) torna-se necessário. O Orientalismo só construiu o Oriente de forma política, sociológica, científica e militar por meio do poder das representações (SAID, 2007). Não há como dissociar o Orientalismo e o entendimento sobre representações, bem como os meios por onde se manifestam**.** Dessa forma, é preciso entender por que as RS existem, quais são seus processos formadores, como funcionam, de que forma atuam na mídia e como podem servir para acentuar ideias orientalistas.

2.2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E ESTUDOS DE MÍDIA

Os estudos das Representações Sociais (RS), como conceito e teoria tiveram início na França, na década de 1970. O conceito de Representações Sociais foi formulado pela primeira vez por Serge Moscovici, em 1961, na obra *La Psychanalyse son image et son public*, fruto do trabalho de doutorado do autor. Posteriormente, o tema foi desenvolvido e tem servido de estudo para a investigação de uma variedade de objetos pelas Ciências Humanas e Sociais. A definição de RS é diversa, variando de acordo com a abordagem escolhida. Moscovici (2007, p. 207) define de forma geral o que são as representações nos seguintes termos:

> [...] As representações se mostram semelhantes a teorias que ordenam ao redor de um tema (as doenças mentais são contagiosas, as pessoas são o que elas comem, etc.) uma série de proposições que possibilita que coisas ou pessoas sejam classificadas, que seus caracteres sejam descritos, seus sentimentos e ações sejam explicados e assim por diante.

Nesse sentido, as RS constituem-se como objetos que dão sentido e significado aos elementos presentes na vida social, permitindo que estes sejam interpretados e compreendidos pelos indivíduos. O conceito foi desenvolvido Moscovici a partir da ideia de Representações Coletivas, estabelecida por Émile Durkheim. Enquanto Durkheim considerava as Representações Coletivas como formas mais estáticas e homogêneas de conhecimento, Moscovici estudou como as Representações Sociais mudam de acordo com o tempo e com a sociedade, considerando que "[...] a novidade e a mudança, como a conservação e a preservação, se tornam parte da vida social (DUVEEN, 2007, p. 15)." Ir do âmbito coletivo para o social fez com que as representações fossem exploradas perspectivas mais amplas e menos fixas, levando em conta o conjunto de elementos que as compõem, suas transformações no tempo e de que forma influenciam a sociedade. Os estudos de Moscovici e da corrente de

autores que o sucederam na Psicologia Social possibilitaram enxergar a realidade a partir dos processos invisíveis que as compõem e exercem pressão sob os indivíduos.

Jodelet (2001, p. 22) entende as RS como "[...] uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social." Para a autora, trata-se de um sistema de conhecimento prático, frequentemente chamado de senso comum, influenciado pelas interações e processos sociais, com ampla importância na vida social. Por meio das RS como conhecimento, os indivíduos dão sentido aos objetos, pessoas e fenômenos, auxiliando assim na compreensão do ambiente que os cercam na cotidianidade.

As RS produzem um escopo de modelos de significados que permitem que aspectos do mundo cotidiano tornem-se familiares. Esse é principal motivo pelo qual elas são criadas: tornar familiar o que ainda não é (MOSCOVICI, 2007). Ao adicionar familiaridade a fenômenos cotidianos, as representações produzem um conhecimento comum onde o que até então era desconhecido ou sem sentido torna-se habitual. Minimiza-se o desconforto diante desse "outro", desconhecido, com quem antes não existia identificação. Um elemento pode ser considerado como "outro" por questões de diferença racial, origem geográfica ou condição social, quando referente a sujeitos ou grupos da sociedade; como também por se tratar de assuntos com os quais ainda não se teve contato, temas complexos, elementos novos, etc; quando referentes a coisas ou experiências. É nesse caminho que as RS surgem como um saber social que adquire importância ao dar significado aos objetos não-familiares.

As representações são sociais por serem formadas na coletividade e compartilhadas por um grande número de indivíduos. "Ela está na cabeça das pessoas, mas não é representação de uma única pessoa; para ser social ela necessita 'perpassar' pela sociedade, existir em certo nível de generalização (GUARESCHI, 2000, p. 250)." Essas generalizações coletivamente estabelecidas habitam o dia a dia, nas comunicações formais e informais, como jornais, revistas, TV, conversas e discussões; e não se restringem a existir apenas no âmbito das ideias, mas atuam orientando práticas, pontos de vista e comunicações (SPINK, 1995). Tamanho poder de operação no mundo torna possível dizer que elas terminam por constituir a própria realidade das coisas (MOSCOVICI, 2007).

Conceder familiaridade ao não-familiar ocorre a partir de dois processos: ancoragem e objetivação. A ancoragem é o "[...] processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada (MOSCOVICI, 2007, p. 61)." Trata-se de encaixar o que ainda é desconhecido a alguma categoria já conhecida, transformando o estranho em

familiar. Desse modo, força-se o objeto, pessoa ou comportamento a assumir uma forma em que seja possível decodificá-lo (OLIVEIRA; WERBA, 2002).

O processo de objetivação corresponde ao ato de transformar um conceito em uma imagem. “É só alguém dizer que Deus é Pai, e aquilo que para muitos é um mistério, um conceito confuso, místico, espiritual, transforma-se, de imediato, em algo visível e compreensível (GUARESHI, 1996, p. 18)”. Objetivar dá materialidade e uma sensação de proximidade ao que até então ainda é vago ou demasiado abstrato, facilitando sua compreensão. Ao tornar algo imaterial em material, fixa-se uma imagem sobre algo, e o que até então só existia no campo das ideias passa a ocupar um lugar no mundo físico. Sob diferentes mecanismos, os dois processos que formam as Representações Sociais existem para conferir sentido ao desconhecido através de padrões de comunicação (DUVEEN, 2007).

Entender os processos formadores das Representações Sociais abre espaço para vermos como e por que elas existem e funcionam. Para avançar na discussão, abordaremos a relação entre as RS e os ambientes por onde elas circulam, nesse caso especialmente a mídia. Os meios de comunicação, envolvidos nas estruturas sociais da sociedade, tem seu papel na veiculação das representações, em especial no tocante ao nosso tema de estudo, a representação do Oriente Médio nos jornais.

2.2.1 Representações sociais na mídia

Representações podem basear-se no conhecimento, seja ele vindo do senso comum, de meios científicos ou dos meios de comunicação. A mídia de massa relaciona-se diretamente com a formação das RS, desempenhando um papel determinante na cognição dos indivíduos e, consequentemente, nos sistemas de representações vigentes na sociedade (PALMONARI; CERRATO, 2014). Ao contribuir na circulação de saberes e orientar percepções que categorizam, classificam, explicam eventos e influem na tomada de decisões, a imprensa difunde certas representações. Guareshi (2000) afirma que sobretudo na imprensa escrita, é possível deixar documentado impressões de uma época específica, com base nos registros deixados por elementos como jornais, revistas e livros.

Ao refletir sobre as relações entre mídia e Representações Sociais, Vizeu (2004) dá ênfase ao jornalismo como campo de construção do presente social. Segundo o autor, o espaço público midiatizado onde vivem as sociedades contemporâneas é amplamente influenciado pelo jornalismo no modo como a realidade é construída. “A hipótese que levantamos é que na prática

diária os jornalistas constroem representações da economia, da política e da cultura que contribuem fortemente para a construção do mundo pela sociedade (VIZEU, 2004, p. 2)".

Através das notícias e de outros produtos jornalísticos, entram em circulação uma grande coleção de representações, formatados por fatores típicos da rotina profissional jornalística, tais como a escolha das fontes consultadas, a seleção dos temas reportados, bem como o conjunto de regras profissionais e ideológicas impostas pelas empresas. O leque de representações apresentadas no jornalismo está presente nos gêneros informativos, opinativos, interpretativos e ilustrativos. Existem nas notícias, reportagens, artigos, editoriais, análises, colunas, até mesmo nas charges, caricaturas e imagens publicadas.

As Representações Sociais são aceitas como sistemas de conhecimento sobre o cotidiano (JODELET, 2001). De modo parecido, o jornalismo é um meio gerador e propagador de conhecimentos. Meditsch (1997) defende a premissa do jornalismo como forma de conhecimento, que age tanto reproduzindo-os como produzindo-os "As representações da mídia, as comunicações que executamos que transcendem os limites do face-a-face, as que rompem a proximidade, têm consequência para a maneira como vemos e vivemos no mundo. Elas modelam e também animam a experiência (SILVERSTONE, 2002, p. 254)." Desse modo, a mídia em geral e o jornalismo em particular possuem a característica de estruturas mediadoras das representações, com capacidade de comunicar, divulgar informações, afetar opiniões e pôr um leque de conhecimentos à disposição da sociedade, funções semelhantes às das RS.

A importância da imprensa como instrumento de circulação de representações é estudada por Jodelet (2001). A autora constatou a determinante influência midiática na difusão de crenças estigmatizadas sobre a AIDS no Brasil. Na década de 1980, época do aparecimento da doença no Brasil e quando ainda não existiam respostas sobre seus agentes causadores, a imprensa qualificou as vítimas da doença como sexualmente libertinos, o que contribuiu para a percepção popular de que os portadores da AIDS a teriam contraído como forma de castigo por seu comportamento permissivo. Neste episódio, as representações que circularam pelas mensagens midiáticas serviram como recurso de dar segurança à população da época, diante de algo que até então se apresentava como perigosamente desconhecido e precisava de teorias que o explicassem, tornando aquele "mal" menos ameaçador.

Trabalhos que explorem representações do Oriente Médio na imprensa estão presentes nas pesquisas acadêmicas. Sander (2017) investigou a forma que os muçulmanos foram representados na cobertura dos atentados terroristas ocorridos em novembro de 2015 em Paris, na França. O corpus de análise foi constituído pelas reportagens de capa publicadas pelo jornal

Folha de S. Paulo, ao longo de dez dias após os acontecimentos. A autora identificou sinais de superficialidade no trato de temas complexos, como as guerras no Oriente Médio.

Nas menções à Guerra na Síria, por exemplo, termos como islamistas, extremistas islâmicos, milícias curdas e Hizbullah foram mencionados sem uma conceituação detalhada, o que pode dificultar o entendimento do assunto por parte dos leitores do jornal, tendo em vista tratar-se de um vocabulário pouco conhecido no contexto ocidental. Apesar disso, pontos positivos foram identificados. A Folha de S. Paulo veiculou textos com a presença de fontes árabe-muçulmanas, que apresentaram uma perspectiva maior sobre o grupo religioso, contrapondo-se à associação simplista entre a religião Islã e atos terroristas. Ao representar identidades muçulmanas estereótipos frequentemente ligados a eles também não foram significativamente reforçados ao longo do material observado.

É notório que desde os atentados terroristas às Torres Gêmeas, nos Estados Unidos, em 11 de setembro de 2001, a região médio-oriental tornou-se mais presente nas matérias jornalísticas do Brasil e do exterior. O trabalho de Pereira e Santos (2020), observa a postura da TV Globo, do jornal Folha de S. Paulo e da revista Carta Capital quanto ao posicionamento em relação aos atentados. A pesquisa documental englobou reportagens, entrevistas e artigos de opinião publicados entre 11 e 25 de setembro de 2001. As análises da TV Globo e da Folha de S. Paulo mostraram coberturas que privilegiavam a dramaticidade com que os norte-americanos eram representados.

O sofrimento e tristeza vivenciados pela população dos Estados Unidos foram elementos recorrentemente abordados pela emissora, em detrimento de um silenciamento das dificuldades enfrentadas pelos povos muçulmanos em decorrência de ações dos EUA. A revista Carta Capital, por outro lado, fez discussões mais profundas sobre os ataques, apresentando especialistas que trouxeram uma visão histórica para explicar o contexto daquele ataque, incluindo visões que se contrapunham à tendência pró-Ocidente.

A comparação das coberturas de veículos diferentes permite visualizar que o Oriente Médio pode ser trabalhado a partir de diferentes óticas de representação. A comunicação de massa, dirigida a grandes públicos, cristaliza alguns padrões de representações que são frequentemente apresentados em suas coberturas. Quando não há esforço para abordar temáticas complexas e delicadas sob uma ótica crítica e que envolva o contexto histórico, social e político que as intermedeiam, representações distorcidas sobrevivem.

A partir desse momento, nos afastamos das reflexões teóricas da representação jornalística e lançamos o olhar para os estudos do jornalismo como construção social. A demanda de informação necessária para viver em sociedade é cada vez maior no mundo atual.

Como organizador da infinidade de informações e dados que surgem diariamente, o jornalismo precisa fazer uso de técnicas para selecioná-las, organizá-las e apresentá-las. Elencar essas técnicas é necessário para demonstrar como são atribuídos sentidos e interpretações aos acontecimentos. Partimos da premissa de que a realidade apresentada pelos jornais adquire tal condição através de processos sociais e do próprio trabalho jornalístico.

2.3 A NOTÍCIA COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL

A função social do jornalismo em difundir informações de interesse público constitui-se como um dos principais elementos que permite a compreensão da realidade no cotidiano. A notícia, como um dos principais gêneros jornalísticos, é o instrumento pelo qual o jornalismo realiza seu dever de informar os membros de uma sociedade (PEREIRA; MESQUITA, 2011) e configura-se como importante ferramenta de dar sentido aos acontecimentos diários. Sousa (2001, p. 321, 232) apresenta uma definição deste gênero:

> Enquanto género jornalístico, a notícia é, essencialmente, um pequeno enunciado reportativo, um discurso sobre um acontecimento recente (ou, pelo menos, de que só no presente se tenha conhecimento), vários acontecimentos ou desenvolvimentos de acontecimentos. Representa também informação nova, actual e de interesse geral.

A notícia distingue-se de outros gêneros do jornalismo, como a reportagem, por relatar acontecimentos novos. Possui também estrutura menor e não segue necessariamente um planejamento tão elaborado como na construção da reportagem (LAGE, 2001). É por meio da transmissão de notícias que o jornalismo informa, representa e apresenta os acontecimentos, sob a pretensão de oferecer ao público assuntos de interesse. O intuito maior do produto é o de cumprir o papel social de informar com os atributos de precisão e fidedignidade. Para isso, segue-se uma série de etapas próprias da cultura profissional jornalística, desde a pauta até a publicação, passando por processos que permitem que as notícias sejam trabalhadas e cheguem ao público nos moldes necessários, de forma organizada, periódica e seguindo a critérios hierárquicos de apresentação.

A partir da década de 1970 as teorias do jornalismo passaram a considerar as notícias como construção social da realidade (TRAQUINA, 2005), abandonando as tendências de pesquisas que as consideravam como reflexo fiel do mundo, como a Teoria do Espelho. Foi adotada, então, a compreensão de que por meio das notícias, os meios de comunicação utilizam uma série de mecanismos para formar representações dos acontecimentos, perspectiva inserida nas teorias construcionistas do jornalismo. O termo construcionista é aqui entendido como

considerado por Guerra (2008, p. 76), como o uso que "[...] tem por objetivo demonstrar como o trabalho jornalístico, a partir de valores profissionais e de rotinas da organização empresarial, produz a notícia." Essa abordagem considera que as notícias não são apenas relatos dos acontecimentos, e sim que elas dão sentido a essas ocorrências, que por sua vez trazem consigo sentidos anteriores. Desse modo, os enunciados constroem e reconstroem os sentidos.

Sousa (1999) defende que a elaboração dos enunciados jornalísticos passa por uma rede de fatores mediados pela interação de elementos de natureza pessoal, social, ideológica, cultural e tecnológica, contribuindo para gerar novas realidades e referentes. "Assim, a imprensa não reflete a realidade, mas ajuda a construí-la" (PENA, 2005, p. 128). Essa perspectiva defende que a notícia é resultado de conhecimentos tanto pessoais quanto culturais, formatada por aspectos do meio social onde está inserida, passando por fatores históricos e temporais que intervém no produto final.

Uma das principais correntes que foram desenvolvidas a partir do paradigma construtivista foi a teoria do *Newsmaking*, corrente que estuda os vínculos entre a cultura profissional jornalística, a organização do trabalho dos profissionais da área e os processos produtivos que os constituem (WOLF, 1995). Estão entre os principais elementos que constituem essa teoria a noção de noticiabilidade, valores-notícia, rotinas de produção, limites organizacionais e construção da audiência (PEREIRA; MESQUITA, 2011).

A noticiabilidade pode ser entendida como "[...] o conjunto de elementos por meios dos quais o aparato informativo controla e administra a quantidade e o tipo de acontecimentos que servirão de base para a seleção das notícias [...] (WOLF, 2008, p. 2020)". Os critérios de noticiabilidade são constituídos por um conjunto de valores-notícia, elementos próprios da rotinização do trabalho jornalístico no processo de construção noticiosa. Esses elementos atuam durante o processo inteiro, da pauta até a edição e publicação do produto final. A superabundância do volume de acontecimentos leva à necessidade de se adotar critérios de seleção e ênfase de quais ocorrências serão investigadas, apuradas e trabalhadas como notícia.

São múltiplos os valores-notícia existentes, bem como os autores que realizaram classificações. Wolf (2008) estabeleceu 5 grandes categorias de critérios de noticiabilidade que constituem valores-notícia, a saber: critérios substantivos, critérios relativos ao produto, critérios relativos aos meios de comunicação, critérios relativos ao público e critérios relativos à concorrência. Com base na classificação de Wolf (2008), Traquina (2005) apresentou sua própria lista de valores-notícia de seleção, baseada em critérios substantivos referentes à natureza do próprio acontecimento. São eles: morte, notoriedade, proximidade, relevância, novidade, tempo, notabilidade, inesperado, conflito ou controvérsia e infração.

Para o autor, a morte é um dos valores-notícia fundamentais. Ela representa a ruptura da ordem da vida, a ocorrência de um evento inesperado. Um dos motivos pela proeminência desse valor é que o mundo jornalístico prefere reportar acontecimentos negativos em detrimento dos positivos, razão pela qual as notícias relacionadas à morte frequentemente ganham as manchetes. A notoriedade consiste no grau de proeminência de determinados atores, tais como políticos e celebridades. Quanto mais conhecido e influente, mais chances de esse indivíduo vir a estar nos jornais.

Quanto ao valor de proximidade, ele deve ser entendido tanto em termos geográficos quanto culturais. Quanto menor for a distância entre a notícia e o público que será afetado por ela, mais importância ela terá. Do mesmo modo, temas que causam uma identificação com o público também podem ser considerados próximos, ainda que estejam fora de limites geográficos de cidade ou país. A relevância é a capacidade que uma notícia tem de influir no público. Quanto mais ela afetar os receptores, mais chances terá de ser noticiada com destaque. Insere-se aí a premissa de que o jornalismo deve priorizar assuntos de interesse coletivo.

O quinto valor-notícia é a novidade. Eventos novos são reportados com facilidade. Até mesmo assuntos ocorridos em momentos passados também podem estar constituídos nesses critérios, desde que tenham um elemento novo a ser tratado. Quanto ao valor tempo, ele possui diferentes facetas. Pode se referir à atualidade do acontecimento, e a eventos que ocorreram naquela data, em anos anteriores. Como aniversários de grandes acontecimentos ou desastres. Ainda que um acontecimento tenha se dado em épocas anteriores, se ele ainda tiver influência na atualidade, seu valor estará mantido.

Outro elemento importante é a notabilidade. Quanto mais tangível e com propriedades físicas existir em uma notícia, mais notabilidade ela terá. Acontecimentos que envolvem muitas pessoas, fogem à normalidade do cotidiano, possuem ligação com falhas técnicas ou humanas (como em causas de acidentes aéreos) são aspectos frequentemente notáveis. O oitavo item proposto por Traquina (2005) é o inesperado. Trata-se de ocorrências que fogem às expectativas dos jornalistas. “Um exemplo de mega-acontecimento foram os ataques a diferentes sítios, sobretudo ao World Trade Center, no dia 11 de setembro de 2001. (TRAQUINA, 2005, p. 84)” Somado ao número de mortes, de pessoas envolvidas, e à proximidade com o público, essa notícia tinha o fator da imprevisibilidade, pelo nível de tragicidade e surpresa envolvidos.

Outro item com valor jornalístico é o conflito. Seja eles físico ou verbal. Brigas e discussões são exemplos disso. Uma variedade de conflitos estão sempre presentes nos noticiários diários. Esse valor-notícia traz consigo a quebra do normal, a subversão da ordem esperada. Por fim, chega-se ao elemento de infração. Escândalos e violações de leis são

exemplos de registros que quebram a ordem consensual entendida como desejável. Nesse contexto, incluem-se as notícias sobre crimes. “O que confere especial atenção às ‘estórias’ de crimes é a mesma estrutura de ‘valores-notícia’ que se aplica a outras áreas noticiosas: um crime mais violento, com um maior número de vítimas, equivale a maior noticiabilidade para esse crime (TRAQUINA, 2005, p. 85)”. Se o crime trouxer consigo outros valores-notícia, ganhará ainda mais destaque nos meios de comunicação.

Os valores notícia frequentemente atuam em conjunto. Muitas vezes são aplicados de forma automática pelos jornalistas, tendo em vista a presença constante desses critérios no trabalho diário. Eles determinam a posição e hierarquização das notícias. Graças aos elementos de valor jornalístico, os noticiários diariamente apresentam um conjunto parecido de notícias, compartilhadas em diferentes meios e veículos. Seria inegável assumir que os jornalistas exercem papel estreitamente vinculado à construção da realidade. A estrutura do próprio trabalho permite isso.

O processo de construção das notícias passa constantemente pela atribuição de sentido aos relatos noticiados. Após serem publicadas, são submetidas a circuitos contínuos de interpretação e ressignificação feita pelo público. Nesse contexto, o agendamento e o enquadramento são outros dois conceitos importantes para compreender os esquemas de construção da realidade pelas notícias.

2.3.1 Agendamento midiático

A noção de agendamento midiático é fundamental para compreender a influência dos meios de comunicação de massa na sociedade, bem como de que modo o jornalismo constrói socialmente a realidade. Os estudos do agendamento, ou *agenda-setting*, tiveram origem durante a década de 1970, pelos pesquisadores norte-americanos Maxwell McCombs e Donald Shaw, a partir de um trabalho que investigou como a mídia influenciava as orientações políticas da audiência. Os autores observaram que existia uma consonância entre a agenda midiática e a agenda do público, indicando um nível de influência da mídia com o eleitorado dos Estados Unidos durante a eleição presidencial de 1968. Por agenda da mídia compreende-se os tópicos recorrentemente veiculados nesse meio; enquanto a agenda do público se refere aos assuntos que viram discussão pública, no qual o que a mídia hierarquiza e exibe afeta a cognição do público, tendo em vista a proeminência midiática em fornecer imagens do mundo, tal qual abordado pela primeira vez por Lippman (2008).

Shaw (1979, p. 96 apud WOLF, 2008, p. 143) apresenta a noção clássica da hipótese do agendamento:

> [...] em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público é ciente ou ignora, dá atenção ou descuida, enfatiza ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas tendem a incluir ou excluir dos próprios conhecimentos o que a mídia inclui ou exclui do próprio conteúdo. Além disso, o público tende a conferir ao que ele inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos meios de comunicação de massa aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas.

O que os meios de comunicação de massa colocam em circulação atinge os indivíduos, afetando as percepções deles acerca do mundo. O que é visto pela TV, transmitido nos programas de rádio e noticiado pelos jornais de meio impresso ou virtual, age diariamente na produção de sentidos sobre um dado assunto, adquirindo potencial de influenciar as pessoas, especialmente quando a carga de contato direto com o tema é amplamente substituída pela mediação de canais midiáticos.

A mídia dispõe de elementos técnicos e narrativos com capacidade de apresentar uma lista de conteúdos nos quais o público deve pensar, positiva ou negativamente, bem como faz com que os acontecimentos sejam exibidos de acordo com os moldes necessários para que o público compreenda o tema abordado de determinada forma e o considere como relevante. Os efeitos dos meios nas audiências são cumulativos e podem ser percebidos a longo prazo, variando de acordo com fatores como o grau de informação e interesse que o receptor possui sobre o assunto, e se já existem experiências pessoais com ele. Outra variável é o quanto um tema é recorrentemente abordado, bem como a partir de quais modos ele é descrito e tratado.

O agendamento acontece a partir de dois níveis, de acordo com McCombs (2009). O primeiro nível de trata-se da agenda dos objetos, onde por objetos considera-se os assuntos públicos, políticos, personagens e demais elementos nos quais a mídia faz com que a atenção da audiência seja dirigida. Com o primeiro nível, quanto mais cobertura um assunto recebe, mais o objeto ganha saliência e presença na agenda da audiência. O segundo nível de agendamento é referente à agenda de atributos. “Na Teoria da Agenda, atributo é um termo genérico que engloba o amplo leque de propriedades e indicadores que caracterizam um objeto” (MCCOMBS, 2009, p. 113). Cada vez que um tema é noticiado, é atribuído a ele um leque de características, sejam positivas ou negativas, que atuam em sua compreensão pública. Foco maior é dado ao agendamento de atributos nos estudos sobre enquadramentos midiáticos.

A apresentação dos objetos de forma recorrente e sob o mesmo conjunto de atributos, contribui para que a representação destes fique ligada a essas características. “Por exemplo, a representação na mídia de um país ou região em geral está presa a determinados aspectos.

Assim, o Japão é sempre associado à tecnologia, enquanto o Oriente Médio é associado à violência (TEMER; NERY, 2009, p. 73)". Frequentemente, quando o público dialogar sobre o tópico, poderá ter em mente um reservatório de representações disseminadas meios de massa cognitivamente incorporadas nele. Esse cenário faz com que o agendamento seja uma das principais formas de representação jornalística (SOARES, 2009).

Entre os fatores necessários para o sucesso do agendamento estão a acumulação e a consonância (SOUSA, 2006). Por acumulação entende-se o nível de exposição da audiência às mensagens midiáticas, já a consonância diz respeito à simultaneidade em que os temas são tratados por diferentes veículos, de forma semelhante, onde quanto mais consonância existir, maior é a chance do agendamento ter sucesso. Os efeitos de agenda não se restringem à compreensão dos tópicos. Eles emergem para a formação da opinião pública, implicando em comportamentos e ações, "[...] variando desde a inscrição de um estudante na universidade até à votação no dia da eleição." (MCCOMBS, 2009, p. 205).

Thompson (2014) considera que no processo de recepção e reinterpretação das mensagens, os indivíduos modelam seus conhecimentos, e transformam as informações por meio de um processo de repetição, interpretação e crítica, alterando a compreensão sobre si mesmos e sobre os outros. Nesse contexto, o poder exercido pelas mensagens transmitidas através dos meios de comunicação como o jornalismo leva à necessidade de se atentar para a responsabilidade ética da profissão.

Quanto aos elementos que determinam a agenda da mídia, Mccombs (2009) leva em consideração a combinação de três fatores basilares: as principais fontes de informação para as notícias, as outras organizações que veiculam notícias, e por fim as normas típicas do trabalho jornalístico, como o uso de critérios de noticiabilidade. O autor não ignora a influência de personalidades proeminentes ou atores políticos no estabelecimento da agenda midiática, mas entende que eles passam pelos critérios típicos da rotina jornalística. Quanto às outras organizações noticiosas, é notório que empresas tradicionais e de influência global, como os maiores jornais e agências de notícias influem no leque de temas exibidos ao redor do mundo. Também não se deve desconsiderar que a agenda midiática é um objeto de disputa de atores diversos. Assessorias de imprensa de governos, fontes pessoais dos jornalistas, instituições e grupos interessados em ver certos tópicos em evidência são alguns dos atores que interagem na disputa pelo conteúdo da agenda (BIROLI, 2017).

Pena (2005) sugere que exista uma flexibilização da teoria da agenda, já que ela não age de forma tão determinista, tendo em vista os fatores que condicionam seus efeitos e diminuem sua eficácia. Ainda assim, é preciso atenção aos tópicos frequentemente publicados pela

imprensa, bem como sob quais atributos eles são abordados. Com a globalização dos meios de comunicação, as ações dos indivíduos passam em grande parte pela atuação da mídia e dos moldes que ela apresenta. Por outro lado, é inegável sua contribuição na tarefa de orientar o público para os assuntos de interesse coletivo. Nesse processo, os efeitos produzidos pelos meios são capazes de contribuir tanto positivamente quanto negativamente na sociedade em que está inserida, ainda que a longo prazo e sob circunstâncias variáveis.

Enquanto o agendamento influencia na lista de temas para as quais o público dará atenção, por meio dos enquadramentos, determinados tópicos sobre essas temáticas podem ser selecionados, enfatizados, excluídos ou elaborados (MCCOMBS, 2009). Esses dois conceitos – agendamento e enquadramento – possuem ligações importantes, sendo o segundo um desdobramento do primeiro. A abordagem sobre os enquadramentos confere profundidade aos conhecimentos sobre a influência midiática na opinião e produção de sentidos das audiências.

2.3.2 Enquadramentos midiáticos: perspectivas teóricas

A noção de enquadramento é fundamental para compreender como o jornalismo constrói socialmente a realidade, além de complementar a teoria do agendamento. Com origem na Sociologia e posteriormente incorporados aos estudos da Comunicação, o conceito foi primeiramente explorado pelo sociólogo Erving Goffman, na clássica obra *Frame Analysis*, lançada em 1974. Gitlin (1980, p. 7 apud PORTO, 2004) apresenta um significado dessa perspectiva:

> Enquadramentos da mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira

Em termos gerais, os enquadramentos são quadros de referências dispostos pela mídia, capazes de oferecer interpretações da realidade. Certos aspectos da realidade são salientados, enquanto outros são ofuscados. Com isso, é possível atribuir sentido aos acontecimentos. A mídia em geral e a imprensa em particular são duas das áreas que utilizam os enquadramentos nos processos de produção e apresentação das notícias. Eles manifestam-se por meio de mecanismos tais como “palavras, metáforas, conceitos, símbolos, ironias, imagens visuais, insinuações e sugestões da narrativa noticiosa (SOARES, 2009)”. Ao longo do trabalho jornalístico, a seleção por certas palavras, representações, fontes usadas, uso de imagens, itens dispostos de certa forma, vão construindo os *frames*, ou seja, os quadros por onde o acontecimento é percebido e interpretado pelo público.

Porto (2004) divide os enquadramentos jornalísticos em duas categorias principais: noticiosos e interpretativos. Por enquadramentos noticiosos o autor compreende os padrões de escolha e apresentação que os jornalistas usam na construção de seus relatos. Incluem-se aí a seleção e o destaque por determinados aspectos dos acontecimentos na narrativa. Trata-se do enquadramento que determina sob qual ângulo será a apresentação noticiosa. Enquadramentos que privilegiam eventos ou a cobertura de indivíduos estão inclusos na categoria. É importante ressaltar que os enquadramentos noticiosos são prioritariamente feitos pelos jornalistas.

O segundo tipo, enquadramentos interpretativos, são os padrões de interpretação dos acontecimentos. Por meio deles, insere-se uma avaliação acerca de eventos, políticos, indivíduos; prescrição de ações; imputação de responsabilidades, etc. Nessa categoria, os jornalistas já não possuem mais tanta autonomia na sua elaboração. "Estas interpretações são promovidas por atores sociais diversos, incluindo representantes do governo, partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, associações profissionais (PORTO, 2004, p. 92)." Em geral, as interpretações vêm por meio das fontes escolhidas, mas colunas opinativas e análises são espaços onde os jornalistas podem apresentar seus próprios enquadramentos interpretativos.

Mccombs (2009) converge diretamente o enquadramento ao agendamento de atributos. Após estabelecer uma agenda de quais assuntos serão tratados, a mídia faz uso de atributos para conferir uma moldura aos assuntos agendados. Ao caracterizar pessoas e objetos, seja de modo simples, como ao informar idades e nomes, ou de modo mais complexo, como atribuindo valores ou críticas, a imprensa concentra-se em empregar um escopo de atributos à narrativa, que acaba por se manifestar como argumentos ou julgamentos que reforçam um ponto de vista.

Padrões de atributos sob os quais certos grupos são representados contribuem muitas vezes para a manutenção de estereótipos. É o que defende Biroli (2017, p. 139), ao afirmar que os enquadramentos são esquemas simplificadores, ou padrões cristalizados de narrar um fato. "Os enquadramentos e os estereótipos que lhes dão sustentação se exprimem por meio de códigos morais relativamente estáveis. Ao colocá-los mais uma vez em circulação, o jornalismo contribui para essa estabilidade." A mídia não é uma fonte neutra de informação, as descrições e interpretações exibidas, seja de forma oculta ou manifesta, são poderosos meios de cristalizar representações, tornando-lhes públicas e duradouras.

Entretanto, os enquadramentos não são padrões estáticos. Eles podem mudar ao longo do tempo. No entendimento de Soares (2009), é necessário que haja uma demanda externa, seja pelas elites, ao reestruturar certas definições sobre temas, seja por meio de esforços de grupos mobilizados, como movimentos sociais, com vozes capazes de questionar os padrões de apresentação dominantes. Além disso, a sociedade, a cultura e o tempo histórico inserido

também podem levar os enquadramentos para outras direções, bem como a ocorrência de eventos novos sobre um tema.

Fazendo uso dos estudos sobre enquadramentos jornalísticos, Aldé (2003) observou a cobertura noticiosa da Guerra do Iraque, nos três primeiros meses do conflito. A autora identificou a proeminência de quatro tipos de enquadramentos. Foram eles: o militar ou belicista, o econômico, o humanista e o político. O primeiro deles focava a cobertura nas técnicas e estratégias de guerra, equipamentos e armamentos, dando ênfase aos aspectos dramáticos da guerra. O enquadramento econômico se concentrou nas motivações econômicas, nas consequências de uma vitória ou derrota na ocupação realizadas pelos Estados Unidos ao Iraque, bem como os interesses que levariam o lado estadunidense a explorar riquezas petrolíferas do lado inimigo.

Aspectos humanos sobre os envolvidos na guerra do Iraque, como mortes de pessoas, consequências da destruição nas populações e destruição civil foram os pontos mais abordados no enquadramento humanista. Para Aldé (2003) uma das causas da proeminência de imagens sobre as perdas humanas no conflito foi o recebimento de imagens fornecidas por redes árabes de televisão à emissoras e grandes agências de notícias. Por fim, chega-se ao enquadramento político, onde os enunciados jornalísticos abordavam as relações políticas influenciadas positivamente ou negativamente pela guerra, sua legitimidade, as consequências para as relações internacionais, além das alianças e rupturas feitas pelas autoridades envolvidas na ação.

Especificamente em relação a veículos brasileiros, o trabalho revelou uma cobertura mais crítica e plural nos noticiários de TV paga e em jornais impressos. Em jornais de TV aberta, como o Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, enquadramentos belicistas foram majoritariamente identificados, com pouco espaço ao enquadramento político e interpretações mais críticas sobre o conflito. Uma das causas seria a ausência de correspondentes trabalhando direto do local do conflito, causando uma extrema dependência dos conteúdos de agências e emissoras norte-americanas.

Entretanto, emissoras de TV paga, a exemplo da Globo News, abriram espaço para debates sobre o tema, possível fruto da falta de imagens sobre o conflito, o que possibilitou dar voz a especialistas debaterem, o que fez a emissora exibir uma cobertura menos factual e mais crítica. Esse trabalho sobre os enquadramentos da Guerra do Iraque demonstra como diferentes veículos podem adotar enquadramentos distintos sobre um tema, ainda que passem pelas mesmas dificuldades técnicas ao longo de uma cobertura. Os quadros interpretativos que o jornalismo põe à disposição do público estão imbrincados com as representações que ele apresenta, estimulando roteiros de interpretação sobre eventos.

Com definições múltiplas e abordagens em áreas distintas, no campo da Comunicação os estudos do enquadramento trazem luz à relação intrincada entre processos midiáticos e produção de sentidos. Ao enxergar as notícias como fruto de uma construção social, intermediada por diversos fatores de ordem social, cultural e técnica, o trabalho dos jornalistas se caracteriza como campo de não somente reflexão da realidade, mas de contribuição na atribuição de sentidos sobre ela. Ao representar acontecimentos, pessoas e culturas, ao dar vozes a determinadas fontes e silenciar outras, ao eleger critérios de seleção e hierarquização das notícias, a mídia constrói seus quadros do mundo. Pode dar visibilidade ou invisibilizar acontecimentos e pessoas, torná-las valorizadas ou estigmatizadas, dar-lhe notoriedade e espaço de fala, reproduzir estereótipos culturais, influir no olhar sobre o outro.

Os meios de comunicação são esferas de representação influenciados por fatores de ordem política e técnica das rotinas próprias de produção de seus conteúdos. A teoria do agendamento defende que os meios de comunicação têm poder de dizer quais os temas que o público deve pensar a respeito. Já os estudos do enquadramento evidenciam que o jornalismo faz uso de uma série de elementos para montar mapas de significados sobre os temas agendados. Portanto, o agendamento e enquadramento, como formas de representação, não influenciam somente a partir do que selecionam e exibem, mas também por meio do que é omitido e não ganha espaço nos meios. Nos temas, fontes, países e eventos que não ganham destaque nos noticiários. A falta de abordagem de aspectos humanos e culturais do Oriente Médio, por exemplo, é um caso que afasta o público do sentimento de identificação com as populações da região. O que sobra são as representações de mortes, conflitos e impasses políticos.

Entretanto, a capacidade dos agendamentos e enquadramentos apresenta limites questionáveis. Na atualidade, grupos que não fazem parte dos veículos de comunicação massiva contestam e criticam a agenda midiática e os enquadramentos exibidos, produzindo narrativas alternativas às tradicionais. Um exemplar desse tipo de narrativa são as ações de comunicação comunitária. No Brasil, uma amostra emblemática é o jornal Vozes da Comunidade. O veículo foi criado no ano de 2005, no estado do Rio de Janeiro, por um estudante de 11 anos, Renê Silva. Inicialmente, a intenção era apenas debater problemas de sua escola, localizada no bairro de Higienópolis, próxima ao Complexo de Favelas do Alemão (WALTZ, 2017). Em 2010, porém, com a ocupação militar da comunidade, a equipe do jornal, formada por jovens, passou a narrar em tempo real a ocupação pela página do jornal no Twitter. As narrativas do Vozes da Comunidade foram usadas até mesmo como fonte para veículos jornalísticos tradicionais, que não podiam entrar na comunidade. Atualmente, política, cultura, economia e problemas sociais são temas presentes no veículo, que vai além das narrativas que enfocam a violência nas

comunidades cariocas. Essa iniciativa independente demonstra a tentativa de autorrepresentação de grupos pouco escutados na grande mídia, impulsionados pela tecnologia digital, onde novos meios de representação podem surgir.

Outras formas de questionamento dos posicionamentos apresentados pela imprensa foram estudadas através da *Hostile Media Perception* (HMP), traduzida em português para Hipótese da Mídia Hostil. Segundo tal premissa, indivíduos partidários de uma causa tendem a enxergar a cobertura midiática como contrária às suas posições, e a favor do lado contrário. A tendência foi desenvolvida nos Estados Unidos, pelos pesquisadores Robert Vallone, Less Ross e Mark, no ano de 1985. Eles realizaram um experimento com eleitores estadunidenses três dias antes das eleições presidenciais do país. Os resultados indicaram que a maioria dos eleitores acreditavam que a mídia havia sido imparcial na cobertura da disputa eleitoral. O resultado, porém, mostrou-se inverso quando o experimento foi repetido tempos após o pleito.

A tendência de achar que a mídia é tendenciosa está presente em parte do público. Para Gomes (2016) tal premissa, contrariamente à opinião comum, revela muito mais sobre a estrutura intersubjetiva da interpretação da mídia, por parte de partidários e dos coletivos onde eles estão inseridos e engajados, do que sobre valores e comportamentos intrínsecos do jornalismo e da ficção, de suas empresas e seus profissionais. Quanto mais engajadas em uma causa, mais as pessoas tendem a ver a mídia como contrária ou distorcida em relação aos posicionamentos dessas pessoas, em relação a temas como política, esportes ou religião.

A HMP também foi usada como método em um estudo com partidários pró e contra o Estado de Israel. Na ocasião, eles foram questionados sobre a cobertura do massacre de Sabra e Chatila, em 1982, quando refugiados palestinos foram mortos e as forças de Israel foram acusadas de ser responsáveis pela tragédia. Mais uma vez, a hipótese da mídia hostil foi percebida. Cada lado viu a cobertura midiática como contrária ao ponto de vista defendido por eles (SAMPAIO, 2011). Isso demonstra como os enquadramentos jornalísticos sobre um mesmo tema podem ser interpretados de maneiras diversas, a depender do público submetido. Seja questionando a agenda midiática e produzindo seus próprios conteúdos, seja apresentando narrativas alternativas às dos meios tradicionais. Visto que tudo que é noticiado torna-se público, os enquadramentos dispostos nos relatos noticiosos são vozes capazes de reverberar a longas distâncias no tempo e no espaço.

Abordando mais uma das vertentes relacionadas ao jornalismo como construtor da realidade, partimos para tomar como foco as notícias internacionais, que nos aproximam ainda mais do nosso objeto de estudo. Através dos relatos jornalísticos tomamos conhecimento de culturas, situações e eventos distantes do nosso contato físico. No caso do Oriente Médio, dada

a distância geográfica e cultural de características da região com as audiências brasileiras, os processos informativos presentes nos meios de comunicação propiciam a intermediação e difusão de representações, que geram conhecimentos, reflexões e modos de perceber os objetos em foco. Ao pensar sobre esses elementos, o jornalismo internacional representa um lugar de investigação que nos permite perceber a rede de conexões de ordem técnica, social e econômica envolvidas nas notícias sobre o que vem de fora da proximidade geográfica do público.

2.4 JORNALISMO INTERNACIONAL: ORIGEM E VEÍCULOS BRASILEIROS

Uma das tarefas do jornalismo é servir ao interesse público, levando à sociedade conhecimentos sobre os acontecimentos relevantes ou com potencial em influir na vida dos cidadãos. Inclui-se nisto notícias nacionais e internacionais. A segmentação que trata das notícias de fora do país de origem do jornal é chamada de jornalismo internacional. Trata-se da especialização que reporta fatos ocorridos além da fronteira nacional de origem do veículo de comunicação que os noticia, sejam eles de ordem econômica, científica, esportiva ou ligada a qualquer outra temática (AZEVEDO, 2012). Como é defendido por Silva (2011), a imprensa voltada para assuntos estrangeiros acaba por transformar cidadãos nacionais em globais, ao estabelecerem uma comunidade imaginada (ANDERSON, 2008) de escala global, onde eventos ocorridos em outras regiões ou continentes geográficos ligam-se ao resto do mundo.

A origem do jornalismo internacional data do início do século XVI, de acordo com Natali (2004), quando o influente banqueiro europeu Jacob Függer von der Lilie foi o primeiro a criar uma espécie de boletim informativo, através da distribuição regular de informações úteis para os negócios, como cotações de mercadorias, ocorrência de conflitos que pudessem afetar o trabalho, preços de apólices de seguros e mudanças na igreja que poderiam influir no comércio de alguns países da Europa. As informações econômicas ou políticas vinham sobre forma de notícias e análises, avaliando os riscos e ações que os bancos deveriam tomar para se proteger. Decorre disso a argumentação do autor de que "O jornalismo nasceu internacional" (NATALI, 2004, p. 13), tendo em vista as necessidades mercantilistas da época.

No século XIX, influenciadas pelas transformações tecnológicas que surgiram, o setor jornalístico teve a necessidade de organizar um processo que pudesse transmitir um grande volume de informações em escala mundial, sob baixos custos (WAINBERG, 2005). Em função disso, foram criadas as agências de notícias. Aguiar (2015, p. 8) define agência de notícia como "[...] uma fornecedora e distribuidora de conteúdo jornalístico em processo contínuo." A primeira delas foi a Havas, posteriormente chamada de France-Presse, surgida na cidade de

Paris, em 1835, com notícias que enfocavam principalmente questões econômicas e conflitos armados (SILVA, 2011).

As grandes agências de notícias alimentam veículos do mundo inteiro com os mais diversos assuntos. Elas traduzem conteúdos, enviam informações de um país para outro, fornecem conteúdos de locais onde os repórteres não conseguem chegar, avisam sobre notícias urgentes que merecem ser cobertas, além de fornecerem materiais adicionais que aprimorem as coberturas dos jornais (AGUIAR, 2008). Em contrapartida, para publicar os conteúdos que recebem, os veículos pagam uma quantia fixa regular às agências, mediante assinatura. Rossi (2000) lista que as maiores da atualidade são a Agence France Presse (AFP), da França; as estadunidenses United Press Internacional (UPI) e Associated Press (AP); a Reuters, da Inglaterra; a Deutsche Presse-Agentur (DPA), com origem alemã; além da italiana Agenzia Nazionale Stampa Associata (ANSA) e da espanhola EFE.

Natali (2004) aponta um dos principais motivos para que a imprensa recorra a informações advindas de agências. Trata-se dos custos econômicos menores para contratar os serviços, tendo em vista que se as informações viessem a partir de correspondentes internacionais ou enviados especiais, as despesas teriam que ser pagas pelo próprio jornal. Para evitar a perda de clientes, as agências têm que produzir material com potencial de ser aceito por veículos com orientações editoriais divergentes. Uma das consequências da publicação de conteúdos fornecidos por esse segmento é o cenário de uniformização das informações em diferentes meios da imprensa, ainda que essa uniformização não signifique que os conteúdos fornecidos são totalmente apartidários.

Além das agências, um dos elementos protagonistas do jornalismo internacional são os correspondentes. Silva (2011, p. 15) define a função como a do "jornalista sediado em um país que não o seu de origem com a missão remunerada de reportar fatos e características dessa sociedade em que vive para uma audiência de sua nação materna por meio de um veículo de comunicação." Segundo o autor, provavelmente o primeiro correspondente internacional a exercer a função profissionalmente foi James Perry, do inglês Morning Chronicle, na década de 1790. Com a criação da agência de notícias Havas, a partir de 1835, os correspondentes cresceram em número, alcançando a melhor fase entre os anos 1930 e 1960, fase de alto faturamento dos jornais e de aumento no interesse do público sobre guerras e celebridades internacionais. No Brasil, a melhor fase dos correspondentes data do término da década de 1960 até o início da década de 1990, época de fortalecimento da indústria da comunicação no país.

Os correspondentes ficam posicionados em regiões estratégicas do mundo, como por exemplo a América do Norte e Europa, dada a posição político-econômica de países dessas

regiões e sua influência no contexto mundial. Apesar da importância dos correspondentes para os meios de comunicação, os altos custos financeiros em mantê-los na atividade são um dos principais empecilhos para as empresas. Como alternativa, os meios podem mandar enviados especiais para um local onde uma ocorrência de alta noticiabilidade precise ser reportada. Os enviados, no entanto, permanecem por um período curto de tempo, concentrando-se na cobertura de um evento em especial. Na ausência de correspondentes e enviados especiais, os veículos de comunicação ficam cada vez mais dependentes dos despachos das agências. Esse cenário limita o volume de informações disponíveis e acaba por interferir no noticiário final, ainda que na atualidade a internet seja usada como recurso para a apuração à distância.

No Brasil, a presença do jornalismo internacional veio a partir do século XIX. Até então, os veículos de comunicação eram voltados para assuntos políticos nacionais, sem interesse por informações de outros países (BAHIA; RIGUEIRA, 2010). Entre os motivos dessa ausência estavam as limitações técnicas advindas do uso de navios para circulação de notícias, o que impedia a rapidez das informações (NATALI, 2004). De acordo com estudo realizado por Bahia e Rigueira (2010), somente com o surgimento do jornal Correio Brasiliense, em 1808, começou a circulação de notícias estrangeiras. O crescimento no interesse em receber esse tipo de informação veio com a chegada de imigrantes ao Brasil (SILVA, 2011).

Ainda em 1808, nasce a Gazeta do Rio de Janeiro, que reportava informações das famílias reais europeias. Em 1874, Dom Pedro II faz uma ligação entre o Brasil e a Europa, permitindo a chegada do telégrafo e acelerando o recebimento de notícias. No século XX, surgem as redes internacionais de televisão especializadas em notícias, como a norte-americana Cable News Network (CNN), a britânica British Broadcast Corporation (BBC) e a árabe Al Jazira, expandindo o número de fontes de notícias, que até então eram concentradas nas agências. Na década de 1950, o noticiário internacional ganhou equipes especializadas nesse tipo de segmento (AGUIAR, 2008). Até então, apesar da existência do noticiário internacional, ainda não existiam equipes próprias para a editoria. Os jornais estrangeiros e a possibilidade de acesso maior às informações com o advento da internet nos Estados Unidos constituíram-se como duas inovações que ampliaram as fontes para o jornalismo internacional (GOMES, 2002).

A complexidade do jornalismo internacional consiste numa série de fatores. Entre eles estão a concorrência econômica, as relações de dependência entre a imprensa e as alianças internacionais (MCQUAIL, 2012). Incluem-se também a ausência de detalhamento das informações decorrentes da carência de apuração ampla ao noticiar um evento, a frequente falta de acesso direto às fontes (AZEVEDO, 2012), além das limitações de tempo e espaço dos diários impressos e televisivos. Decorre deste último fator a necessidade de optar por uma

seleção criteriosa dos acontecimentos que serão trabalhados como notícia, tal como exposto por Natali (2004, p. 6):

> Nenhuma outra editoria de jornal põe no lixo uma quantidade tão incrível de informações. O que é também uma maneira de dizer que nenhuma outra editoria precisa utilizar critérios tão refinados e qualificados de seleção. [...] A seletividade implica hierarquizar para escolher, deletar ou jogar no cesto de lixo eletrônico coisas que sejam circunstancialmente menos importantes.

O fluxo imenso de informações que chegam aos veículos diariamente faz com que os jornalistas precisam valer-se de critérios rigorosos na seleção do que virá a ser trabalhado. Os jornais também se valem dos valores-notícias – anteriormente discutidos, em suas editorias internacionais. Entre os critérios de seleção mais determinantes apontados por Natali (2004, p. 6) estão a ocorrência de grandes tragédias humanas, o nível de proximidade e acessibilidade geográfica ao fato e a proeminência dos países retratados.

> Guerras são, em princípio, importantes, embora algumas tenham visibilidade maior que as outras (a intervenção dos Estados Unidos no Iraque é mais visível que a Guerra Civil na República Democrática do Congo, ex-Zaire, por exemplo). Eleições em países vizinhos ao Brasil ou influentes em termos mundiais são importantes também, como Estados Unidos, Argentina, Alemanha, Bolívia, Reino Unido, Venezuela, França ou Rússia. Epidemias, com seus efeitos humanos, demográficos e econômicos estão sempre na pauta. Há ainda essa imprevisibilidade que comove e que são as inesperadas tragédias.

A editoria internacional é fortemente afetada pelas condições de produção de notícias. Apesar de noticiar sobre outros países, os jornais o fazem na intenção de seguir o interesse público nacional do país em que atuam (MCQUAIL, 2012), o que leva a um grande conjunto de temas que, apesar de parecerem importantes, não obtêm valor suficiente para vir a ser trabalhados nas redações. Por outro lado, é dada prioridade a "[...] eventos cuja repercussão e impactos há muito deixaram de estar circunscritos ao espaço territorial do Estado-nação" (SOUTO, 2010, p. 87), ou seja, que geram consequências para além dos limites geográficos que os delineiam. As narrativas noticiosas também perpassam por fatores de ordem institucional dos veículos. Interesses econômicos, política internacional, e até mesmo estratégias militares, quando concernente à ocorrência de guerras entre países (STEINBERGER, 2003) são variáveis influentes no discurso final que chega ao público.

Para entender alguns dos fatores envolvidos no noticiário internacional, têm-se que se considerar também o papel da imprensa como ator político e ideológico, levando em conta que as empresas de comunicação possuem interesses políticos e econômicos próprios delas e de seus anunciantes. Os interesses econômicos estão fortemente envolvidos porque as empresas de mídia são apenas mais um dos elementos regidos pelos preceitos do sistema capitalista, onde

a lucratividade e a produtividade são princípios presentes no modo de trabalho (SANTOS; SCHNOR; MILAGRE, 2016). Nesse contexto, a mídia estaria alinhada aos sistemas de economia vigentes, o que adquire relação com os conteúdos noticiados, sejam eles de ordem nacional ou internacional.

Estudos apontam a ligação entre o que é noticiado pela imprensa e os preceitos defendidos pelo Neoliberalismo. Essa doutrina econômica se inspira em preceitos do liberalismo do século XVIII e defende princípios como a não intervenção do Estado na economia, o livre funcionamento dos mercados e a privatização de setores antes geridos pelo Estado, sob a interpretação de que essas propostas gerariam o equilíbrio econômico (CAMPOS; CANAVEZES, 2007). Na América do Sul, essa corrente ganhou força a partir da década de 1990, com o Consenso de Washington, momento em que um conjunto de medidas neoliberais foram implementadas na região. Para Moraes (2002), a mídia legitima o discurso da globalização neoliberal, enquanto também é um importante agente econômico global que promove um discurso estratégico hegemônico defensor da abertura da economia, na intenção de transferir para o mercado a regulação de demandas coletivas. Essa questão estaria amplamente relacionada à alta taxa de concentração midiática, em que grandes conglomerados de informação controlam os meios de comunicação de massa.

No Brasil, a concentração midiática é fator marcante. Segundo o mapeamento Media Ownership Monitor Brasil (INTERVOZES, 2017) realizado pelo Coletivo Intervozes, 26 grupos controlam os 50 veículos de comunicação com os maiores índices de audiência no país. Metade dos 26 grupos pertencem a apenas cinco organizações, e 21 deles têm participação econômica em atividades de outros setores, como educação, setor imobiliário, agrário e relações com lideranças religiosas cristãs. Além disso, parte é de propriedade de políticos ou familiares de parlamentares. Esses dados sobre a alta concentração de propriedade abrem questões sobre o pluralismo da mídia no Brasil. O cenário de concentração na mão de alguns grupos dotados de interesses políticos, econômicos e religiosos leva a questionamentos sobre qual é o tipo de notícias que essas empresas levam ao público, bem como qual tipo de sistema econômico elas defendem, por exemplo. Essas posições influenciam, também, a agenda dos veículos, no referente aos temas tratados e a quais atores é dada voz e opinião, seja no noticiário internacional ou nacional. É necessário ter em mente que a comunicação é uma das arenas por onde a disputa por hegemonia acontece e que os oligopólios midiáticos também condicionam o debate a partir de certos parâmetros.

No noticiário internacional, o que é veiculado por vezes não chega a ser tratado com a profundidade necessária, com pouca contextualização e interpretação, além de ser replicado de

forma parecida entre os veículos (STEINBERGER, 2003), o que leva à homogeneização das perspectivas apresentadas ao público por diferentes veículos, sem apresentação de contrapontos à posição dos concorrentes. No Brasil, os assuntos mais recorrentes presentes no noticiário internacional são os ligados aos Estados Unidos, como a política e economia do país, bem como temas oriundos do Oriente Médio, sendo os principais a ocorrência de atentados terroristas (AZEVEDO, 2012), revelando um padrão de tendências relativas aos países e temáticas abordadas, como já mencionamos anteriormente.

A abordagem de assuntos exteriores pelo jornalismo leva ao conhecimento acerca de temáticas e eventos que estão fora da proximidade geográfica do público receptor. Nesse contexto, as notícias internacionais adquirem significação e impacto permanentes. Ao reportar o que é estrangeiro, o jornalismo constrói e faz circular representações acerca de elementos por vezes pouco conhecidos do público, tais como outros países e culturas internacionais, que estão longe da interação face a face, agindo como um mediador de crenças sobre o mundo.

Ao tratar da atuação da mídia na formação da imagem de outros países, McQuail (2012) defende que o jornalismo pode ser tanto positivo quanto negativo ao representar o que é estrangeiro, a depender do nível de equilíbrio que é dado às representações positivas ou negativas. Aguiar (2015, p. 12-13) traz uma posição semelhante, embora neste caso refletindo sobre as listas de conteúdos que as agências enviam aos jornais, e como eles formatam visões sobre os países representados. Abordando os efeitos cumulativos causados pela visibilidade conferida a determinadas regiões, o autor diz:

> Assim, se uma agência mandar frequentemente notícias dos Estados Unidos sobre assuntos variados, desde política e economia até cultura, esportes e celebridades, os jornalistas e os leitores vão ter mais facilidade de acesso, maior compreensão e, consequentemente, mais familiaridade com o cotidiano desse país, por mais distante que este seja da sua própria realidade. Por outro lado, se o material que chega sobre o continente africano ou sobre o Oriente Médio é esparso e normalmente relacionado a conflitos e crises, essa será a imagem que predominará no imaginário do público – e, por mais que o jornalista numa redação queira cobrir bem essas regiões, terá menos material à sua disposição para isso do que para cobrir, por exemplo, eleições regionais norte-americanas.

Algumas correntes questionam a noção de apartidarismo presente nas coberturas vendidas pelas agências de notícias. Sob a ótica do *soft power*, ou poder brando, essas empresas atuam como forma de transmissão da cultura, valores e poder político dos países onde estão localizadas. O conceito de *soft power* foi desenvolvido por Joseph Nye, cientista política estadunidense. Pode ser definido como a "habilidade que determinado Estado tem para atingir seus objetivos no cenário internacional baseado na capacidade de mudança de comportamento

de outros atores globais (GERVÁSIO, 2013).” O fluxo internacional de informações é um meio pelo qual essa forma de poder pode se perpetuar. Nesse caso, as agências de notícias seriam os mecanismos que levam os valores de um país a outro.

As maiores agências de notícias são originárias de países economicamente desenvolvidos e ocidentais. Logo, a circulação noticiosa mundial é dominada por informações vindas de países norte-americanos e europeus, bem como de profissionais originários deles. Consequentemente, as notícias trazem explicações que representam majoritariamente visões ocidentais sobre os acontecimentos. Em certa medida, esse cenário pode afetar as narrativas sobre regiões de menor interesse ocidental, como o Oriente Médio. Quando o jornalismo dá ênfase desproporcional a ângulos negativos de uma cultura, religião ou população, aspectos etnocêntricos podem ganhar evidência e tornarem-se duradouros, sobretudo no concernente a grupos estrangeiros que historicamente são considerados como os “outros”, levando à possibilidade de olhares estereotipados e discriminatórios contra eles.

A representação pouco ampla e complexa dos “outros” pelo jornalismo é entendida por FÜRSICH (2016) como fruto de três fatores principais. O primeiro é tendência da mídia em atender o público nacional, com pouca abordagem crítica sobre a diversidade que vai além dos limites nacionais. O segundo fator são as rotinas de produção jornalística, que só recentemente começaram a ser desafiadas em representar a diversidade, mesmo em se tratando de empresas públicas de mídia. Por fim, as relações entre mídias, sistemas políticos e elites são um dos itens que afetam o trabalho dos jornalistas ao descrever os outros como essencializados, diferentes ou exóticos. O jornalismo, como vitrine de aspectos sobre o mundo, faz uso de elementos próprios da área para apresentá-lo. A partir de rotinas habituais de trabalho, uso de linguagem própria, definição da agenda e construção de enquadramentos, ajuda a normalizar visões do mundo que vai além dos limites nacionais e dos contextos sociais do público receptor.

Entre os maiores diários brasileiros de circulação nacional que possuem editorias voltadas à assuntos do exterior estão a Folha de S. Paulo e O Globo. Contando com tradição histórica, rede de correspondentes internacionais e relações com agências de notícias, os veículos figuram como importantes meios por onde o público brasileiro recebe informações sobre assuntos do exterior.

2.4.1 O Globo

O jornal O Globo foi fundado no estado do Rio de Janeiro, pelo empresário Irineu Marinho. Sua primeira edição foi lançada em 29 de julho de 1925, quatro dia após a fundação,

com circulação vespertina e contendo um caderno de oito páginas, tendo a segunda edição com tiragem de 33.435 exemplares (CARVALHO, 2012). A primeira equipe do veículo era formada por profissionais do jornal A Noite, local onde o proprietário de O Globo tinha trabalhado antes de fundá-lo. Após a morte do primeiro proprietário, vinte e um dias depois, o Globo passou a ser dirigido por Euricles da Cunha, que veio a falecer em 5 de maio de 1931, a direção foi assumida por Roberto Marinho, filho de Irineu. Roberto permaneceu até seu falecimento, em 6 de agosto de 2003.

O Globo é uma das empresas do Grupo Globo, composto pela TV Globo, Globo Filmes, canal Globosat, Infoglobo, Editora Globo, Som Livre, Sistema Globo de Rádio e portal de classificados Zap. Em sua origem, O Globo centrava suas coberturas em questões populares, como causas do funcionalismo público e problemas estruturais da cidade do Rio de Janeiro (FGV, 2012), tendo como público-alvo os moradores da área metropolitana. No ano de 1936, publicou a primeira telefoto do jornalismo brasileiro. O registro tratava-se da imagem da nadadora Piedade Coutinho, em sua classificação histórica para a final dos 400 metros em nado livre na Olimpíada de Berlim, na Alemanha. A partir de 1962 o veículo passou a ter circulação matutina (PESCE, 2012), como segue até os dias atuais.

A publicação tem circulação nacional, em meio digital e impresso, no formato *standard*, caracterizado como um dos três maiores jornais do país, atingindo circulação diária de mais de 130 mil exemplares impressos e 112 mil através de assinatura digital, de acordo com dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC) (PODER360, 2017). Com sede localizada no Rio de Janeiro, O Globo mantém sucursais espalhadas por todo o Brasil, além de correspondentes internacionais.

O jornal é composto por revistas, suplementos, entre eles o RioShow, Boa Viagem, Prosa e Segundo Caderno, e seis editorias, a saber: País, Rio, Economia, Mundo, Sociedade e Esportes. “Alguns cadernos levaram à criação de novos produtos, como o ELA, que deu origem ao ELA Gourmet, suplemento publicado no primeiro sábado do mês (O GLOBO, 2015)”.

De acordo com os princípios editoriais pregados pela empresa, O Globo é guiado pelos preceitos da isenção, da correção e da agilidade (O GLOBO, 2011). A isenção, para o veículo, envolve abordar os diferentes ângulos que envolvem um acontecimento, abrindo espaço para a expressão do contraditório; abrir mão dos gostos pessoais dos profissionais envolvidos no trato da notícia, além de não tratar assuntos como tabus, optando, em vez disso, por discutir todos os temas que sejam de interesse da sociedade. O princípio da correção refere-se ao cuidado em publicar somente as informações confirmadas como verdadeiras. Trata-se do rigor jornalístico

em apurar todos os dados. A agilidade, por fim, compreende ter celeridade no trabalho jornalístico, agindo com a rapidez necessária para dar as notícias ao público.

Em relação ao jornalismo internacional praticado pelo periódico, a década de 1950 foi marcada pela dependência das agências internacionais de notícias para receber informações e cobrir eventos ocorridos no exterior. "Entre janeiro e fevereiro de 1951, por exemplo, o material das agências correspondia a aproximadamente 90% do noticiário internacional publicado no jornal O Globo (CASTRO, 2006)." Matérias fornecidas por esse tipo de empresas ainda são usadas como fonte de conteúdos para jornais impressos, o que os deixam parcialmente dependentes do abastecimento de informações que não vêm de profissionais da própria entidade. Em relação a conteúdos frequentemente presentes em O Globo, vindos de outros veículos, estão matérias replicadas do estadunidense Washington Post e da agência francesa Agence France-Presse.

Na década de 1990, as transformações impulsionadas pelo advento de novas tecnologias de informação, como a internet, e a globalização econômica, fizeram com que a mídia brasileira fosse afetada e passasse por uma reestruturação. Nesta época, O Globo mantinha o maior número de correspondentes internacionais entre os veículos brasileiros (AGUIAR, 2008). No entendimento de Molina (2008, p. 13), os jornais "[...] poderiam melhorar imediatamente a conta de resultados em seus balanços se cortassem o número de correspondentes no exterior ou eliminassem totalmente. A margem de retorno aumentaria, mas a qualidade seria sacrificada e, no longo prazo, sua influência." Com isso, manter uma equipe de correspondentes e especialistas, apesar dos altos custos, faz com que assuntos internacionais sejam informados com mais pluralidade de enfoques, aumentando a qualidade do conteúdo. Em 2006, Castro (2006) contabilizou que durante o período de uma semana, 37% da editoria internacional de O Globo foi formada por matérias dos correspondentes, 11% era material reproduzido de outros veículos; e a maioria, de 52% do conteúdo, advinha das agências de notícias.

Magrol e Zamin (2018) analisaram as chamadas de capas na editoria internacional dos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo ao longo do ano de 2016. Observou-se que temas internacionais estiveram presentes em 21 chamadas de capa do jornal O Globo, configurando como o segundo jornal que mais destinou espaço para notícias internacionais na capa. 57% das chamadas apresentavam conotação negativa, estando presentes valores-notícia de conflito, tragédia e morte. Entre as agências de notícias utilizadas pelo jornal estavam as estadunidenses Associated Press (AP) e Bloomberg, evidenciando que os veículos informativos mais consultados pelo jornal se limitavam ao território norte-americano. Os autores observaram também que temáticas ligadas à política dos Estados Unidos foram as mais presentes nos 3

jornais, sobressaindo-se o interesse por assuntos de elite. Até mesmo quando o tema tratado foi o terrorismo, ele ganhava mais foco quando ocorria em território europeu. Mais uma vez, foi percebido que elementos como a proeminência dos países citados foram decisivos para a presença destes nas chamadas do noticiário.

2.4.2 Folha de S. Paulo

Considerado um dos veículos informativos mais tradicionais da imprensa no Brasil, a Folha de S. Paulo teve início no ano de 1921. Foi fundada por Olival Castro e Pedro Cunha, a partir da fusão dos jornais Folha da Noite, criado em 1921; Folha da Manhã, criado em 1925; e Folha da Tarde, lançado no ano de 1949. Cada um deles era lançado em turnos diferentes, ao longo do dia. Em 1960, os três jornais se uniram e passaram a ser uma publicação única, chamada apenas de Folha de S. Paulo, com circulação matutina. A tiragem média de início do veículo era de 15 mil exemplares (J3BRASIL, 2011). A orientação do jornal era atingir a classe média e os trabalhadores de zonas urbanas, de modo diferentes de jornais da época voltados para as elites, como o caso de O Estado de S. Paulo (AZEVEDO, 2017). O grupo empresarial detentor do veículo inclui também o jornal Extra, Agência Folha, Publifolha, Datafolha e o portal Universo Online (UOL) (MELO, 2009).

Em 1964, o jornal demonstrou apoio ao golpe militar e ao regime autoritário da época. No ano de 1984, durante o período do movimento conhecido como Diretas Já, posicionou-se a favor das manifestações para eleições presidenciais diretas, atitude que a fez ser chamada de "o jornal das diretas" (FOLHA, 2016). O veículo foi pioneiro em usar a impressão offset em cores, bem como a adotar o sistema eletrônico de fotocomposição (FOLHA, 2015). Ainda em 1984, lançou seu projeto editorial chamado de Projeto Folha, criado por Otávio Frias Filho, então secretário-geral da empresa. A linha adotada consistia em 4 elementos: seguir um jornalismo crítico, apartidário, moderno e pluralista. De acordo com Azevedo (2017, p. 94), entre os maiores jornais diários brasileiros, a Folha é "o mais aberto para o debate público e o confronto de ideias e posições políticas divergentes", e apesar de demonstrar neutralidade em suas posições políticas, realiza esse movimento através dos colunistas e editoriais por ela publicados.

Em 9 de julho de 1995, a Folha de S. Paulo passa a existir também no ambiente virtual, sob o título de Folha Online (LUCENA, 2008). Atualmente, o jornal é veiculado nas versões impressa e virtual e conta com os cadernos Cotidiano, Poder, Esporte, Mundo, Mercado, Ciência e Saúde. De acordo com seu manual de redação, o jornal é guiado por 12 princípios editoriais. São eles: confirmar a veracidade da informação antes de publicá-la; praticar

jornalismo criterioso e atualizado; priorizar assuntos de interesse coletivo; promover os valores do conhecimento, passificação, igualdade, democracia e direitos humanos; reportar temas de modo despido de tabus; promover a pluralidade; resguardar o contraditório; ser apartidário; ter autonomia financeira; diferenciar conteúdo noticioso do opinativo; rejeitar atentados à liberdade de expressão; e manter mecanismos de autocorreção e autocontrole (FOLHA, 2019).

Tendo em vista a posição da organização em influir na formação da opinião pública, a Folha já explicitou seus posicionamentos acerca de temas controversos e internacionais como os conflitos entre palestinos e Israel, e o papel do Brasil no Mercosul, em reportagem especial sobre os 95 anos da publicação. Sobre os conflitos na Palestina, defende que para alcançar a paz é preciso abandonar políticas de acirramento do confronto, como os assentamentos de judeus em território palestino ou ataques coordenados contra Israel. Em relação ao papel do Brasil no Mercosul, acredita que o bloco tem prejudicado o comércio exterior brasileiro e defende a operação de zonas de livre comércio, sem a cobrança de tarifas entre os integrantes do grupo (FOLHA, 2016).

Em pesquisa realizada por Castro (2006) com o jornal paulista, durante o período de uma semana, contabilizou a existência de matérias provenientes de agências de notícias em 50% do noticiário internacional, representando a forte presença de conteúdos que não vieram da equipe da Folha. Entre os veículos estrangeiros que alimentam o jornal estão a agência francesa France Presse, a britânica Reuters, a Associated Press e o jornal The New York Times, ambos com sede nos Estados Unidos, evidenciado uma rede informativa com proeminência das nações de elite em serem detentoras das informações que viram notícia.

Magrol e Zamin (2018) analisaram as chamadas de capas na editoria internacional dos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo durante o ano de 2016. No período de observação do corpus, a Folha figurou como a publicação que mais dispôs de conteúdo internacional em suas capas. Foram 27 ocorrências, sendo 5 chamadas principais com imagens, o que dá maior destaque à manchete de capa. Os valores-notícia de conflito, tragédia e morte estiveram presentes em 44% dos conteúdos, enquanto que chamadas com referências a valores-notícia positivos somaram 18% dos dados. Assim, os temas da agenda internacional são fundamentalmente tópicos de cunho negativo, ou abordagens que sigam essa tendência.

Finalizando a seção de desenvolvimento do referencial teórico do presente trabalho, na sequência apresentamos os procedimentos metodológicos adotados ao longo desta pesquisa, as etapas de aplicação das técnicas escolhidas, bem como os fundamentos que justificaram os seus usos e procedimentos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo como objetivo geral deste trabalho identificar e comparar as Representações Sociais do Oriente Médio presentes nos jornais Folha de S. Paulo e O Globo, verificando a presença ou ausência de características orientalistas nas abordagens dos veículos, necessitamos seguir procedimentos metodológicos que se adequem a essas finalidades. Para isso, aplicaremos como principal suporte metodológico a Análise de Conteúdo (AC).

Bardin (2016, p. 44) define a Análise de Conteúdo como "[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens." A autora sinaliza que a técnica sistemática proporciona, entre outras coisas, a visualização de indicadores que revelam condições de produção e recepção das mensagens midiáticas. Uma das vantagens é a possibilidade de adequação a estudos de diferentes áreas do conhecimento, variando em função dos objetivos da pesquisa**.**

Vala (1986, p. 104) sumariza as condições de produção de uma análise de conteúdo nos seguintes termos:

> [...] A análise de conteúdo permite inferências sobre a fonte, a situação em que esta produziu o material objeto de análise, ou até, por vezes, o receptor ou destinatário das mensagens. A finalidade da análise de conteúdo será pois efectuar inferências, com base numa lógica explicitada, sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas.

Com a AC, o analista tem a liberdade de trabalhar com dados diversificados, para chegar a objetivos que vão desde a identificação das mensagens quanto seus processos de produção, pois os significados das mensagens são interpretados num nível maior que em uma leitura comum (MORAES, 1999). Pesquisadores defendem que a AC permite responder às cinco perguntas clássicas do paradigma de Laswell sobre a comunicação (MORAES, 1999; CHIZZOTTI, 2006; HERSCOVITZ, 2007): Quem fala? Para dizer o que? A quem? Por quais meios? Com quais efeitos? Qualquer uma dessas questões pode ser respondida com base no uso sistemático das técnicas disponíveis na Análise de Conteúdo, que consistem, de modo geral, em descrever e interpretar conteúdos.

De acordo com Moraes (1999), uma Análise de Conteúdo orientada a "quem fala?" investiga quem emite a mensagem, fazendo interpretações focadas no emissor. No caso de se dirigir à questão "para dizer o quê? o estudo se direciona para as características da mensagem, como as palavras, argumentos e ideias presentes nos dados. Quando a intenção é responder à questão "a quem?", o trabalho se volta para o receptor. Se o objetivo é responder a "por quais meios?" o estudo enfoca em como a comunicação se processa, seus códigos, estilo e estrutura

das mensagens. Por fim, em uma análise de conteúdo orientada a responder sobre "com que finalidade" a comunicação é feita, o analista se debruçará sobre objetivos desta comunicação, sejam explícitos ou implícitos. Neste caso, também é preciso se voltar para o emissor, porém captando as intenções com que o conteúdo foi proferido. Mais de uma das questões podem ser respondidas ao mesmo tempo.

As origens da AC em estudos da mídia datam do início do século XX, nos Estados Unidos. Inicialmente, foi utilizada por Harold Lasswell, no trabalho *Propaganda technique in the Worl War*, publicado em 1927, sobre a relação entre imprensa e propaganda, com foco em investigar a possível importância das mensagens da imprensa na propagação de ideias políticas dos Estados Unidos e da Rússia (SETÚBAL, 1999). Posteriormente, a AC passou a ser aplicada em outros domínios como o Jornalismo, a Linguística, a Psicologia, as Ciências Sociais, a Antropologia, entre outros ramos da pesquisa empírica. Pode ser feita em conjunto com variados métodos de coletas de dados e usando como fonte materiais estruturados ou não, como correspondências, entrevistas abertas, revistas, jornais, filmes, fotografias, cartazes, relatos biográficos, entre outros dados (MORAES, 1999).

Em relação às pesquisas em jornalismo, Herscovitz (2007, p. 123) pontua que a Análise de Conteúdo figura como um dos aportes metodológicos mais úteis, visto que:

> Pode ser utilizada para detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos. Serve também para descrever e classificar produtos, gêneros e formatos jornalísticos, para avaliar características da produção de indivíduos, grupos e organizações, para identificar elementos típicos, exemplos representativos e discrepâncias e para comparar o conteúdo jornalístico de diferentes mídias em diferentes culturas.

Através de uma análise de conteúdo de notícias, cada notícia é separada e enxergada como fragmento do agendamento de um jornal. Assim, é possível detectar as características das abordagens, as especificidades de cada cobertura, organizar códigos descritivos, teóricos ou analíticos, bem como verificar a existência de possíveis representações. No nosso caso, buscamos traços orientalistas nos enunciados. Como defendido por Herscovitz (2007, p.132), grande parte das investigações feitas com a Análise de Conteúdo em jornalismo visam medir conceitos nas mensagens, "[...] ou seja, elementos abstratos que representam classes de fenômenos." Por exemplo, conceitos como liberdade de imprensa, alienação e liberdade religiosa podem ser objetos de investigação. Para utilizar a AC, define-se cada um desses conceitos, com base nas definições teóricas sobre o tema, e seleciona-se os indicadores que representarão a presença ou ausência dos fenômenos nas mensagens exploradas.

Para estudar as Representações Sociais do Oriente Médio na imprensa optamos por observar relatos veiculados na editoria internacional de dois jornais impressos. Os relatos textuais impressos são importantes meios de manifestação do Orientalismo. Eles são ao mesmo tempo, criadores e disseminadores das representações que sustentam a visão orientalista.

No entendimento de Said (2007, p. 141), as pessoas preferem a "[...] autoridade esquemática de um texto à desorientação dos encontros diretos com o humano", fazendo prevalecer o que é chamado pelo autor de atitude textual. Trata-se da tendência de recorrer a textos para explicar o que ainda é desconhecido. Os textos têm e criam um senso de conhecimento formal sobre os objetos a que se referem, sobretudo quando difundidos por acadêmicos, instituições e governos através de obras literárias ou científicas. Esses relatos tanto criam conhecimento sobre a realidade, como a própria realidade que tentam descrever. E são esses conhecimentos a base que sustenta ações de poder advindas do Orientalismo.

As narrativas jornalísticas se propõem a apresentar conhecimentos sobre o mundo. Carregadas de representações, elas trazem a intenção de serem relatos os mais precisos possíveis da realidade. É nesse contexto que os relatos jornalísticos podem conter também características orientalistas. As representações presentes nos noticiários são elementos-chave para que as narrativas orientalistas tenham eficácia. No caso do jornalismo internacional, os relatos apresentam quase sempre projeções ocidentais sobre a região. Quando exploramos o agendamento de jornais sobre o Oriente Médio, temos a possibilidade de visualizar o reservatório de representações apresentadas sobre a região e, consequentemente, verificar se estas coincidem com a tese do Orientalismo.

Por meio da identificação dos valores-notícia mais presentes nos temas-eixo tratados nas notícias, podemos identificar quais são mais proeminentes na cobertura sobre a região. O conceito de tema-eixo é considerado aqui com base na definição de Bardin (2016) como os objetos referenciais ao redor dos quais as narrativas se organizam. Por exemplo: em matérias sobre o acordo nuclear iraniano, podem existir falas de presidentes opinando sobre o tema, informações sobre tratados nucleares internacionais, entre outros tópicos que se agrupam em torno do principal assunto da matéria: o acordo. Este, portanto, seria o tema-eixo da narrativa.

Atentando para a ênfase dada a certos aspectos no conteúdo das notícias, podemos detectar fragmentos de enquadramentos sobre a região. Essa é a lógica que nos faz enxergar a Análise de Conteúdo como uma escolha metodológica que deve ser realizada com a finalidade de explorar o agendamento, enquadramentos e critérios de noticiabilidade presentes na cobertura dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo. A AC permite organizar sistematicamente

os relatos jornalísticos para, ancorados aos conceitos apresentados no referencial teórico deste trabalho, conduzir uma análise produtiva.

Orientados pelo propósito de verificar as RS nas mensagens sobre o Oriente Médio presentes nos dois jornais impressos já explicitados, fazer uso da Análise de Conteúdo se apresenta como uma técnica apropriada para o presente estudo. Em detrimento de outras modalidades, como a Análise Hermenêutica, que se concentra na interpretação metalinguística dos sentidos contidos em formas simbólicas, onde dimensões das unidades formam partes do todo (BASTOS; PORTO, 2005) ou a Análise de Discurso (AD), onde um dos possíveis objetivos é analisar o uso da linguagem e os efeitos dos discursos na sociedade, bem como os processos que dão forma linguística e produzem sentido nas interações (CHIZZOTTI, 2006). O recorte do presente trabalho se refere a compreender o que está sendo dito sobre o Oriente Médio, tomando como objeto o conteúdo das comunicações emitidas pelos jornais impressos.

Ainda que o contexto das mensagens esteja em certa medida presente ao longo da análise e, portanto, não seja ignorado, o foco recai no conteúdo dos textos e significado das mensagens ao longo da cobertura do noticiário, e não em como esse significado é criado, ou as relações mais profundas que existem entre texto e contexto. Além disso, a AC permite-nos trabalhar com interpretações quantitativas e qualitativas em conjunto, capacidade inviável caso escolhêssemos a AD, por exemplo[2]. Deixamos claro que nosso trabalho está focado na questão sobre "o que" é dito a respeito da região, em detrimento de outras questões como os efeitos causados por essas mensagens ou a finalidade com que foram emitidas.

No presente trabalho, optamos por utilizar a Análise de Conteúdo em associação com a exploração dos formatos das matérias, de suas origens e dos valores-notícia que as envolvem, tópicos inseridos no contexto dos processos jornalísticos de construção das notícias. Entendemos que os dados sobre a autoria e origem das matérias ajudam-nos a visualizar o envolvimento das agências de notícias e de outros veículos em definir as agendas e representações presentes nos jornais impressos brasileiros. Quanto aos formatos, estes ficam inseridos na discussão sobre gêneros jornalísticos, úteis para explorar sob quais categorias os conteúdos são organizados: se a partir de estruturas informativas, opinativas ou interpretativas. Por fim, o exame dos valores-notícia permite-nos ter uma visão geral dos critérios que envolvem a seleção dos tópicos proeminentes na cobertura do OM. Os três elementos em questão são fatores que estão na base da composição da agenda midiática (MCCOMBS, 2009).

[2] Em certas pesquisas, a Análise do Discurso pode ser realizada em associação à Análise de Conteúdo.

Esclarecidos os motivos gerais que nos levaram à escolha pela AC como metodologia norteadora, é necessário compreender como ela deve ser aplicada corretamente em uma pesquisa. A AC deve ser feita em conformidade com os objetivos de cada trabalho. O analista tem a liberdade de adaptar os procedimentos ao objeto que possui. Entretanto, o desenvolvimento de uma Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2016) deve seguir a ordem de três etapas primordiais: pré-análise, exploração do material e, por fim, tratamento dos resultados e interpretações. Cada uma delas é composta por um conjunto de atividades sistemáticas necessárias ao percurso metodológico.

A fase de pré-análise consiste na preparação das informações. "Geralmente, esta primeira fase possui três missões: *a escolha dos documentos* a serem submetidos à análise, a formulação das *hipóteses* e dos *objetivos* e a elaboração de indicadores que fundamentem a intepretação final." (BARDIN, 2016, p. 125, grifos do autor). As decisões sobre o material reunido devem estar em consonância com os objetivos do trabalho, e também serem satisfatórios para medir o fenômeno que se pretende estudar. As hipóteses e objetivos serão úteis para estabelecer qual será a direção da análise. Útil também para definir qual será a técnica usada[3]. A finalidade da pré-análise é, portanto, organizar o trabalho do analista, esclarecendo os pressupostos operacionais que orientarão o andamento das fases posteriores.

Concluída a pré-análise, chega-se à exploração dos materiais. "Esta fase, longa e fastidiosa, consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas". (BARDIN, 2016, p.131). Este momento consiste em definir qual será a codificação utilizada na análise. Para isso, é necessário definir as unidades de registro e de contexto do material, para posteriormente construir códigos e categorias de análise.

As unidades de registro são as divisões dentro da amostra. "[...] Podem ser consideradas partes de uma unidade de amostragem, estabelecida anteriormente na constituição do *corpus*. Se a unidade de amostragem for a edição de um jornal, por exemplo, as unidades de registro podem ser as notícias de interesse para a pesquisa publicadas nessa edição." (JÚNIOR, 2005, p. 294). Elementos como palavras, frases, parágrafos e temas também podem ser unidades de registro. As unidades de contexto, por sua vez, são as bases por onde as unidades de registro serão medidas. Por exemplo, em um trabalho sobre as tendências políticas adotadas por um jornal, onde as unidades de registro são os editoriais publicados pelo veículo, será necessário

[3] Diversas técnicas podem ser aplicadas na AC, tais como análise categorial, de asserção avaliativa, de enunciação, de expressão, entre outras. Todas elas são abordadas e comentadas em Bardin (2016).

definir conceitos como visão política de esquerda e de direita, ou liberal e conservadora. Esses conceitos são as unidades de contexto que servirão de base para a análise de cada editorial.

Uma das mais importantes etapas de exploração do material de análise é a categorização do conteúdo. Como o nome indica, categorizar envolve classificar os documentos escolhidos em divisões. Bardin (2016, p. 147) resume o significado de categorias como "rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos." Elas são os guias que conduzem o desenvolvimento da análise. Por isso, a fase de categorização é uma das que mais demanda tempo e esforço do analista. É um processo longo, de ir repetidas vezes até o material e aos referenciais teóricos, até se chegar às categorias mais apropriadas à construção da AC. O material, seja ele um texto, programa de TV, entrevista ou outro tipo de conteúdo, é desmembrado em unidades. Por sua vez, as unidades são reagrupadas dentro de categorias. Forma-se, assim, o sistema que o analista usará como referência para conduzir a descrição e interpretação dos dados.

O desmembramento das unidades em categorias deve ser feito seguindo uma lógica formal (VALA, 1986), em harmonia com as hipóteses e objetivos da pesquisa. As categorias podem ser definidas a *priori* ou a *posteriori*. Quando definidas a priori, o pesquisador predetermina cada uma delas e o material a ser analisado será desmembrado com base nas classes já escolhidas. Os elementos, portanto, serão encaixados dentro das categorias. Um exemplo são categorias de análise usadas em trabalhos de referência sobre um tema, o que pode guiar novos estudos sobre o mesmo objeto a partir das divisões anteriormente definidas.

Quando não classificadas a priori, as categorias emergem do próprio material. Ou seja: após observar os conteúdos, o pesquisador dividirá esses componentes em seus próprios grupos classificatórios, sem que houvesse uma pré-classificação já estabelecida. Esses grupos podem seguir critérios como os elementos comuns em partes do material, características presentes nas mensagens que vão ao encontro de conceitos próprios do referencial teórico, divisões semânticas ou de ordem sintética, entre outras coisas.

Uma das formas de organizar os dados de modo a estabelecer categorias analíticas é codificar as mensagens. A seguir, apresentamos as considerações de Gibbs (2009) sobre o que é a codificação e como ela é feita:

> Codificação é a forma como você define sobre o que se trata os dados em análise. Envolve a identificação e o registro de uma ou mais passagens de texto ou outros itens dos dados, como partes do quadro geral que, em algum sentido, exemplificam a mesma ideia teórica e descritiva. Geralmente, várias passagens são identificadas e então relacionadas com um nome para a ideia, ou seja, o código. Sendo assim, todo o texto, entre outros elementos, que se

> refere à mesma coisa ou exemplifica a mesma coisa é codificado com o mesmo nome.

Codificar é uma forma prévia de organizar os dados antes de estabelecer as categorias, pois os códigos podem ser hierarquizados e encaixados em categorias com características similares. Franco (2005, p. 58) sugere que o analista demande o tempo necessário para o estabelecimento das categorias de análise, pois, segundo ela, "não existem 'fórmulas mágicas' que possam orientá-lo, nem é aconselhável o estabelecimento de passos apressados ou muito rígidos. Em geral, o pesquisador segue seu próprio caminho baseado em seus conhecimentos e guiado por sua competência, sensibilidade e intuição." No entanto, apesar da rigidez na escolha das categorias não ser um ponto a ser seguido, alguns princípios devem nortear a classificação.

Bardin (2016) considera como satisfatória a categorização que obedece a cinco princípios. São eles: exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade e fidelidade, e produtividade. A exclusão mútua indica que cada elemento não pode pertencer a mais de uma categoria por vez. A homogeneidade é o princípio onde cada categoria não pode ser muito ampla, mas sim formada por elementos próximos entre si, ou seja, com similaridades de conteúdo. A pertinência diz respeito à adequação das categorias com as teorias que embasam o trabalho. A objetividade e fidelidade são as qualidades de categorias que não tenham sido afetadas pela subjetividade do analista, evitando-se distorções nessa etapa. Por fim, o princípio da produtividade indica que as categorias devem ser férteis para a análise, com grandes chances de gerar resultados satisfatórios, demonstrar aspectos ainda não observados sobre o tema, produzir inferências, etc. Com o sistema de categorias devidamente definido, o analista dispõe das classes necessárias para produzir suas descrições, interpretações e inferências.

Finalizada a categorização, chega-se finalmente ao momento do tratamento dos resultados e interpretações. É o movimento de fazer inferências dos achados da pesquisa. As inferências permitem interpretar as informações levantadas após a finalização das fases anteriores do desenvolvimento da AC, em consonância com os pressupostos teóricos adotados e os objetivos que guiam o trabalho. Dessa forma, o analista pode testar suas hipóteses, verificar correlações e atribuir significados às características encontradas por ele em fases anteriores.

3.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO: APLICAÇÕES NA PESQUISA

Definidas as etapas que compõem o desenvolvimento da Análise de Conteúdo, explicamos como elas foram aplicadas ao presente trabalho, bem como os passos que serão posteriormente dados. Nosso *corpus* analítico consiste nas matérias veiculadas na editoria

internacional dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo – em suas versões impressas, no período de 01 de janeiro a 31 de maio de 2018. Ambos os veículos identificam o caderno de notícias internacionais com o título 'Mundo'. A escolha pelos jornais se deu pela intenção de trabalhar com veículos de abrangência nacional, grande tiragem e tradição na imprensa nacional. Além disso, optou-se por selecionar um jornal com sede em S. Paulo e outro no Rio de Janeiro.

O período de tempo entre 01 de janeiro e 31 de maio de 2018 conteve um conjunto de marcos da cobertura do Oriente Médio útil aos objetivos desta pesquisa. Os principais deles foram a marca dos 7 anos de início da guerra civil na Síria, completada em 15 de março; e o aniversário de 70 anos da fundação do Estado de Israel, em 14 de maio, período que marca também o início do êxodo em massa dos palestinos. Essas duas datas marcantes motivaram a escolha do período em questão.

A guerra na Síria vem sendo o evento de maior repercussão midiática originário da onda revolucionária que ficou conhecida como Primavera Árabe. Os primeiros protestos populares na Síria começaram em janeiro de 2011, de forma pacífica, e até então reivindicando melhores condições de emprego e liberdade política. Meses depois, em 15 de março, as manifestações progrediram para uma violenta revolta armada, reivindicando a renúncia de Bashar Al Assad e tomando proporções políticas, econômicas e sociais bem mais amplas que o esperado inicialmente (RICCI, 2016), passando a envolver também interesses de outros países e potências ocidentais. O cenário transformou-se em uma guerra civil desde então, durando quase uma década até o momento.

Em 2018, a marca dos 7 anos do conflito trazia a expectativa de um destaque por parte da imprensa de aspectos diversos envolvidos na beligerância, tais como os novos desdobramentos (como ataques, tentativas de cessar fogo, etc), o envolvimento estrangeiro, as reações internacionais, as consequências na vida das pessoas afetadas ao longo dos anos de guerra, o crescimento no número de refugiados, entre outros pontos ligados ao contexto do OM.

Além disso, o ano de 2018 também marcava o aniversário de 70 anos da fundação do Estado de Israel, evento de importância histórica para a região. O Estado foi oficialmente fundado em 14 de maio de 1948, por um movimento sionista que desobedeceu a recomendação dada a partir de assembleia da ONU realizada em 1947, de partilhar a Palestina em um estado judeu, que ocuparia 53% do território, e outro árabe, com 47%. A criação de Israel vem apresentando consequências duradouras para a região, como a Guerra dos Seis dias (1967), Guerra do Yom Kippur (1973) e os conflitos entre o Estado de Israel e os palestinos, este último ocorrendo desde 1948 até os dias atuais.

Com a fundação do Estado, teve início também a *nakba*, termo árabe que significa catástrofe e simboliza a perda da Palestina pelos árabes, evento que resultou na emigração de milhares deles para países vizinhos em busca de refúgio. Com a ampliação de domínios por Israel, sucessivos conflitos foram desencadeados ao longo das décadas. De acordo com o calendário judaico – que é orientado pelo ciclo lunar; o aniversário de 70 anos de Israel teve sua celebração em 18 de abril de 2018.

Trabalhar com um recorte temporal que englobe eventos marcantes para a história e atualidade do Oriente Médio, ambos marcados pela interferência externa na região, indo dos 70 anos de Israel e do *nakba* aos 7 anos de Guerra na Síria, permite que aspectos importantes sobre a abordagem oriental na imprensa brasileira sejam explorados, tanto em relação ao contexto bélico que a região enfrenta, quanto aos aspectos humanos abordados em narrativas em que o foco é a história de cidadãos comuns, como árabes, judeus, sírios, muçulmanos, palestinos, etc. Servem, além disso, como base para categorias de análise com respaldo teórico nos estudos sobre Orientalismo e que dialogam com os objetivos desta pesquisa.

Recolhemos as notícias que englobam desde o mês de janeiro, marca dos primeiros protestos na Síria, até maio, mês de comemoração para Israel. Deixamos claro, entretanto, que embora os 7 anos da Guerra na Síria e os 70 anos de fundação de Israel serem marcos para o nosso recorte temporal, não vamos restringir a observação do noticiário sobre o OM apenas às coberturas ligadas a esses dois eventos. Explorar um período contínuo ocorreu pela expectativa de ter uma amostra representativa da cobertura do Oriente Médio, ver o agendamento que os dois jornais fizeram quanto aos acontecimentos abordados, acompanhando a cobertura dos veículos em relação aos temas, à frequência em que aparecem, aos que estiveram presentes em um veículo e ausente no outro, à continuidade da cobertura, entre outros elementos quantitativos e qualitativos válidos aos objetivos que propomos alcançar.

Partindo para a aplicação das fases da Análise de Conteúdo no presente trabalho, a pré-análise consistiu em selecionar todas as notícias que fizeram menção ao Oriente Médio, seja no título da matéria, subtítulo ou ao longo do texto. Para isso, exploramos visualmente todas as notícias da editoria internacional dos jornais no período contemplado pelo *corpus*. Recolhemos a matéria ao identificar qualquer notícia que mencionava algum dos 16 países da região, ou termos que poderiam estar ligados a ela, como: menções a populações como “sírios”, “árabes” e “sauditas”, além de nomes de autoridades da região, como “Erdogan” ou “Assad”.

Após esse olhar inicial, sucedeu-se a leitura superficial das notícias, para identificar se, de fato, todas tinham questões do Oriente Médio como temática central. As que não atendiam a esse critério foram descartadas. Nesta fase, chegamos ao total de 314 matérias,

sendo 160 da Folha de S. Paulo e 154 de O Globo. Estão incluídas no número final as narrativas nos formatos de notícias, reportagens, análises, boxes de informações, entre outros formatos. As matérias foram coletadas por meio dos acervos online da Folha de S. Paulo (FOLHA DE S. PAULO, 2020) e de O Globo (O GLOBO, 2020), onde é possível ter acesso às edições impressas integrais dos dois veículos, e fazer download das páginas de interesse.

Apresentamos uma análise descritiva do material jornalístico constitutivo do nosso *corpus*. Essa etapa é um dos momentos de exploração, fase importante no desenvolvimento da Análise de Conteúdo. A intenção é dar uma perspectiva geral dos dados recolhidos e das características gerais que os compõem para facilitar o entendimento sobre as informações levantadas após a análise baseada em categorias. Para isso, apresentamos um levantamento contendo a origem das matérias, o formato do material e a distribuição dos temas-eixo.

Ao ter um panorama do conjunto bruto de dados, podemos realizar comparações entre os temas trabalhados, quantificá-los, acompanhar a continuidade da cobertura, os países mais presentes nos veículos, quais acontecimentos foram trabalhados em análises e quais estiveram somente em notícias factuais, quais ganharam destaque por meio de reportagens, a proporção de conteúdos vindos de agências ou de outros jornais, entre outros indicadores úteis à comparação dos veículos.

Após a exposição das características gerais que compõem o *corpus*, iniciamos mais um dos procedimentos de análise exploratória dos dados, desta vez usando de uma das práticas da AC, chamada de análise temático-categorial, que consiste em desmembrar o texto em categorias segundo reagrupamentos analógicos (BARDIN, 2016). Tomamos como unidades de registro as notícias de interesse para a pesquisa, e como unidades de contexto, as teorias sobre Orientalismo e discussões sobre Representações Sociais e Jornalismo Internacional expostas durante a abordagem do aporte teórico.

Neste trabalho, nossa organização das categorias foi feita de modo secundário, pois não optamos por uma categorização *a priori,* usando categorias já existentes. A decisão por explorar e codificar os dados, para depois formular as categorias foi uma escolha guiada pelas indicações sugeridas por Gibbs (2009) sobre como formar categorias em estudos qualitativos.

Para definir os códigos, observamos cada unidade de registro – ou seja, cada notícia do material recolhido de janeiro a maio de 2018, de forma individual, segundo suas características. Esse movimento foi realizado organizando a data e título de cada matéria dos jornais dentro de tabelas do software Excel. Fizemos uma leitura inicial dos padrões de assuntos de cada matéria, para que fosse possível codificá-las de forma lógica. A leitura permitiu atribuir um código a cada notícia. Alguns dos códigos que usamos foram “protestos”, “guerra na Síria” e “acordo

nuclear", organizando as matérias por assuntos em comum. Por fim, reagrupamos os códigos em categorias gerais. Por exemplo: os códigos 'protestos' e 'guerra na Síria' foram realocados na categoria 'Os conflitos'.

Tendo em vista a quantidade considerável de material a ser explorado, codificá-lo permitiu ter uma visão em perspectiva e estruturada dos dados, enxergar as características em comum entre eles, acessá-los rapidamente com base na busca por um código em específico, e listar os códigos para, finalmente, reagrupá-los em categorias. Ou seja: primeiro cada notícia recebeu um código. Depois, os códigos foram enquadrados em categorias. Estas, por sua vez, são estruturas mais analíticas, não baseadas apenas em características presentes no material. Permitem ao analista ter um meio de controlar a diversidade de elementos (KIENTZ, 1973).

Tivemos a perspectiva de construir uma categorização de importância qualitativa dos temas, sem ater-se somente à descrição dos fenômenos ou características mais comuns no material jornalístico, mas tendo também um caráter mais analítico. Essa perspectiva tornou possível tratar os resultados em consonância com os fundamentos teórico-conceituais do Orientalismo e das Representações Sociais na imprensa.

Organizamos as narrativas em duas categorias analíticas, a saber: I: Conflitos e II: Questões de Gênero e Identitárias. Compõem a categoria Conflitos matérias ancoradas em embates – sejam eles políticos, militares, territoriais, entre outros, desde eventos já tradicionais na cobertura sobre a região, como o conflito na Palestina e a guerra na Síria, até ocorrências próprias dos meses em observação, como os protestos no Irã.

Na categoria de Questões de Gênero e Identitárias, reunimos matérias que abordaram a defesa de causas sociais, de gênero e de direitos humanos, além de movimentos organizados em prol de questões coletivas, sejam elas de ordem ideológica ou moral. À princípio, não tínhamos planejado trabalhar com essa categoria analítica. Entretanto, a identificação de narrativas ligadas a essas temáticas nos dois jornais chamaram nossa atenção para a importância de levar em conta narrativas que extrapolassem o foco em guerras e conflitos políticos. Consideramos relevante, por isso, a exploração das Questões de Gênero e Identitárias para direcionar nossa análise a determinados temas com uma visibilidade inferior no agendamento da região, mas que também indicam a circulação de representações sobre as populações.

A análise das representações presentes na cobertura médio-oriental de cada jornal foi considerada em função da lista de categorias elencadas. Para isso, observamos o contexto e as características de abordagem dos temas, como ocorrência de atributos a personagens e grupos, presença ou ausência de análises sobre os acontecimentos, ocorrência de casos fora dos padrões de categorias e relações com as teorias que orientam o trabalho.

Ao trabalhar com o agendamento dos jornais, inevitavelmente relacionamos este aspecto com a noção dos enquadramentos. Ao abordar a presença de atributos ligados a um determinado tema observamos a seleção de atributos usados para descrevê-lo. Os agendamentos e enquadramentos são elementos que dão sustentação às representações sobre a região, o que tornou possível detectar uma série de representações por intermédio da presença ou ausência de certas características nos conteúdos de cada categoria.

Tendo como base as características do presente estudo, interpretar os resultados compreendeu expor as reflexões que surgiram da descrição e exploração dos conteúdos manifestos, da análise empreendida a partir das categorias, da comparação dos jornais e da descrição dos dados quantitativos e qualitativos levantados na fase exploratória do material. A esta fase Bardin (2016) chama de tratamento dos resultados e interpretações.

Optamos por mesclar a análise quantitativa e qualitativa, contando a frequência dos conteúdos, identificando as origens, formatos e temas abordados – na apresentação dos dados quantitativos; e ao mesmo tempo avaliando os conteúdos latentes com base no sentido geral dos textos e notícias, além da relação com os conteúdos manifestos na fase mais descritiva do trabalho – tomando as categorias de análise como bases de observação e organização do trabalho. Seguindo cada fase anteriormente citada, constituímos um estudo comparativo do diagnóstico de representações presentes na Folha de S. Paulo e O Globo, tanto no nível dos dados quantitativos quanto no processo de análise qualitativa.

Na sequência, apresentamos os dados coletados, a partir de levantamentos sobre a origem das matérias, os formatos e os temas-eixo mais presentes nelas. Em seguida, discutimos os resultados e partimos para a análise baseada em categorias temáticas.

4 O ORIENTE MÉDIO NO CADERNO MUNDO DOS JORNAIS FOLHA DE S. PAULO E O GLOBO

4.1 APRESENTAÇÃO DO CORPUS DA PESQUISA: DADOS QUANTITATIVOS

Nosso *corpus* é constituído por 314 matérias, sendo 160 do jornal Folha de S. Paulo e 154 de O Globo, publicadas na editoria internacional dos periódicos, entre 01 de janeiro e 31 de maio de 2018, organizadas ao longo de 151 edições de cada jornal. Estão incluídas no número final as narrativas nos formatos de notícias, reportagens, análises, colunas, entre outros. Guiados pela intenção de ter uma perspectiva geral das características das matérias que compõem nosso *corpus* analítico, apresentamos, primeiramente, dados quantitativos sobre o material, descrevendo os principais elementos que compõem a cobertura analisada, a saber: as origens, formatos e temas-eixo das matérias.

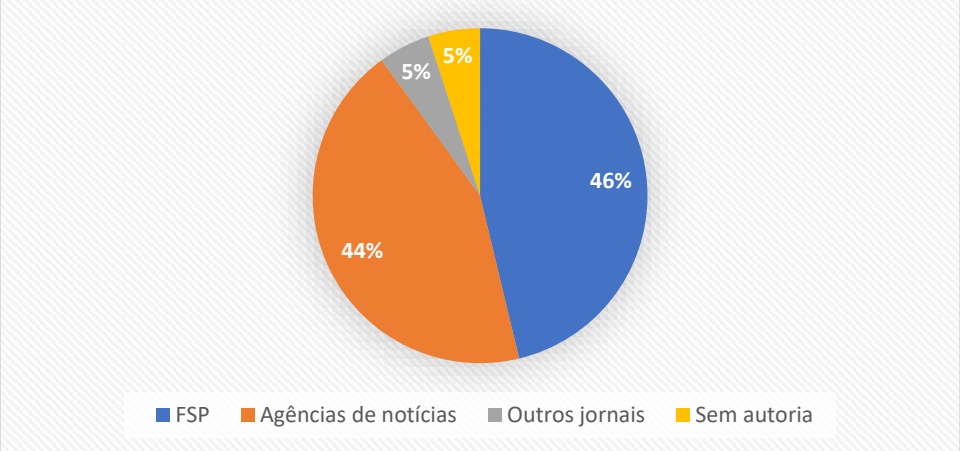
Por meio deles, é possível comparar os conteúdos dos jornais, visualizar especificidades nas coberturas, similaridades ou diferenças no agendamento das matérias entre os dois veículos. Apresentar a origem e autoria das matérias, os formatos e temas recorrentes ajudam o leitor a entender com que tipo de material estamos lidando. Permitem, também, facilitar o entendimento sobre os apontamentos levantados pela Análise de Conteúdo em fase posterior de exploração dos dados, bem como esclarecer possíveis dúvidas que venham a surgir ao longo da leitura.

Os dados serão apresentados por meio de gráficos, uma vez que permitem uma visualização rápida do conjunto de informações. Contudo, também os explicaremos de modo descritivo e analítico, em conjunto com elementos teórico-conceituais que fundamentam o trabalho. A apresentação foi organizada pelas seguintes características: origem das matérias, formato das matérias e temas-eixo.

4.1.1 Origem das matérias

Visualizar a origem das matérias permite identificar se elas advêm de conteúdo autoral do jornal, de outros veículos ou de despachos das agências de notícias. A apresentação da origem das matérias foi organizada por: matérias de agências de notícias; matérias autorais do próprio jornal; matérias de outros jornais; e matérias sem autoria. Identificamos os dados com base nas informações mencionadas por cada veículo. Diferenças na apresentação da origem e autoria das matérias nos jornais Folha de S. Paulo e O Globo fizeram com que determinadas informações não pudessem ser comparadas entre os dois periódicos. O gráfico 1 apresenta os dados da Folha de S. Paulo ao longo dos cinco meses de cobertura:

Gráfico 1: Origem das matérias na Folha de S. Paulo



Fonte: A autora, 2020

O percentual de 46% do conteúdo, o que representa um total de 74 matérias, foi produzido por jornalistas do próprio jornal Folha de S. Paulo, configurando o tipo de autoria predominante. O número final compreende conteúdos de todos os formatos, como notícias, reportagens, colunas e comentários. Nos casos de matérias nos formatos de notícias, comentários e entrevistas, a maioria delas foi publicada com o nome do jornalista e o local de onde foi produzida, o que permite conhecer a origem completa do conteúdo – ao menos em termos de autoria do texto.

Dos conteúdos que mencionavam o local de origem e foram produções da equipe do veículo, contabilizamos 12 escritos em São Paulo; 9 em Madri (Espanha); 14 em Tel Aviv (Israel); 1 em Beirute (Líbano); 1 em Ein El Hill (Líbano); 2 em Washington (EUA), 3 em Nova York (EUA); 5 em Mossul (Iraque), 1 em Bagdá (Iraque), 2 em Gaza e 1 na Cisjordânia. A produção de conteúdo autoral como maioria da cobertura do veículo pode ser considerado como um ponto positivo. A existência de uma rede de correspondentes no exterior permite publicar notícias com um olhar brasileiro sobre um determinado fato, produzindo materiais que não serão fornecidos por agências ou outras empresas.

O material advindo de agências de notícias esteve presente em 44% do conteúdo, com 70 matérias. Destas, 34 mencionam o nome das agências de origem. É importante expor que algumas matérias mencionam o nome de mais de uma agência na mesma notícia, por isso o número de vezes que o nome de agências apareceu é maior que o número total de matérias que tiveram informações dessas empresas. 27 conteúdos vieram de despachos da britânica Reuters; 12 da francesa Agence France-Presse e 11 da agência estadunidense Associated Press, o que denota o protagonismo de empresas do contexto norte-americano e europeu produzindo os

conteúdos sobre o Oriente Médio reproduzidos pela Folha de S. Paulo. Nenhuma agência oriental foi mencionada[4].

Em duas publicações, as informações das agências foram usadas em parceria com conteúdos dos próprios jornalistas da Folha e de outros jornais. Como no caso de 23 de janeiro, quando a matéria do repórter Igor Gielow foi feita em conjunto com uma agência de notícias. Até então, esse tipo de junção entre informações de agências com autoria de um jornalista da Folha não havia aparecido. Outra especificidade ocorreu em 28 de abril, com a publicação de uma matéria do jornal The New York Times em parceria com informações da agência estadunidense Associated Press (AP).

Por 36 vezes, a Folha publicou matérias de agências sem divulgar o nome da empresa. O número representa 60% de todas as matérias originárias de agências. Esse comportamento impede a identificação de informações mais profundas sobre a origem dos conteúdos lidos, bem como pesquisas que produzam reflexões e inferências sobre os contextos de produção.

Ao longo dos cinco meses de observação, 5% do conteúdo publicado mencionou outros jornais como fonte. A porcentagem representa 8 matérias. O total de 7 delas foram originárias do jornal The New York Times. O dado pode representar a tendência de reproduzir posicionamentos do mesmo veículo internacional – nesse caso, estadunidense; suprimindo informações ou posições de diferentes noticiários ao redor do mundo. No entanto, para testar essa hipótese seria necessário realizar um estudo mais longo no que se refere ao texto de observação do agendamento da Folha de S. Paulo.

A notoriedade do The New York Times faz com que os assuntos enfatizados por ele sejam também enfatizados por outros veículos em diferentes mídias. McCombs (2008; 2009) chama esse fenômeno de agendamento intermidiático, ou seja: que ocorre entre diferentes meios de comunicação. Trata-se da tendência de um veículo ou agência de notícias proeminente ser seguido por outras organizações noticiosas, sejam elas do mesmo segmento ou não. Um tópico abordado dá a este tema altas chances de ser noticiado por outros veículos menores. O agendamento não se restringe somente aos assuntos abordados, mas também aos enquadramentos apresentados pelos outros veículos. O agendamento intermidiático pôde ser percebido na Folha de S. Paulo, ainda que em pequena escala.

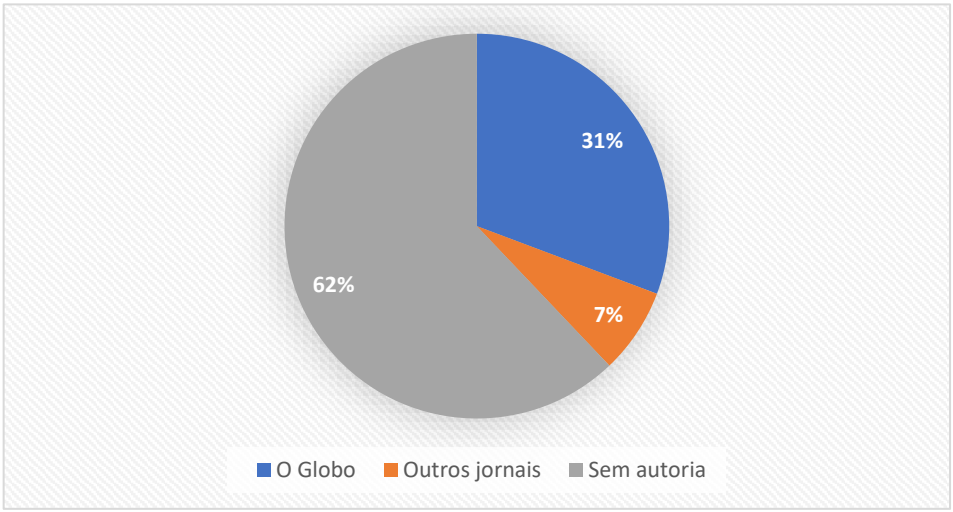
[4] Dentre alguns exemplos de agências de notícias situadas no Oriente Médio, temos a Middle East News Agency (MENA), do Egito; a turca Anadolu, a iraniana Islamic Republic News Agency (IRNA), e a palestina Palestinian News & Information Agency (WAFA).

Em 14 de maio, a notícia sobre a mudança de embaixada dos Estados Unidos para a cidade de Jerusalém, foi de autoria de duas jornalistas estrangeiras: Loveday Morrise e Ruth Eglash, ambas correspondentes do The Washington post. Esta foi a única vez que um outro jornal sem ser o The New York Times foi mencionado como origem do conteúdo. A proeminência em preferir conteúdos de um mesmo veículo internacional demonstra o poder de certas empresas em influenciar tópicos de veículos menores.

O percentual de 5% do conteúdo publicado não mencionou autoria. Esse dado representa o total de 8 matérias. Quando a autoria não foi revelada, a única informação divulgada sobre a origem do material foi a cidade de onde o texto foi produzido: 4 de São Paulo, uma de Brasília, uma de Istambul, na Turquia, uma de Jerusalém e uma em Cabul, cidade localizada no Afeganistão. A falta de autoria esteve presente em conteúdos de formatos tradicionalmente assinados, como notícias. Situação que, mais uma vez, impede o conhecimento sobre a origem dos conteúdos veiculados pela Folha de S. Paulo.

Partindo para as constatações sobre o jornal O Globo, é possível perceber diferenças e especificidades na apresentação da autoria das matérias. Os dados do veículo estão disponíveis no gráfico 2 abaixo:

Gráfico 2: Origem das matérias em O Globo



Fonte: A autora, 2020

Foram encontradas 95 matérias que não mencionavam a autoria, percentual correspondente a 62% do total de conteúdos publicados sobre o Oriente Médio durante os cinco meses explorados. Ou seja: em mais da metade das matérias que abordaram questões médio-orientais, é impossível identificar as origens do conteúdo. No caso de matérias sem menção aos autores, O Globo publica apenas o nome da cidade onde foram produzidas: 72 mencionavam como origem cidades do Oriente Médio, sobretudo Teerã (17), Damasco (16) e Jerusalém (11);

25 citavam cidades da Europa, 19 mencionavam a América do Norte, com Nova York e Washington; e uma citava a cidade asiática de Pequim, capital da China. Foram frequentemente encontradas matérias que mencionavam mais de uma cidade de origem, tendo em vista o recebimento de informações de diferentes lugares para a produção do texto final.

Agências de notícias só foram citadas uma vez, em matéria de 25 de março, feita com informações da francesa Associated France Press, característica que dá margem a duas possíveis interpretações: que o veículo não costuma usar as agências de notícias como fonte ou que utiliza informações sem mencionar a fonte original.

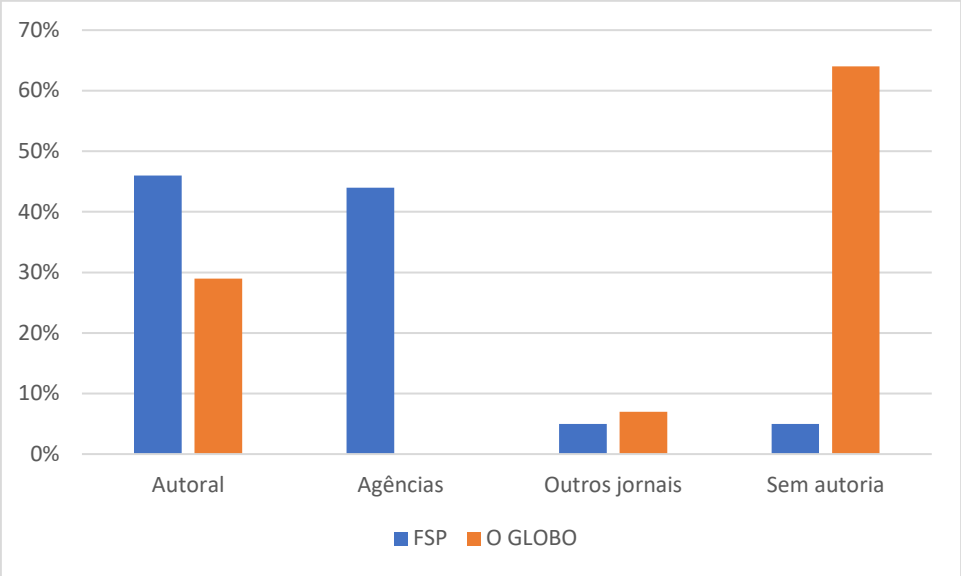
Sem nenhuma referência sobre a autoria, a produção de estudos que se debrucem sobre o contexto de produção das matérias publicadas fica prejudicada. Impede também a interpretação dos próprios leitores sobre as influências do jornal, principalmente em relação a quais profissionais ou veículos estão por trás das narrativas, quais são as agências contratadas pelo jornal ou as tendências por trás do jornal que originalmente publicou aquele texto. Conjuntamente, inviabiliza a busca pelo texto original.

Pouco mais de 31% das matérias foram feitas por jornalistas do próprio jornal, o que representa o número total de 47 publicações. Incluem-se nesse número conteúdos produzidos por repórteres e colunistas do veículo. O percentual é pequeno, quando comparado ao grande número de tópicos sem autoria. A ausência de uma maior representatividade de conteúdos autorais em O Globo demonstra a falta de conteúdos produzidos sob a perspectiva de profissionais brasileiros, que apresentem um olhar próprio sobre os temas abordados.

O conteúdo originário de outros jornais esteve presente em 11 matérias, que totalizam 7% da porcentagem total. Nesses casos, o Globo mencionou apenas o nome do jornal de origem, sem citar o jornalista que escreveu ou preparou as informações. A maioria das matérias foram originárias do diário estadunidense The Washington Post.

Abaixo, apresentamos um comparativo visual que sistematiza as diferenças na origem das matérias nos jornais Folha de S. Paulo e O Globo:

Gráfico 3: Origem das matérias – comparativo entre FSP e O Globo



Fonte: A autora, 2020

A comparação entre os dados dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo permite visualizar algumas diferenças principais na apresentação. A Folha tem um percentual maior de matérias autorais (46%) que O Globo (31%). O jornal paulista menciona o nome das agências de notícias quando elas são fonte das narrativas apresentadas, enquanto O Globo oculta essa informação, deixando dezenas de matérias sem autoria. A Folha de S. Paulo, no entanto, apesar de dar informações quando as narrativas são oriundas de agências de notícias, deixa outra parcela do conteúdo sem informações sobre a origem (5%). Levando em consideração que as narrativas jornalísticas compreendem e comunicam algo ao público a partir de uma ótica própria, informações claras sobre a origem dos materiais veiculados ajudam a entender elementos que estejam por trás da agenda dos veículos, como por exemplo quais são as agências contratadas por eles e quais veículos internacionais pautam suas narrativas. Quando os jornais optam por não revelar essas informações aos leitores, a consciência e esclarecimento sobre os conteúdos ficam comprometidos.

4.1.2 Formatos das matérias

Apresentamos a classificação das notícias com base nos formatos do material. Para isto, seguimos a classificação proposta por Marques de Melo (1994), por ser a maior referência bibliográfica brasileira em relação ao assunto. O autor divide os materiais jornalísticos em cinco gêneros: informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário. A partir desses gêneros, subdivide-os em formatos, submetidos aos gêneros iniciais. Os formatos, “são, em resumo, o

instrumento – a forma – que emissores adotam para se manifestar e para fazer circular conteúdos elaborados em harmonia com circunstâncias distintas. (MARQUES DE MELO, ASSIS, 2016, p. 47). Tratam-se das diferentes formas pelas quais os gêneros se apresentam.

Nesta dissertação, os formatos encontrados foram notícia, reportagem, entrevista, coluna e comentário. A notícia é definida por Marques de Melo (1994, p.65) como "o relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social." Tratam-se de materiais de natureza factual, estimulados pela ocorrência de um evento ou de desdobramentos sobre um acontecimento eclodido no passado.

As reportagens são "o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas pela instituição jornalística." (MARQUES DE MELO, 1994, p.65) O formato tem como elemento marcante o aprofundamento dos assuntos, pois, "para a reportagem, interessa mais as relações que reatualizam os fatos" (COSTA, 2010, p. 54).

A categoria de entrevista é entendida por Marques de Melo (1994, p. 65) como o "relato que privilegia um ou mais protagonistas do acontecer, possibilitando-lhes um contato com a coletividade." Consideramos como entrevista os materiais em que esse formato foi publicado no modo tradicional de perguntas e respostas. Apesar de as notícias terem como uma das matérias-primas entrevistas com as fontes, a caracterização desse formato se deu somente quando este formato apareceu de forma explícita.

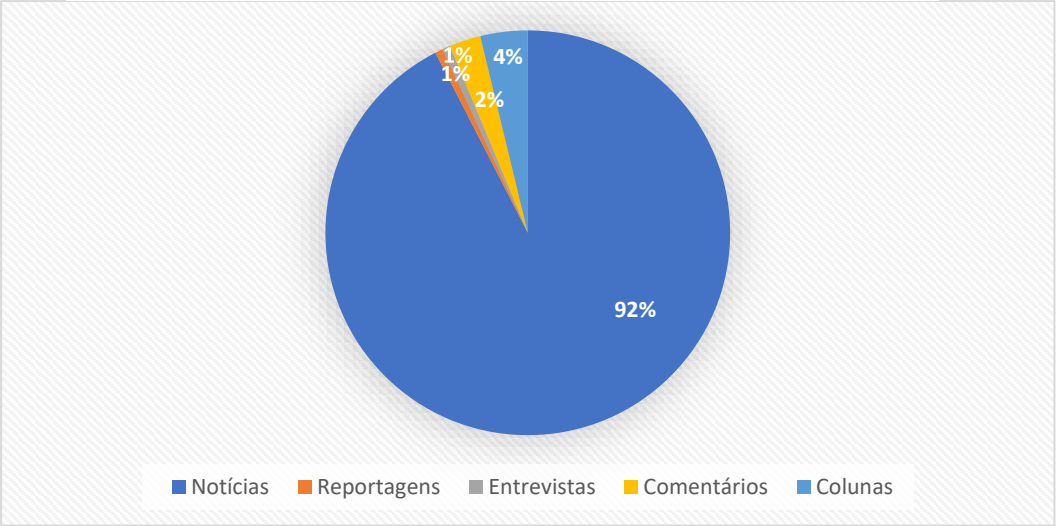
Quanto ao formato de comentários, eles se caracterizam pela expressão opinativa, mas nem sempre essa opinião aparece de forma explícita. O formato comentário "explica as notícias, seu alcance, suas circunstâncias, suas consequências." (COSTA, 2010, p.64). Deixamos claro que na Folha, o que classificamos como o formato comentário, vêm com o título de 'análise'. Nesse espaço, são realizadas avaliações sobre o contexto dos acontecimentos em destaque no dia em que foi escrito. Isso vai ao encontro com o que Marques de Melo (apud COSTA, 2010, p. 58) explica, ao dizer que um "comentário visa ver e perceber o que transcende a aparência."

As definições sobre comentário e coluna contém similaridades que podem gerar confusão no entendimento. No entanto, enquanto a coluna é uma sessão especializada do jornal, com autor, dia e locais fixos, o comentário, apesar de também localizar-se em um local fixo nas páginas, está mais vinculado a um formato de texto opinativo, sem autor fixo, que a uma sessão com disposição gráfica específica. Essas são as principais diferenças estruturais.

Caracterizamos os formatos com base no conteúdo e na estrutura, e não unicamente com base no design da página do jornal. Ou seja, nossa prioridade de classificação é o conteúdo do material. Em alguns momentos, nossa classificação não coincidiu com a do próprio jornal.

Para fins de organização dos dados, iniciamos apresentando os números referentes aos formatos dos materiais sobre o Oriente Médio presentes na editoria Mundo do jornal Folha de S. Paulo, demonstrados no gráfico 3 abaixo:

Gráfico 4: Formatos das matérias na Folha de S. Paulo



Fonte: A autora, 2020

Durante o recorte deste trabalho, foram encontrados 92% dos materiais no formato de notícias, contabilizando 147 ocorrências; 4% em colunas, com 6 ocorrências; 2% de comentários, que apareceram 4 vezes; 1% de entrevistas, com apenas duas ocorrências; e 1% de reportagens, com também apenas uma ocorrência.

A ampla maioria dos materiais que reportaram assuntos médio-orientais nas publicações da Folha que compõem o recorte deste trabalho está em formato de notícias. Os dados mostram que os relatos jornalísticos sobre o Oriente Médio na Folha são predominantemente de natureza informativa, a partir do registro de fatos da realidade social. As notícias derivam de novos acontecimentos sobre um fato, visto que, uma das principais características desse formato é a presença da novidade. Dessa forma, os relatos sobre a região são condicionados a novos acontecimentos existentes sobre um dado tema, de modo bem mais factual que conteúdos que interpretem os relatos ou expressem críticas, por exemplo.

Em um de seus manuais de redação, a Folha (1996) defende que o tom dos relatos noticiosos deve ser descritivo e zelar pela sobriedade, abstendo-se de possíveis interpretações, que devem ser reservadas aos textos de artigos ou críticas. No ano de 2001, em um novo manual, a Folha (2001, p. 88, apud COSTA, 2010, p. 53) reitera a proposta pela objetividade nas notícias, apontando que este formato deve ser o “puro registro dos fatos, sem opinião”.

O formato entrevista foi encontrado em apenas dois materiais do jornal Folha de S. Paulo. A FSP publicou entrevista em 3 de janeiro, com Esfandyar Batmanghelidj, pesquisador especialista em economia, política e história social iraniana, para discutir os protestos no Irã; e no dia 14 de janeiro, com Gaby Lansky, advogada de Ahed Tamimi, ativista palestina de 16 anos presa por agredir soldados israelenses.

Segundo manual do jornal, as entrevistas visam proporcionar aos leitores opiniões e pensamentos de personagens que tenham algo importante a expor, ou de entrevistados que estão em evidência especial (FOLHA, 1996). A prisão da jovem ganhou evidência e ela tornou-se um dos símbolos da luta palestina. No entanto, a entrevista foi formada por apenas 4 perguntas, questionando a advogada quantos aos atos da jovem, e as consequências da prisão. No caso da entrevista com o especialista em história do Irã, esta ocupou a primeira página da editoria internacional. A variação entre o número de assuntos médio-orientais reportados ao longo dos cinco meses explorados e a ausência de um número expressivo de entrevistas publicadas pelo veículo aponta uma discrepância relevante.

Com base nos números coletados, à primeira vista podemos inferir que existe uma falta de interesse em publicar relatos diretos de fontes centrais nos acontecimentos noticiados. Ainda que a técnica de entrevistar as fontes estejam presentes, de forma indireta, em diversos textos publicados no formato de notícias, a ausência de entrevistas como gênero textual, no tradicional formato de perguntas e respostas, oculta a ênfase em pronunciamentos maiores de personagens falando diretamente ao jornal sobre um assunto.

Das 160 matérias da Folha de S. Paulo, 6% fazem parte do gênero opinativo. Neste caso, formados pelos comentários e pelas colunas. Os comentários apareceram 4 vezes ao longo da cobertura explorada. Os comentários da Folha aparecem com opiniões explícitas. Desde o título usado, esses formatos apresentam juízos de valor sobre os temas abordados. Alguns exemplos são as matérias ‘Cinismo predomina no discurso sobre a guerra civil na síria’, publicada em 15 de abril e ‘Com documentos, Israel dinamita o acordo com o Irã’, veiculada em 01 de maio. Ambas vêm carregadas de adjetivações fortes e claras e remetem à violência como tema.

As colunas estiveram presentes em 4% da cobertura sobre o Oriente Médio, com 6 ocorrências. Como dito anteriormente, elas se caracterizam pela disposição gráfica própria, indicando sempre quem é o autor, e veiculada nos mesmos dias da semana, de forma programada e em local fixo na página. Em relação às colunas que comentavam questões médio-orientais os autores foram os jornalistas Clóvis Rossi e Jaime Spitzcovsky, ambos com longas carreiras no jornalismo internacional. Clóvis Rossi faleceu em junho de 2019.

Nas colunas da Folha, os temas abordados foram os protestos no irã, ocorridos entre janeiro e fevereiro de 2018; os impasses do conflito colonial na Palestina, e a guerra na Síria. Apesar das colunas poderem conter também crônicas, texto-legendas ou notas curtas (MARQUES DE MELO, 1994), identificamos que na Folha de S. Paulo elas seguiram o estilo tradicional de texto opinativo, sem imagens, mas com misturas de opinião, análise e informação. A escolha dos temas esteve ancorada aos acontecimentos factuais que ocorreram ao longo dos cinco meses. Os elementos da violência e do conflito estão presentes nas temáticas de todas as colunas encontradas. Tradicionalmente, as narrativas sobre a região têm a constante presença de elementos negativos. No caso da Folha, essa tendência se manteve presente.

Quanto às reportagens, a presença deste formato no jornal foi quase nula, com somente uma ocorrência. A densidade e amplitude nos relatos – marcas presentes em reportagens – são ingredientes ausentes no que tange às coberturas sobre a região, voltadas muito mais para relatos factuais no formato de notícia. A única reportagem encontrada na Folha de S. Paulo durante o período observado foi publicada em 18 de abril. A data marcou a comemoração dos 70 anos da fundação do Estado de Israel, de acordo com o calendário judaico. A reportagem abordou sob vários aspectos a criação de Israel e sua história. Publicou depoimento de uma palestina cuja família perdeu a casa em Jerusalém e de um israelense que sobreviveu ao holocausto e viu a fundação do país. Trouxe a cronologia da criação do Estado e dos conflitos que sucederam sua fundação, apresentou as principais reivindicações de israelenses e palestinos, nos conflitos sobre a ocupação do território, além de abordar a importância do ex-diplomata brasileiro Oswaldo Aranha no processo de aprovação da criação de Israel.

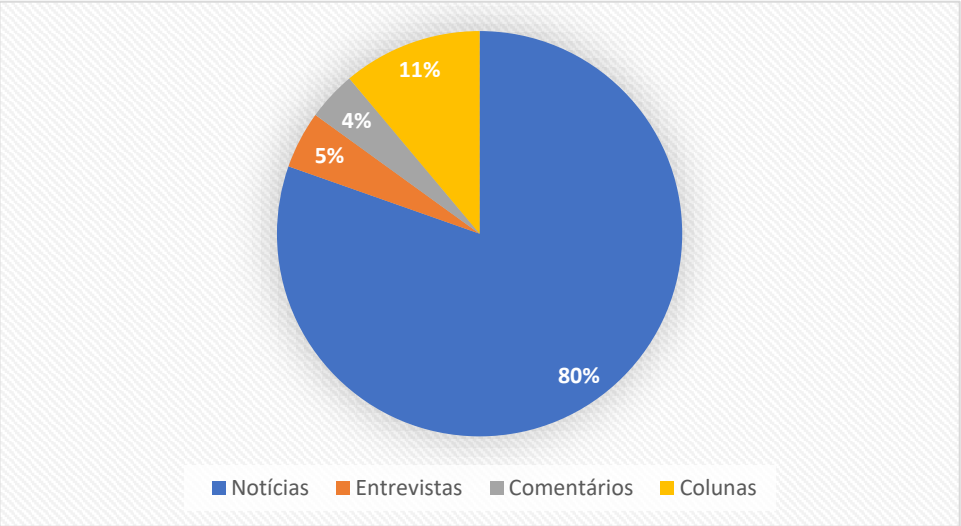
O conteúdo ocupou duas páginas inteiras do jornal impresso, o que pode ser considerado um espaço considerável, tendo em vista que as editorias internacionais não dispõem de muitas páginas pra fazerem extensas coberturas. No entanto, a presença única desse tipo de formato com conteúdo ampliado no jornal demonstra que, na maior parte do tempo, a cobertura se concentra em privilegiar eventos, e não a contextualização deles, suas causas ou desdobramentos. A falta de expor interpretações mais analíticas e aprofundadas expõe os limites do jornal no agendamento sobre a região.

Os dados sugerem que o foco está muito mais em descrições que em formatos opinativos. Estes, quando aparecem, estão ligados a elementos de negatividade, como a guerras e outros tipos de conflitos. Em relação à Folha, das 10 publicações do gênero opinativo – formado por comentários e colunas – que abordaram o OM, todas tinham assuntos ligados a conflitos. No jornal O Globo, o cenário foi parecido. Das 23 narrativas que fizeram parte do gênero opinativo, cinco abordavam o Irã – tratando sobre os protestos ou relação com outros

países; nove debatiam a guerra na Síria e quatro opinavam sobre o conflito na Palestina. No entanto, a publicação dos formatos opinativos são os únicos espaços de reflexão sobre os assuntos que envolvem a região.

Partimos para a classificação dos formatos do material no jornal O Globo. Das 154 narrativas encontradas, 85% fazem parte do gênero informativo, divididas entre entrevistas e notícias. O percentual de 15% foi formado por matérias opinativas, formadas por comentários e colunas. Os dados totais são apresentados no gráfico 4 abaixo:

Gráfico 5: Formatos das matérias em O Globo



Fonte: A autora, 2020

A ampla maioria dos conteúdos (80%) contempla o formato notícia. Foram 123 ao longo dos cinco meses de observação do jornal. O gênero informativo, como era de se esperar, domina as páginas do noticiário internacional.

Ao contrário da Folha de S. Paulo, em O Globo não identificamos nenhuma reportagem. Datas marcantes como os sete anos de guerra na Síria e os 70 anos da fundação de Israel foram abordados e podem ser considerados relatos de acontecimentos que já eclodiram no organismo social. No entanto, essas narrativas não trouxeram a amplitude e densidade necessárias para serem consideradas reportagens. Optamos, então, por classificá-las como notícias.

As notícias têm como requisito indispensável a novidade. Novos acontecimentos ou desdobramentos de acontecimentos antigos ganham espaço nas páginas do jornal. A cobertura sobre a região em O Globo foi dominada pelo factual, como a ocorrência de conflitos, atentados, protestos no Irã, operações da Turquia contra milícias curdas na Síria, e outras situações exploradas no gênero predominantemente informativo.

As entrevistas diretas no formato de perguntas e repostas são intituladas nas páginas de O Globo como “corpo a corpo”. O formato corresponde a 5% do total de matérias encontradas, aparecendo 7 vezes. Cinco delas foram feitas com algum tipo de fonte especializada sobre o tema tratado na ocasião.

Identificamos a preferência do jornal O Globo em trazer como entrevistados especialistas e profissionais sobre os temas que estiveram em ênfase no período explorado, em detrimento de pessoas comuns. Alguns deles foram o Presidente da Sociedade Brasileira de Direito internacional, Antônio Celso Pereira, que discutiu sobre o ataque aéreo dos EUA contra a Síria, em abril de 2018; o diretor do Centro de Estudos sobre o Oriente Médio da Universidade de Michigan, Samer Ali, entrevistado sobre o acordo nuclear entre Irã e Eua; o embaixador do Brasil na Palestina, Francisco Mauro de Holanda, que abordou a crise humanitária em Gaza, na Síria; e o escritor e jornalista Amir Arian e a advogada, ativista e Nobel da Paz Shirin Ebadi, ambos entrevistados sobre a onda de protestos ocorridos em janeiro de 2018 no Irã. Ainda que contando experiências pessoais, como foram os casos dos iranianos Amir Arian e Shirin Ebadi, todos eram fontes dotadas de um certo grau de autoridade sobre o assunto que abordaram.

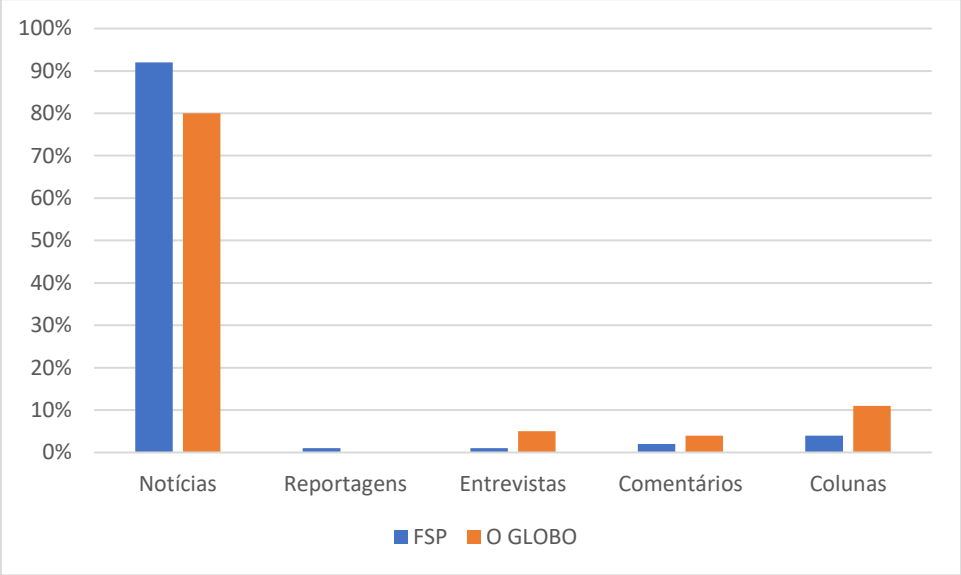
Em 21 de janeiro, uma entrevista deu espaço a uma pessoa comum, sem status de estudiosa ou especialista no tema. Tratava-se de Noa Golan, jovem israelense de 19 anos que se recusou servir ao exército de Israel. A entrevista complementava uma matéria sobre o crescimento na incidência de jovens israelenses que se recusam a servir por, entre outras razões, não concordarem com as ações de ocupação do país em Territórios Palestinos. Pela única vez ao longo do período de observação de O Globo, publicou-se uma entrevista direta com uma pessoa comum, que não fosse uma fonte institucional ou especializada. É necessário deixar claro, no entanto, que essa característica é válida quando nos referimos à identificação de entrevistas no formato tradicional de publicar as perguntas e respostas.

No gênero opinativo as colunas são o formato mais presente. Ao longo dos cinco meses contabilizamos 17 delas, sempre produzidas pelos colunistas Guga Chacra e Adriana Carranca, com longa experiência nos assuntos médio-orientais. O total de 6 comentários também contempla o conjunto de matérias opinativas sobre a região. No jornal, este formato é intitulado como análise. Dos 6 comentários, 4 deles eram publicações originárias de outros jornais: dois do britânico The Independent, um do espanhol El País e um do argentino La Nación. Apesar de pouco representativo, a presença de comentários de diferentes jornais sediados em diferentes países traz críticas mais diversificadas, ao menos em relação à origem delas. A proeminência de veículos como o The Independent representa o agendamento intermídia (MCCOMBS, 2008; 2009), característica presente tanto em O Globo quanto na Folha de S. Paulo.

A frequência de formatos do gênero opinativo em O Globo (15%) é maior que na Folha de S. Paulo (6%). A presença de análises é, portanto, mais constante nesta publicação, o que pode indicar uma intenção mais focalizada em discutir os desdobramos dos acontecimentos e apresentar leituras da realidade e pontos de vista ao leitor. Nos princípios editoriais das Organizações Globo (GLOBO, 2011), a empresa informa que, entre os atributos por ela considerados como necessários à informação de qualidade, está a presença de um noticiário informativo e livre de vieses pessoais dos profissionais que o produzem, porém, defende também que haja sempre articulistas e analistas com tendências variadas, para comentar os acontecimentos sob primas diversos, nos espaços reservados em colunas e artigos opinativos.

Abaixo, visualizamos a comparação da presença de cada formato nos dois veículos:

Gráfico 6: Formato das matérias – comparativo ente FSP e O Globo



Fonte: A autora, 2020

É notório que os dois jornais privilegiam o formato de notícias, item do gênero informativo. As narrativas sobre a região estão predominantemente ancoradas a matérias descritivas, em detrimento de construções opinativas ou interpretativas, que tenham espaço para apresentar visões diversas sobre os relatos. O gênero reportagem, feito para ampliar a interpretação sobre um acontecimento importante, quase não se mostra presente ao longo dos cinco meses de observação, mesmo em meio a datas importantes como o aniversário de sete anos da guerra na Síria, completado no mês de março de 2018. As entrevistas, comentários e colunas são mais presentes em O Globo. No caso dos comentários, o jornal carioca apresenta uma maior diversidade de veículos de onde o formato foi retirado, mesmo que nenhum dos dois

jornais tenha publicado matérias de veículos orientais. Quanto ao agendamento intermídia, este esteve presente tanto em O Globo quanto na Folha de S. Paulo, evidenciando o poder de jornais mundialmente proeminentes reverberarem suas narrativas sobre o Oriente Médio em outras regiões do mundo.

4.1.3 Temas-eixo das matérias

Mais um do conjunto de informações útil à análise comparativa dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo é o levantamento sobre a distribuição dos temas-eixo. Por tema-eixo consideramos a definição apresentada por Bardin (2016) que define-os como os objetos referenciais ao redor dos quais as narrativas se organizam. Referem-se ao assunto principal da narrativa, que motiva a abordagem de assuntos a ele relacionados. A intenção é apresentar as especificidades da cobertura dos cinco meses, facilitando o entendimento do leitor sobre os apontamentos apresentados na fase posterior de análise das categorias. A importância em identificar os temas é permitir acompanhar o agendamento dos veículos ao longo do período de observação, permitindo visualizar elementos como a continuidade da cobertura e quais temas passaram mais tempo sendo reportados, quais foram abordados por um jornal e ausentes no outro, entre outros elementos de convergência ou disparidade.

Tendo em vista a centena de notícias que compõem nosso recorte, não seria viável citar todos os assuntos que foram reportados ao longo dos meses. Portanto, para fins de melhor organização e visualização dos dados optamos por abordar apenas os quatro eventos que mais receberam cobertura dos veículos, levando em conta o número de matérias publicadas, o número de edições em que ele esteve presente e a taxa de porcentagem que o tema representa em relação ao número total de matérias de cada jornal. Para permitir a visualização e comparação mais rápida dos dados, organizamos os quadros 1 e 2 abaixo, com informações sobre cada jornal separadamente:

Quadro 1: Temas eixo no jornal O Globo

	Tema-eixo	**Nº de matérias**	**% - relação com nº total de matérias**	**Nº de edições**	**% - relação com nº total de edições**
O Globo	Guerra na Síria	52	33,98%	39	25,82%
	Acordo nuclear iraniano	14	9,15%	10	6,62%
	Protestos no Irã	12	7,84%	9	5,96%
	Conflitos Israel e Palestina	11	7,18%	11	7,28%

Fonte: A autora, 2020

Quadro 2: Temas-eixo no jornal Folha de S. Paulo

	Tema-eixo	Nº de matérias	% - relação com nº total de matérias	Nº de edições	% - relação com nº total de edições
Folha de S. Paulo	Guerra na Síria	38	23,75%	33	21,85%
	Acordo nuclear iraniano	13	8,12%	11	7,28%
	Protestos no Irã	9	5,62%	7	4,63%
	Conflitos Israel e Palestina	19	11,87%	18	11,92%

Fonte: A autora, 2020

Afora os temas acima elencados, outros eventos foram abordados ao longo dos meses de nossa coleta. Entretanto, eles não estiveram presentes de forma contínua nos jornais, o que nesse momento não seria útil na apresentação dos dados e discussão dos resultados. A partir dos quatro temas-eixo mais presentes, apresentamos agora algumas características constatadas na forma de abordagem, bem como diferenças ou similaridades na cobertura. A lista de todos os temas-eixo presentes ao longo dos cinco meses do nosso recorte estão presentes no Apêndice A da presente dissertação.

A guerra na Síria foi o acontecimento sobre o Oriente Médio mais noticiado pela Folha de S. Paulo durante nosso período de observação, ocupando quase 24% das matérias que mencionavam a região. Em 2018, a cobertura sobre a guerra apareceu pela primeira vez em 22 de janeiro, data em que um novo front teve início, quando a Turquia passou a atacar milícias curdas na Síria. O fluxo de notícias sobre o empasse turco e curdo se estendeu pelos meses de fevereiro e de março, dividindo espaço com outras ocorrências sobre o conflito sírio. Mas o auge da cobertura deu-se ao longo do mês de março, período em que a guerra completou sete anos, o que a manteve presente ao longo de nove edições do jornal. Um ataque usando armas químicas, ocorrido no mês de abril e que matou dezenas de civis, também rendeu uma continuidade na cobertura da Folha, sobretudo pela então iminência de retaliação comandada pelos EUA ao governo sírio de Bashar al-Assad, como também às críticas estadunidenses ao apoio da Rússia ao conflito.

O fato desta guerra ser do tipo intraestatal internacionalizada e, portanto, contar com o envolvimento de diversos atores externos, como países ocidentais entre os regimes aliados e oponentes, pode ser um dos principais motivadores do grau de atenção dado a ela no jornal. Os altos número de civis entre as pessoas mortas e feridas, além da frequência de novos desdobramentos têm um grau de influência na cobertura recorrente do sangrento conflito armado. O tema rendeu material tanto informativo quanto opinativo, nos formatos de notícias,

comentários e análises, o que demonstra o apontamento de aspectos diversos do conflito, que não sejam somente factuais, mas também analíticos.

No jornal O Globo, a cobertura da guerra na Síria segue moldes semelhantes, sendo o tema mais abordado dentre os meses de janeiro a maio, ocupando quase 34% das matérias sobre a região. O enfoque também se deu ao ataque turco às milícias curdas, à cobertura dos sete anos do conflito e aos desdobramentos do ataque químico de abril. O auge da cobertura acontece no mês de abril, com a guerra na Síria estando presente ao longo de 14 edições. Entre os dias 9 e 25, ela foi inclusive o único tema de matérias sobre o Oriente Médio no jornal, dominando completamente o noticiário sobre a região. Neste período, O Globo enfocou principalmente os posicionamentos ocidentais sobre o conflito, como os da França, Rússia e Estados Unidos. Durante o mês de maio, no entanto, apenas uma ocorrência sobre o conflito foi identificada, quando o grupo terrorista Estado Islâmico matou oficiais russos na Síria. As características da cobertura abrem o questionamento sobre se esta guerra só interessa ao jornal quando afeta de alguma forma o Ocidente. A cobertura rendeu, de modo semelhante ao visto na Folha, conteúdos nos formatos informativo e opinativo.

O histórico conflito entre Israel e palestinos também foi um dos acontecimentos mais reportados ao longo dos meses da nossa observação. As matérias sobre a temática envolvem toda a complexidade de questões e série de desdobramentos – fora e dentro do OM – que envolvem os conflitos entre os dois povos. O envolvimento de potências mundiais na condução das questões israelo-palestinas é uma das razões que levam ao interesse em reportar o tema.

Na Folha de S. Paulo encontramos o total de 19 matérias publicadas ao longo de 18 edições. A maioria delas dataram de abril e maio. No mês de abril, diversas mortes de civis ocorreram em protestos na fronteira entre Gaza e Israel. Uma delas foi do repórter fotográfico palestino Yasser Murtaja. Em maio, a repressão de forças israelenses na fronteira continuou, deixando dezenas de vítimas fatais, dentre elas um bebê palestino de oito meses, com repercussão em jornais de diversas partes do mundo. Em O Globo, os conflitos entre Israel e Palestina foram o tema principal de 11 matérias, publicadas ao longo de 11 edições. De modo semelhante ao que observamos na Folha, o maior número de matérias apareceu nos meses de abril e maio, quando um grande número de mortes ocorreu na Faixa de Gaza.

O acordo nuclear iraniano foi o terceiro evento mais abordado na Folha de S. Paulo, com 11,87% da cobertura; e o segundo mais abordado em O Globo, ocupando 9,15% do total de notícias sobre o Oriente Médio. Em 2018, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou a saída do acordo nuclear estabelecido entre o Irã e outros seis países: Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, França, China e Rússia. Trump exigia que o acordo fosse renegociado,

enquanto o governo iraniano rejeitava a proposta. Os Estados Unidos anunciaram, como consequência do impasse, a retomada de sanções econômicas prejudiciais ao Irã. O pacto nuclear rendeu cobertura ao longo dos meses de abril e maio, simultaneamente abordados pelos dois jornais brasileiros.

O tema está envolvido no contexto mais amplo das questões das relações políticas mundiais. Grande parte das matérias sobre o acordo envolvem declarações de governantes dos outros países ocidentais signatários dele. O interesse pode vir do envolvimento ocidental e da importância do acordo para o contexto norte-americano e europeu, visto que grande parte das notícias trazia como ponto principal declarações do governo estadunidense, bem como suas avaliações sobre o tema.

Ao longo dos meses de dezembro de 2017 e janeiro de 2018, uma onda de protestos contra o governo iraniano do presidente Hassan Rouhani espalhou-se pelo país. Sem liderança definida, mas com presença forte da classe trabalhadora, os manifestantes criticavam a situação econômica do país, com altas taxas de inflação e desemprego. Reprimidos pelo governo, os levantes tiveram como consequências cidadãos mortos, feridos e presos. Posteriormente, também ocorreram atos pró-regime iraniano.

Os protestos no Irã estiveram presentes em 9 matérias do jornal Folha de S. Paulo, ao longo de sete edições, veiculadas no mês de janeiro. Trata-se do quarto conteúdo sobre o Oriente Médio mais abordado entre janeiro e maio. As matérias estiveram presentes nos formatos de notícias, comentários e colunas, representando uma certa diversidade de tipos de abordagem, tanto informativa quanto opinativa. Os protestos no Irã foram, inclusive, o único tema-eixo sobre o Oriente Médio abordado de 01 de janeiro a 06 de janeiro, em detrimento de qualquer outra ocorrência.

Em O Globo, identificamos dados semelhantes aos encontrados na Folha de S. Paulo. A onda de manifestações foi o tema-eixo de 12 matérias, ao longo de 9 edições, publicadas entre 01 de janeiro e 10 de janeiro. Ao longo desses dias, somente uma matéria, datada de 03 de janeiro, não abordou as manifestações no país, situação parecida com a do jornal paulista. Semelhante ao que aconteceu na FSP, os levantes dominaram o noticiário sobre o Oriente Médio no primeiro mês de 2018. Um ponto a ser destacado é que os protestos foram publicamente apoiados e estimulados pelo então presidente dos EUA Donald Trump e pelo premiê israelense Netanyahu, o que envolve a interferência de governos proeminentes e, consequentemente, uma repercussão maior na imprensa.

Embora não se trate de um dos temas-eixo mais abordados na cobertura sobre o Oriente Médio, um caso interessante a mencionar pôde ser encontrado nas notícias sobre a

comemoração dos 70 anos de fundação de Israel. Os jornais abordaram o tema em datas distintas. A Folha de S. Paulo reportou em 18 de abril, enquanto O Globo o fez em 14 de maio.

O Estado de Israel foi oficialmente fundado em 14 de maio de 1948, a partir do movimento sionista que desobedeceu a recomendação dada em Assembleia Geral da ONU realizada um ano antes, de partilhar a Palestina em um estado judeu e outro árabe. De acordo com o calendário judaico – que é orientado pelo ciclo lunar; o aniversário de 70 anos teve sua celebração em 18 de abril de 2018. Em Israel, a celebração também acontece segundo o calendário judaico. Portanto, o jornal paulista seguiu as comemorações do calendário judeu, enquanto O Globo optou por abordar os 70 anos a partir da data ocidental de criação.

A cobertura feita pela FSP abordou sob vários aspectos a criação de Israel e sua história. Trouxe a cronologia da criação e dos conflitos que a sucederam, como o êxodo em massa dos palestinos com a criação de Israel, episódio que ficou conhecido como *nakba* na língua árabe, ou catástrofe, em português. O texto chega a relembrar que os assentamentos israelenses são considerados ilegais por grande parte da comunidade internacional, apesar de não especificar os países e organizações que apresentaram essa posição, como por exemplo a ONU. A edição apresentou as principais reivindicações de israelenses e palestinos nos conflitos sobre a ocupação do território, além de abordar a importância do ex-diplomata brasileiro Oswaldo Aranha no processo de aprovação da criação de Israel.

O jornal trouxe também o depoimento de Claudette Habash, palestina de 78 anos cuja família teve que fugir da parte ocidental de Jerusalém, em 1948, e perdeu a casa onde viviam. O relato emocionado da senhora, intitulado “Vivo em outro lugar, fora do meu lar; queria que alguém me dissesse por quê”, traz por repetidas vezes declarações de lamento e sofrimento ao relembrar as consequências daquele ano. Em diversos momentos do texto, ela relembra as perdas palestinas e a vontade de um dia voltar à terra natal:

> A Nakba – a catástrofe, como nós chamamos os eventos de 1948 – afetou todos os palestinos. Você não me vê chorando, hoje sou feliz, e essa é a minha força. Mas é a minha terra, eu quero viver e morrer ali. (HABASH, 2018, Caderno Mundo, p. A12).

O depoimento serve como uma ilustração de como a criação de Israel afetou de diversas formas todos os palestinos. Enquanto isso, o segundo depoimento publicado na mesma edição é de Yitzar Arad, um israelense de 91 anos que sobreviveu ao holocausto e viu a fundação do país. Ele relembra o sofrimento causado pelo genocídio dos judeus na Alemanha nazista e argumenta que a guerra da independência, como é chamado pelos israelenses o conflito entre árabes e palestinos em 1948, foi causada pelos próprios palestinos:

> Quando as Nações Unidas decidiram dividir a Palestina em dois Estados, um para os judeus e outro para os árabes, nós fomos às ruas celebrar. Dançávamos! Mas os árabes declararam a guerra. Minha namorada morreu. Os palestinos impuseram a tragédia a eles mesmos. (ARAD, 2018, p. A13).

Para os palestinos, a guerra da independência é, na verdade, parte da *nakba*, relembrada como época de sofrimento. A responsabilização que é feita aos palestinos por Yitzar apresenta uma versão divergente da relatada por Claudette. Dessa forma, exibe-se no jornal um cenário de disputa de narrativas entre um israelense e um palestino ao olhar para o passado. A Folha de S. Paulo, portanto, apresenta visões distintas sobre as consequências da criação de Israel, optando por depoimentos de cidadãos "comuns", sem um senso de autoridade sobre o tema, mas que tem como característica semelhante o fato de terem experenciado a criação de Israel.

O Globo, por sua vez, abordou os 70 anos nas edições de 14 e 15 de maio, dando um espaço mais amplo ao tema. O enfoque recaiu sobre as divergências que envolveram a criação do Estado, apresentou a cidade de Jerusalém como centro de disputa nos conflitos árabe-israelenses e com países vizinhos, o controle de Israel sobre árabes e judeus, além da relação com os EUA e a crise humanitária na Faixa de Gaza. Tratou-se de uma cobertura mais geopolítica e menos voltada para depoimentos de cidadãos israelenses, como fez a Folha. As diferenças de data e de enfoques nas abordagens do assunto divergem do padrão de coberturas homogeneizadas percebidas quando se trata do noticiário internacional.

De modo geral, apesar das porcentagens distintas a depender do jornal, os temas mais abordados são similares. A razão pode estar nos critérios de noticiabilidade do jornalismo internacional, compartilhados pelos veículos, ou também nas agências de notícias contratadas por eles e que, consequentemente, influenciam nos materiais publicados.

Mais informações sobre as especificidades da cobertura dos dois jornais poderão ser discutidas no próximo item desta dissertação, no qual empreenderemos uma análise qualitativa baseada em categorias e os dados apresentados neste item servirão de suporte para a identificação das representações presentes na cobertura.

4.2 ANÁLISE QUALITATIVA: APRESENTAÇÃO DAS CATEGORIAS

Para a apresentação dos nossos resultados, as categorias e temas foram elencados *a posteriori*, tendo como norte a capacidade de contribuir para interpretações baseadas em fenômenos mais gerais a partir do nosso recorte temporal e material empírico. Estabelecemos duas categorias, a saber: Conflitos e Questões de Gênero e Identitárias.

Os Conflitos, como categoria temática dos acontecimentos noticiados nos jornais e como valor-notícia para a seleção destes, são elementos duplamente presentes na cobertura da

região. No período explorado, as matérias ancoradas em embates – sejam eles políticos, militares, territoriais, entre outros, dominaram consideravelmente o noticiário sobre o Oriente Médio em O Globo e na Folha de S. Paulo, como demonstrado no item 4.1.3. As ocorrências vão desde eventos já tradicionais na cobertura sobre a região, como o histórico conflito na Palestina e a guerra na Síria, até ocorrências próprias dos meses em observação, como os protestos no Irã.

Para esta etapa de análise, um dos acontecimentos que optamos por explorar de forma mais próxima foi a cobertura dos protestos no Irã. Os motivos decorrem deste ter sido um dos temas mais presentes na cobertura entre os meses de janeiro a junho – aspecto também apresentado através dos dados quantitativos presentes no item 4.1.3. O último aspecto esteve presente também na cobertura da Guerra na Síria, outro ponto a ser analisado na categoria de conflitos. Os dois temas estiveram entre os três assuntos mais abordados durante nosso recorte.

Quanto às Questões de Gênero e Identitárias, estas são pautas apresentadas em menor escala nos noticiários que abordam o Oriente Médio. Quando aparecem, as notícias sobre a região são frequentemente ancoradas em conflitos e disputas políticas, motivadas por acontecimentos como crimes, guerras, atentados, entre outros. Decorre disso, entretanto, a relevância em lançar o olhar justamente sobre aspectos aos quais normalmente é conferida pouca visibilidade no agendamento tradicional da região, a fim de explorar de que forma essas pautas aparecem. Fazem parte desta categoria matérias que reportaram a defesa de causas sociais, de gênero e de direitos humanos, bem como movimentos organizados em prol de questões coletivas, sejam elas de ordem ideológica ou moral.

Do ponto de vista operacional da análise, para identificar as representações presentes nas coberturas sobre o Oriente Médio utilizaremos a Análise de Conteúdo na modalidade temático-categorial (BARDIN, 2016). Relacionaremos os agendamentos e os enquadramentos – dois elementos que compõem as representações expressas nos conteúdos das mensagens impressas – com nosso levantamento quantitativo relativo aos formatos, origem e temas presentes nas coberturas, tópicos inseridos no contexto dos processos jornalísticos de construção das notícias.

A fim de gerar uma interpretação condizente com os objetivos e aporte teórico presentes no trabalho, os temas e notícias serão analisados com apoio nas discussões sobre Orientalismo e jornalismo internacional, nossas unidades de contexto. Estas serão as bases conceituais que servirão de referência para interpretar os achados identificados ao longo da pesquisa. Com isso, os sistemas de referência sobre a região poderão ser explorados a partir das classificações e interpretações apresentadas sobre os eventos incluídos nas categorias analíticas, permitindo a

inferência de significações e sentidos atribuídos nas coberturas dos objetos, acontecimentos e pessoas.

4.2.1 Conflitos: A cobertura dos protestos no Irã

A instabilidade política no Irã ocupou espaços de destaque no caderno Mundo dos jornais durante o mês de janeiro, chegando a ficar na primeira página da editoria durante quatro vezes na FSP e duas em O Globo. Os protestos tiveram início com os manifestantes reivindicando a tomada de medidas que solucionassem a crise econômica que o país vinha enfrentando. Pouco depois, os protestos passaram a se voltar contra o regime político iraniano, situação que motivou o olhar de outros países para o cenário que se desenrolava a partir de então.

O ponto que mais chama atenção é como tanto a Folha de S. Paulo quanto O Globo deram espaço privilegiado às narrativas que apresentavam a legitimação do governo estadunidense sobre os eventos no Irã. Além de matérias em formatos informativos, as interferências dos EUA também motivaram conteúdos nos formatos de colunas e comentários.

Em 01 de janeiro, os dois jornais publicaram declarações de Trump afirmando estar acompanhando atento os protestos e colocando-se em defesa dos manifestantes. A Folha expôs a declaração literal do presidente, dizendo em uma rede social que "As pessoas estão finalmente percebendo como o dinheiro e riqueza delas estão sendo roubados pelo terrorismo", estabelecendo uma associação direta entre o Irã e o terrorismo, característica já frequente em falas de Trump sobre o país. O Globo, por sua vez, informou que:

> Crítico ao Irã, o presidente dos EUA, Donald Trump afirmou que o governo deveria respeitar os direitos da população. Rouhani rebateu, dizendo que o presidente americano não tem o direito de simpatizar com os manifestantes após chamar o país de terrorista. (TURBULÊNCIA no Irã, O Globo, 2018).

As narrativas encenam um jogo de troca de farpas entre Trump e governantes iranianos, seja o aiatolá Ali Khamenei ou o presidente Hassan Rouhani. No mesmo dia, o Globo publica integralmente comentário de Kim Sengupta, do jornal britânico The Independent. O texto, intitulado "O dedo de Trump na crise iraniana" analisa a posição do líder, criticando sua conveniência em demonstrar apoio à população iraniana e afirmando que na verdade a ação esconde apenas seus próprios interesses. Mais uma vez, é o posicionamento ocidental que motiva a pauta publicada.

Na Folha de S. Paulo, em 02 de janeiro, uma análise avaliava como os atos pareciam vir de fora do sistema islâmico. O texto, assinado por jornalista brasileiro da equipe da FSP, refletiu

sobre a interferência dos EUA diante dos protestos. A característica é chamada de "fator Washington" na narrativa:

> Há também o fator Washington. A despudorada reação de apoio do presidente Donald Trump pode ser apenas o seu usual oportunismo impensado. Mas, para uma sociedade que tem no conflito com os Estados Unidos boa parte de sua base ideológica nas últimas décadas, é gasolina para a fogueira que vê interferência externa nos protestos. Trump pode ajudar a apressar uma virada repressiva contra os manifestantes. (GIELOW, 2018, Caderno Mundo, p. A7).

Chama a atenção como na análise somente o apoio de Trump é exposto como relevante e capaz de gerar possíveis consequências nos desdobramentos das manifestações, em detrimento de colocações de outros governos, que não chegaram a ser lembrados ou citados no texto. Além disso, um espaço mínimo foi dado a declarações de cidadãos iranianos nos jornais. Identificamos apenas em uma matéria do jornal O Globo, de 03 de janeiro, falas de um estudante e um engenheiro iraniano comentando os protestos.

Ainda em 02 de janeiro, a troca de farpas repete-se nos jornais. A cobertura da Folha informa que os protestos estavam sendo estimulados por líderes contrários ao Irã, como Trump e o premiê de Israel, Benjamin Netanyahu. Nessa ocasião, o destaque foi para falas que associavam os protestos a uma possível busca por liberdade da população iraniana:

> Nesta segunda (1º), Trump disse que o país tem fracassado em todos os níveis e que é "hora de mudança". "O grande povo iraniano foi reprimido durante muitos anos. Tem fome de comida e de liberdade. Assim como os direitos humanos, a riqueza do Irã está sendo confiscada." Em vídeo, Netanyahu desejou aos "heroicos" manifestantes sucesso em sua "nobre busca por liberdade". (ONDA de protestos no Irã deixa 13 mortos, Folha de S. Paulo, 2018).

Na mesma data, O Globo também mencionou a posição de Trump apresentando a busca pela liberdade como o grande anseio dos manifestantes:

> Mais cedo, em novas críticas ao governo iraniano, Trump afirmara que é "tempo de mudança" no Irã e que a população do país estava "com fome de liberdade". "Os regimes opressivos não podem durar para sempre, e chegará o dia em que o povo iraniano enfrentará uma escolha", tuitou. "O Irã está falhando em todos os níveis, apesar do terrível acordo feito com eles pelo governo Obama." (MORTES em protestos agravam a crise no Irã, O GLOBO, 2018).

O jornal carioca trouxe, também, a repercussão política em outras partes do mundo, com os posicionamentos da Rússia criticando a intromissão de Trump e defendendo que os protestos são um caso interno do Irã, da Alemanha sendo a favor de manifestações pacíficas, e do ministro

do Bahrein, o único país oriental citado no texto, pedindo aos cidadãos para que não viajassem ao Irã. Trump chegou a conclamar a população do país oriental para fazer uma reforma que derrubasse o modelo de governo islâmico vigente, ação que motivou o clima de discussão entre ele e o iraniano Ali Khamenei.

Em 04 de janeiro, no jornal O Globo, a coluna do jornalista Guga Chacra, sob o título "O Irã é o 'outro'", apresentou informações sobre os motivos pelos quais o país é considerado como "o outro" pelo imaginário ocidental. Abordou, de modo geral, a tendência de que a imagem iraniana fosse aceita ou rejeitada com base na relação que o governo iraniano estabelecia com potências ocidentais. Essa argumentação é feita relembrando episódios dos últimos 100 anos, indo da primeira metade do século XX, quando o Reino Unido comandava o petróleo iraniano e a imagem do país oriental era positivamente vista pelo Ocidente, passando pela década de 1950, quando o petróleo foi nacionalizado e a imagem passou a ser péssima, mencionando inclusive que o Ocidente ignorou as violações dos direitos humanos promovidas pelo xá Reza Pahlavi, entre as décadas de 1950 e 1970, voltando a apoiar o Irã somente quando este era aliado de países ocidentais na Guerra Fria.

> Nações ocidentais ignoravam as violações dos direitos humanos do líder iraniano e sua sanguinária Savak, como era chamada sua polícia secreta. Ocidentais se apegavam à face encantadora de Teerã, com uma sociedade sofisticada, suas boates e seus restaurantes. Jimmy Carter, em dezembro de 1977, visitou seu amigo xá no Irã e descreveu o país como "uma ilha de estabilidade em uma das mais problemáticas regiões do mundo". O presidente americano, na época, era conhecido por o desrespeito aos direitos humanos em países da América Latina, mas tratava o líder iraniano como um de seus melhores amigos. (CHACRA, 2018, Caderno Mundo, p. 21).

Após a revolução iraniana de 1979, explica Chacra, a hostilidade entre Irã e Estados Unidos foi instaurada, e seguiu até 2018, quando os protestos contra o governo iraniano foram publicamente apoiados por Donald Trump. O histórico do tratamento do país ao governo iraniano dava margem à compreensão de que a posição dos EUA tem mudado a depender da congruência ou não com seus interesses ao longo dos anos.

A apresentação de uma contextualização mais profunda sobre a imagem do Irã no campo internacional figurou como um tipo excepcional de narrativa, levando em consideração o perfil das outras matérias sobre os protestos. Mencionou, também, como a imagem do país em nível mundial foi moldada a partir da relação que este tinha com os EUA, tendo em vista a capacidade estadunidense de influir diante da imagem internacional. A crítica que é feita à narrativa hegemônica dos países ocidentais e em, especial, dos EUA, é interessante como ponto de singularidade da narrativa, quando disposto em comparação com a cobertura geral da região.

Em 6 de janeiro, a Folha reportou atos pró-governo iraniano. A matéria, originária de agências de notícias, chega a citar que os manifestantes criticavam a intromissão dos EUA e de "outros países" no andamento dos protestos. Esses outros países não foram citados no texto. De forma isolada, só seria possível entender quais seriam eles se o leitor tivesse conhecimento das notícias dos dias anteriores, que expunham outros governos que já tinham se declarado contra o regime islâmico.

A cobertura dos protestos segue uma lógica da resposta ocidental, motivando análises e comentários nos jornais. Esse tipo de enfoque remete à tendência de colocar o Ocidente em perspectiva com o Oriente, ou mais precisamente, reduzir conjunturas a embates pessoais entre personagens envolvidos que possam simbolizar os interesses em choque, tal como já notado por Wainberg (2007) na cobertura midiática. As tramas noticiosas serviram de espaço para um confronto indireto entre os vários atores internacionais, especificamente o Irã e seus aliados contra o Ocidente, nas figuras dos Estados Unidos e dos países aliados a ele. Estamos falando de um símbolo da democracia ocidental em contraposição a um modelo de teocracia. As ações da mídia em dar publicidade aos posicionamentos ocidentais desencadearam, inevitavelmente, especulações quanto aos rumos que as marchas populares poderiam tomar. Entendendo a existência constante de uma disputa por sentidos na política, a avaliação dos fatos no jornalismo contribui para a construção dos significados dos acontecimentos (SOARES, 2009).

A busca por alcançar a liberdade foi mencionada pelos líderes dos Estados Unidos e de Israel, nos dois jornais, ao se referirem às causas da série de protestos. A representação deste valor como inexistente para a população oriental é um sistema de referência fruto de ideias historicamente orientalistas, que a descrevem como atrasada ou despótica. Nesse contexto comparativo, caberia ao Ocidente em geral, e sobretudo os EUA de forma específica, o dever de ajudar a solucionar a questão, conduzindo o Irã à liberdade e à mudança, e estando apto a levar seu povo a este possível caminho do progresso. As representações orientalistas foram historicamente usadas pra facilitar ações imperialistas (SAID, 2007; WAINBERG, 2007; BANAJI, 2019), sob a representação da libertação dos povos. Foi com base no discurso do Oriente como atrasado que intervenções ocidentais como a construção do Canal de Suez, no século XIX, foram legitimadas como necessárias para a expansão dos mercados, ainda que na verdade elas escondessem uma gama de interesses internacionais envolvidos.

Retomando parte da discussão teórica, relembramos que a dinâmica de interesses que perpassam as representações do Orientalismo é chamada por Said (2007, p. 32) de "[...] uma relação de poder, de dominação, de graus variáveis de uma hegemonia complexa", em que diferentes áreas estão envolvidas, dentre elas a mídia. Para Steinberger (2005), o jornalismo

funciona como uma arena, onde segundo a lógica da geopolítica midiática cada ator tenta prevalecer seus interesses e representações. A autora compreende a geopolítica como produção social e discursiva, onde a opinião pública e a mídia são atores de suma importância para as relações internacionais e para a distribuição do poder no espaço geográfico. Os esquemas de representação que circulam nesse espaço seriam, ao mesmo tempo, instrumentos de expressão e ação do poder que participam da disputa por hegemonia. Essa perspectiva sugere que na mídia brasileira prevalecem campos de força inspirados em grandes potências e que os Estados Unidos modelam as imagens de outros países de acordo com as relações que estes têm com ele.

> O papel hegemônico dos Estados Unidos no mundo de hoje reflete tanto na geopolítica da mídia internacional quanto na construção de uma geopolítica da cultura ocidental [...]. Hoje, já se cogita abertamente que a política externa norte-americana seja capaz de exercer influência, de modo deliberado (e até se admite que intervenha de modo criminoso, a exemplo do filme Wag the dog), sobre a imagem projetada dos diversos países conforme suas relações de amizade/inimizade com os Estados Unidos. (STEINBERG, 2005, p. 213).

A cobertura concentrada da instabilidade política no Irã era mundialmente relevante pois o país é um dos protagonistas na produção de petróleo, figurando como um dos grandes atores do Oriente Médio. O papel dele na guerra da Síria e do Iraque também motivam a disputa por influência. Além disso, a tensão causada com os EUA colocava em risco o acordo nuclear iraniano, tema que também estava em pauta à época da cobertura.

O caráter subversivo do movimento também foi enfatizado pelos jornais. O fato de terem acontecido em um país teocrático, desafiando as autoridades locais, foram características recorrentemente lembradas. Foi destacado que pela primeira vez as mobilizações em nada tinham a ver com questões ligadas à religião, visto que foram protagonizadas pela classe trabalhadora do país, característica que contraria as premissas baseadas no senso comum de que a população médio-oriental no geral, e muçulmana em particular, só se organiza em prol de causas que envolvem o Islã como base.

Chamadas tanto do jornal O Globo quanto da Folha traziam menção a essa característica. Em 01 de janeiro, acima do título da matéria do jornal O Globo “Turbulência no Irã” o subtítulo exibia o texto “No país dos aiatolás”, complementando a informação e chamando atenção para que os protestos estavam ocorrendo em um país teocrático islâmico, onde manifestações do tipo são duramente reprimidas pelo governo. Em 02 de janeiro, na matéria “Pela primeira vez, ato parece vir de fora do sistema islâmico”, a Folha também destaca a natureza atípica dos atos.

Semelhante ao movimento que ficou conhecido no ano de 2011 como Primavera Árabe, mais uma vez, a população de um país médio-oriental saiu às ruas em atos contra o modelo

econômico e por melhores condições de vida, sem ideologia religiosa. No entanto, construções que ancoravam o país às características muçulmanas eram sempre relembradas. Desde a Primavera Árabe, chama atenção protestos que não sigam causas religiosas, tema que para o Ocidente é aparentemente distante da realidade oriental.

A partir da exploração empreendida, observou-se de modo geral que os protestos iranianos ganharam destaque nos veículos quando de alguma forma estiveram relacionados com o Ocidente. Na cobertura sobre a série de manifestações ocorridas ao longo do mês de janeiro de 2018, nota-se que frequentemente ela foi orientada pela ótica da validação e da interferência ocidentais, sobretudo dos EUA, mas citando também a Rússia, o Reino Unido, a Alemanha e Israel. Destes, foi dado destaque às falas do então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, avaliando os protestos. A troca de farpas entre os líderes dos EUA e Irã denotam a visibilidade do enquadramento de disputa de interesses em conflito, em que as confrontações entre governos ganham ênfase. Denotam, também, a capacidade dos EUA em influir na agenda dos jornais brasileiros sobre os protestos e como estes selecionam quais atores terão suas falas expostas como mais relevantes nas notícias.

Na cobertura dos protestos no Irã, as manifestações dos interesses da política externa dos países envolvidos se expressam e são representados midiaticamente através das figuras de Trump e de outros presidentes e líderes mundiais, em que o apoio à população ganha eco nos jornais e oculta as intenções estratégicas. As características encontradas refletem a divisão de poder existente no mundo, onde os países ricos aparecem mais que os outros, e as fontes institucionais sobrepõem-se a avaliações sociais ou populares. A cobertura dos protestos é enfocada a partir da repercussão destes segundo os interesses e intervenções de outros países. Assim, os veículos repercutem a lógica hegemônica da política dos EUA, uma vez que a posição ocidental sobre o tema é mais enfatizada que as consequências dos protestos para o próprio Irã.

As matérias sobre os protestos no Irã chamaram a atenção para o fato de que os milhares de manifestantes, dessa vez, pareciam querer uma república secularizada, e não mais uma república islâmica. As marchas, que começaram motivadas pela inflação e desemprego, tomaram uma dimensão política de duras críticas ao governo repressivo e autoritário. Os jornais abordaram os protestos sob a ótica de que eles teriam potencial para transformar-se em uma revolução, possibilitando uma mudança na forma de governo do país.

Essa característica pode ter sido uma das motivadoras dos eventos ganharem tanto espaço na cobertura sobre o Oriente Médio, que conforme anteriormente exposto no nosso levantamento quantitativo, manteve-se presente ao longo de nove edições no jornal carioca e de sete no jornal paulista. A presença de formatos não unicamente noticiosos sobre o tema

também demonstra um interesse especial a respeito de possíveis desdobramentos. Em 3 de janeiro, O Globo chegou a publicar a análise de um jornal estrangeiro sobre quem seria o provável sucessor do aiatolá Ali Khamenei. Quatro dias depois, divulgaram entrevista com a ativista e Nobel da paz iraniana Shirin Ebadi expressando que o povo iraniano estava cansado dos 39 anos de regime islâmico. A entrevista, intitulada "Povo não quer reformas, mas fim da ditadura", chama a atenção para a necessidade de renovação política do país.

O alto número de mortos e manifestantes presos também foram elementos que deram dramaticidade aos eventos reportados e constituíram fortes elementos de noticiabilidade. Quase nada foi encontrado, por outro lado, sob a ótica dos próprios iranianos em relação aos atos, expondo o que eles reivindicavam ou porquê reivindicavam. Considerando-se o tamanho da cobertura dada aos protestos ao longo do mês, o espaço de fala dado a cidadãos comuns foi mínimo. Em suma, a situação não ficou definida nos termos dos próprios protagonistas dela: o povo. As narrativas ficaram ancoradas nas falas institucionais e políticas, e quase nada pelo ângulo dos cidadãos. De modo geral, os conflitos foram abordados, portanto, sob a ótica do posicionamento ocidental e de uma revolução em potencial, chamando atenção sobretudo para as perspectivas econômicas e políticas.

Considerando os dados referentes a formatos e origem das matérias, observamos que ambos os jornais abordaram os protestos através de materiais do gênero informativo, com notícias e entrevistas, e opinativo, com comentários e colunas. O jornal O Globo demonstrou ênfase maior nos formatos opinativos, publicando dois comentários oriundos de jornais estrangeiros (La Nación e The Independent), uma coluna de jornalista da própria equipe do veículo, além de, no caso dos formatos informativos, duas entrevistas publicadas no mesmo dia, com dissidentes iranianos avaliando causas e consequências do movimento contestador: o escritor e jornalista Amir Arian, e a ativista, advogada e nobel da paz Shirin Ebadi.

Na FSP, identificamos apenas um comentário sobre os protestos no Irã, assinado por repórter do próprio jornal, uma coluna do jornalista Clóvis Rossi e uma entrevista com um pesquisador iraniano especialista em política, economia e história social do país. Portanto, diferentes formas de análises e interpretações estiveram em alguma medida presentes, ainda que de forma restrita.

Ainda que em proporções distintas, a existência simultânea de materiais informativos e opinativos denota como os protestos no Irã foram abordados sob diferentes modos de análise e interpretação incorporados em ambos os jornais: a partir de textos de outros veículos, de esquemas interpretativos provenientes de membros dos próprios jornais e também recorrendo a análises de fontes com algum grau de especialização sobre a história política e social do Irã,

narrativas que em alguma medida atribuíram significados, estabeleceram conexões e avaliaram a complexidade do cenário no país.

De modo geral, quantos aos enquadramentos da cobertura, identificamos e discutimos a proeminência de três deles, a saber: o agendamento da cobertura dos protestos seguindo uma ótica de avaliação e resposta ocidental, mediada por narrativas que privilegiaram a representação da disputa de interesses em conflito; a marcação feita em relação à religião muçulmana, enfocando o caráter subversivo de um movimento contestador ocorrido em um país teocrático, mas que pedia uma república secularizada; e a presença restrita dos cidadãos iranianos como atores com voz ativa nas produções. Especialmente em relação ao último enquadramento proeminente, nota-se que a voz dos desfavorecidos foi suprimida nas coberturas. No lugar, têm-se o favorecimento dos posicionamentos políticos sobre os rumos dos protestos. Tal como exposto por Said (2011), a concepção orientalista carrega a ideia de que o Oriente não é capaz de falar sobre si mesmo, o que, portanto, traz a necessidade de que os outros se tornem sua voz, representando-os, em vez de dar-lhes o próprio espaço de fala.

4.2.2 Conflitos: A cobertura da Guerra na Síria

Como exposto no item 4.1.3 deste trabalho, o envolvimento de diversos atores externos na Guerra na Síria, como países ocidentais entre os regimes aliados e oponentes ao regime, é um dos fatores que contribui para a constante cobertura do tema no noticiário brasileiro.

No mês de janeiro, os Estados Unidos acusaram o governo de Bashar al-Assad de fazer uso de armas químicas contra a população civil na região de Ghouta, pertencente à capital Damasco. O clima de acusações foi noticiado pela Folha de S. Paulo em 25 de janeiro, rendendo uma nota curta com informações de agências de notícias, divulgando declarações do secretário de estado dos EUA. No dia seguinte, o clima de tensão entre países volta ao noticiário, desta vez após a Turquia advertir os EUA do risco de novos conflitos no norte da Síria caso o apoio às milícias curdas na região não fosse suspenso. A matéria foi assinada por repórter do próprio jornal e trouxe um relato maior sobre a situação, alertando para a disputa entre EUA, Rússia e Turquia e abordando que o conflito sírio tinha se transformado em uma guerra por procuração entre Estados Unidos e Rússia. Em 27 de janeiro, a Turquia passou a ampliar a ofensiva contra milícias curdas na Síria até o Iraque, o que fez crescer o risco de confronto com os EUA. O evento motivou uma matéria, também autoral do jornal FSP, chamando atenção para o contexto de disputa entre Estados Unidos, Rússia e Turquia.

Em abril, a cobertura é intensificada. Um novo ataque com armas químicas, que vitimou dezenas de civis, incluindo crianças, também rendeu uma continuidade na Folha. O motivo da tensão foi sobretudo a iminência de uma possível retaliação comandada pelos EUA ao governo sírio, além das constantes críticas estadunidenses ao apoio da Rússia ao conflito. Existia o risco de um ataque estadunidense ao governo de Assad, pois segundos os posicionamentos dados pelo governo dos EUA, Assad teria usado armas químicas. As ameaças dos Estados Unidos foram tema de matérias em 09 de abril, dia seguinte do suposto ataque químico. O texto "Trump diz que há alto preço a ser pago e indica reação" ocupou a primeira página do caderno Mundo.

Nos dias 12 e 13 todas as notícias sobre a guerra enfocaram as novas ameaças do presidente Donald Trump de utilizar mísseis contra os russos, o que indica uma continuidade no interesse de apresentar o tema sob a perspectiva da posição dos EUA. Em 14 de abril, a ameaça de retaliação se concretizou. A primeira página da editoria noticiou a ofensiva conjunta entre EUA, França e Reino Unido disparando 58 mísseis na Síria. Um dia depois, em 15 de abril, o tema ganhou duas páginas inteiras na FSP, incluindo a manchete "Missão Cumprida", diz Trump sobre Síria", após Trump comemorar a ação:

Figura 1: FSP repercute ataque de coalizão dos EUA contra Síria

FOLHA DE S.PAULO

mundo

'Missão cumprida!', diz Trump sobre Síria

EUA afirmam ter atingido 'coração' do programa de armas químicas de Assad; Putin define ataque como 'agressão'

Tarde demais para salvar a Síria

CLÓVIS ROSSI

Ocidente e Rússia divergem sobre números e eficácia dos ataques

Pentágono afirma que os mísseis atingiram objetivos; Rússia diz que 70% foram interceptados

Cinismo predomina no discurso sobre a guerra civil na Síria

Fonte: Acervo Folha de S. Paulo, 2021

A edição acima, de 15 de abril, contou com dois textos analíticos sobre a ação. O primeiro deles foi um comentário do repórter Diogo Bercito, direto de Jerusalém, intitulado "Cinismo predomina no discurso sobre a guerra civil na Síria". Nele, são feitas críticas ao tom das mensagens, discursos e imagem dos atores políticos envolvidos na Guerra na Síria, citando em especial Bashar al-Assad, Trump, o presidente francês Emmanuel Macron, a Rússia e o Irã.

A argumentação trazida pelo jornalista condena a atitude de Trump em classificar o ataque como uma “missão cumprida”, além de um possível fingimento em se importar com os civis afetados, neste caso endereçando a crítica ao presidente da França.

Chama a atenção no comentário a posição expressa em relação à narrativa hegemônica feita sobre a guerra, na qual, segundo o autor, as análises são normalmente ancoradas em enquadramentos que ignoram o sofrimento das populações:

> O problema, porém, não é que morram. Que o ditador mate sua população com armas convencionais, como as bombas lançadas em escolas, não cruza linhas de cor nenhuma, ou são menos graves, ou são invisíveis. No discurso público e nas análises políticas, os sírios de fato quase não são vistos. Um conceito abstrato. O suposto ataque químico de Assad é descrito em termos de impacto nas relações internacionais, e os bombardeios ocidentais são apresentados como preocupação por agravar o atrito entre EUA e Rússia. (BERCITO, 2018, Caderno Mundo, p. A14).

O comentário de Bercito expressando a existência de um cinismo nos discursos internacionais sobre a guerra mostra-se como um ponto divergente das narrativas tradicionais presentes no jornal. De modo semelhante, a edição de 15 de abril traz uma coluna assinada por Clóvis Rossi e intitulada “Tarde demais para salvar a Síria”, tecendo críticas à passividade da comunidade internacional perante a destruição ao longo de anos do conflito, mais um exemplo de desaprovação à inércia por parte dos atores políticos, que ignoraram os massacres humanos causados por diferentes tipos de armas, sejam elas químicas ou não:

> Ninguém fez nada. Ou melhor, um punhado de atores relevantes meteu-se na guerra, não para brecá-la, mas para derrotar adversários. Os Estados Unidos, a Rússia, o Irã, a Turquia estão presentes, assim como atores não-estatais, como o Hizbullah libanês, aliado do Irã, e os curdos. (ROSSI, 2018, Caderno Mundo, p. A15).

No dia seguinte, 16 de abril, a primeira página do caderno mundo notabilizou as críticas políticas feitas ao ataque, especialmente dos presidentes da Rússia e do Irã condenando os bombardeios e alertando as chances de um caos internacional como consequência das ações lideradas pelos EUA. Trouxe, também, um comentário assinado por Fernanda Magnota, repórter da Folha, avaliando a atitude de Trump e duvidando das intenções do presidente.

A ênfase em vieses analíticos e opinativos em dois dias consecutivos demonstram como o veículo ofereceu interpretações sobre o ataque, sobretudo avaliando atos e discursos da comunidade internacional, inclusive com duras críticas, através da publicação de conteúdos autorais da própria equipe. Tais pontos mostraram-se como vieses alternativos às falas dos governantes expressas nas matérias em formatos noticiosos. Dessa forma, a cobertura esteve

presente tanto em termos informativos quanto opinativos no jornal FSP, inclusive trazendo . visões que divergem da concepção orientalista de pôr os governos ocidentais como autoridades no discurso sobre a região.

Em O Globo, por outro lado, é interessante como a cobertura sobre a Guerra na Síria de modo geral enfoca com frequência o trabalho da Organização das Nações Unidas (ONU), realizando investigações, avaliando ações dos atores envolvidos no conflito sírio e tentando mediar formas de resolução. Tal particularidade pode ser demonstrada ao observar as notícias em dias sucessivos.

Em 7 de fevereiro, o jornal relata o pedido da ONU por uma trégua nos conflitos, após uma onda de violentos ataques aéreos contra civis na região de Ghouta, ao leste da capital do país. A matéria reporta a lista de investigações em andamento, feitas pela ONU, a ataques no país. Dentre as fontes, cita o brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro, então presidente de uma comissão encarregada de apurar os crimes de guerra cometidos. Em 25 de fevereiro, o jornal noticiou a aprovação da ONU de um cessar-fogo de 30 dias, decisão motivada pela tentativa de empreender uma ação humanitária aos feridos nos recorrentes bombardeios enfrentados no mesmo mês. A intenção era levar alimentos e atendimento médico. No dia seguinte à aprovação, o tema volta a ser noticiado, desta vez alertando que as bombas do regime sírio continuavam a cair na região, e que o cessar-fogo não estava sendo cumprido.

Em 27 de fevereiro, O Globo publicou críticas da ONU à ação russa de não cumprir o cessar-fogo do modo como havia sido proposto, após a Rússia se limitar a fazer interrupções diárias de apenas cinco horas para entradas de ajuda humanitária à população síria. Na edição seguinte, do dia 28, a pauta é novamente abordada. A matéria “Síria: trégua imposta pela Rússia fracassa em cessar ataques” traz a continuidade da decisão da ONU, reportando as críticas do órgão e de ONG’s de direitos humanos ao não cumprimento da resolução, tendo em vista a ocorrência de novos ataques voltarem a causar vítimas.

Desde a data em que a trégua foi decretada, o jornal seguiu os desdobramentos da ação ao longo de quatro dias seguidos, característica que indica o interesse pelas consequências do cenário. No dia 4 de março, O Globo publicou uma notícia sobre a classificação da ONU em chamar os ataques do governo sírio na região de Ghouta oriental como “punição coletiva” aos civis, após ser impedida de levar suprimentos para a população afetada. O desrespeito à trégua aprovada pela Organização ganhou mais uma vez o noticiário. Três dias após, documentos da Comissão de Inquérito do órgão voltam à pauta, na matéria “ONU acusa EUA e Rússia por mortes em larga escala na Síria”.

Na noite de 13 de abril, a coalização liderada pelos EUA atacou três instalações militares na Síria, supostamente como forma de retaliação ao uso de armas químicas no conflito, como anteriormente mencionado nessa análise. Nesse momento, a guerra passou por uma valorização inédita no que se refere ao espaço dado a ela em uma mesma edição. Consideramos relevante lançar o olhar para uma medida quantitativa que indica a centralidade da cobertura desse episódio da Guerra: em 15 de abril, das cinco páginas da editoria internacional de O Globo, as quatro primeiras delas foram integralmente reservadas às repercussões dos ataques, como pode ser visto na imagem seguinte:

Figura 2: O Globo repercute ataque de coalizão dos EUA contra Síria

Fonte: Acervo O Globo, 2021

A matéria que abriu o caderno internacional – e ocupou integralmente a primeira página, foi escrita por um correspondente do jornal, direto dos Estados Unidos. A repercussão na Rússia foi noticiada por um enviado especial e repórteres do jornal também fizeram conteúdos especiais sobre a repercussão na França e na Alemanha. Todos os textos foram escritos diretamente dos países citados, de acordo com os dados de autoria e origem das matérias mencionados no jornal, o que denotou um interesse em coletar as informações pessoalmente do local originário das declarações dos líderes políticos.

Na mesma edição, encontramos simultaneamente o uso de formatos informativos, opinativos e interpretativos no tratamento dos significados dos bombardeios. Além das matérias no formato de notícias, constaram infográficos, uma coluna de Adriana Carranca, uma entrevista com um especialista em direito internacional e uma análise do Guga Chacra, tradicionalmente também colunista do jornal.

Tais elementos compuseram os chamados enquadramentos interpretativos sobre o evento. O termo corresponde, segundo Porto (2004), aos padrões de interpretação formuladas por atores sociais e políticos diversos, como representantes do governo, partidos políticos e

movimentos sociais presentes nas notícias. Entretanto, esses enquadramentos também podem ser formulados pelos próprios jornalistas, em espaços reservados como colunas de opinião e textos analíticos. Essa característica mostrou-se presente em O Globo, no referente à repercussão dos bombardeios à Síria, com a promoção de interpretações específicas da realidade a partir de diferentes atores, o que conferiu um espaço de fórum de ideias sobre o momento do conflito.

A repetição de notícias sobre a apuração dos supostos crimes de guerra envolvendo as potências demonstra o interesse conferido ao tema em O Globo, dando espaço à atribuição de responsabilidade da ONU às ações dos países envolvidos na Síria. A cobertura se voltou seguidas vezes para a valorização de pautas que citavam os direitos humanos, a ajuda humanitária e a atenção às leis internacionais, o que indica também a proeminência da ONU, como ator social, em influenciar nos processos de agendamento de determinados aspectos ligados ao contexto da guerra.

Tais características distinguem-se do perfil apresentado pela Folha de S. Paulo, que trouxe pautas com enfoques voltados principalmente para os posicionamentos políticos sobre a guerra, como anteriormente constatado. No caso do jornal paulista, as resoluções da ONU também foram noticiadas, mas com ênfase menor e sem tanta continuidade. A aprovação do cessar-fogo foi publicada e, na edição seguinte, o não cumprimento das recomendações impostas no acordo também, mas limitado a um texto curto.

Na FSP, as notícias deixaram explícito o clima constante de tensão entre Estados Unidos e outros países ocidentais no contexto da Guerra na Síria, aspectos valorizados no jornal paulista. O risco de novos conflitos e ataques fizeram com que o tema fosse recorrentemente noticiado, inclusive em edições seguidas. Nesse caso, vimos a proeminência política dos EUA na figura de Donald Trump como ator político direcionador do agendamento dos aspectos sobre a Guerra na Síria, além da opção por um enquadramento que salientou o clima de ameaças constantes e disputa internacional. Na Folha de S. Paulo, a valorização dos posicionamentos dos EUA foi mais evidente na cobertura sobre o conflito.

4.2.3 Conflitos: As consequências para as populações

Em meio ao grande número de matérias que englobam os diferentes conflitos políticos e militares no Oriente Médio a partir de um agendamento factual, verificamos a existência de narrativas que focalizaram essencialmente as consequências das guerras e disputas políticas na vida das populações dos países envolvidos. Neste item, nos debruçamos sobre as matérias nas

quais os sentimentos e problemas vivenciados pelos cidadãos comuns receberam atenção principal. Consideramos interessante abordar esse aspecto da cobertura, tendo em vista que são frequentes abordagens que dão centralidade às consequências bélicas, políticas e econômicas dos conflitos, com pouca humanização. Dentro dessa categoria, interessa visualizar como a população é mostrada nos jornais impressos.

A maior parte das matérias que narraram as consequências dos conflitos em curso enfocaram o sofrimento das populações. Entre as notícias com essa temática, a Folha de S. Paulo publicou texto em 01 de abril sobre a volta dos iraquianos à cidade de Mossul, após a expulsão do Estado Islâmico (EI) da região. A atenção é voltada à destruição causada na cidade, repleta de escombros das antigas casas e construções, e ao desaparecimento e morte de milhares de habitantes que viviam nela.

A matéria é feita com base na percepção dos moradores de que, à época da expulsão do EI pelo exército iraquiano, bombardeios americanos e iraquianos mataram mais que o próprio califado. É informado que muitos moradores ficaram desaparecidos desde então, “quando as bombas eram despejadas sem parcimônia pela aviação americana e pela artilharia iraquiana.” (BOECHAT, 2018, Caderno Mundo, p. A16), responsabilizando diretamente as ações dos governos. Um dos casos relatados é de um jovem cuja mãe acreditava que o filho desaparecido havia ficado prisioneiro dos americanos, em um campo feito no aeroporto de Mossul. A mãe é entrevistada e narra seu cotidiano na busca por informações sobre o filho.

A impressão dos moradores é enfatizada, atribuindo ao governo estadunidense e iraquiano a maior parcela de culpa pela destruição e sofrimento civil. É informado que nos meses finais da expulsão do EI da cidade de Mossul, o Iraque a cercou e bombardeou, apesar da existência de 200 mil habitantes residindo nela, atividade que afetou as pessoas inocentes, não combatentes do EI. Destas, sete mil jamais foram encontradas nas ruínas deixadas pela destruição. Apresenta como fontes moradores da cidade e um dos responsáveis pela Defesa Civil, que também narra a dificuldade em conseguir recolher os corpos dos mortos. Traz a informação de que dados oficiais sobre o número de mortos e desaparecidos são inconclusivos, então a narrativa opta por reverberar a crença dos próprios moradores da cidade sobre a destruição humana e material na região.

Nas ruínas que sobraram da cidade, as famílias que voltaram estavam vivendo sem água e energia elétrica. O assunto desloca-se de como as pessoas estão tentando continuar suas vidas e fica ligada ao sofrimento enfrentado por elas em decorrência das milhares de perdas humanas enfrentadas e da falta de ajuda estrutural por parte de autoridades. Esse é o principal aspecto exibido sobre a volta deles: o sofrimento que enfrentam e a responsabilização do governo dos

EUA e do Iraque por atingirem inocentes no conflito. A autoria da matéria é do repórter brasileiro Yan Boechat, o que dá a percepção de que quando existiam matérias com temas distintos do factual, estas eram geralmente feitas de forma independente por repórteres que colaboravam com o próprio jornal, sem estarem ligadas a despachos das agências de notícias ou publicações de outros diários.

Em 07 de fevereiro, O Globo também aborda as consequências destrutivas do Estado Islâmico no Iraque. A matéria "Rastro jihadista tóxico" ganhou destaque na primeira página do caderno Mundo, como demonstra a imagem abaixo:

Figura 3: Matéria Rastro Jihadista Tóxico

Mundo

QUEDA DO CALIFADO

Rastro jihadista tóxico

Danos ambientais causados pelo Estado Islâmico no Iraque vão de campos arrasados a doenças

Líbano eleva tom e acusa Israel de ameaçar fronteira

ONU PEDE TRÉGUA APÓS ONDA DE MORTES DE CIVIS

Fonte: Acervo O Globo, 2021

Tratava-se de um texto original do Washington Post, abordando as consequências dos danos ambientais causados pelo EI, que afetaram desde as plantações agrícolas, criação de gados e ovelhas, até o surgimento de doenças nos moradores. Entre as causas estavam ações orquestradas por combatentes do EI, como a explosão de poços de petróleo, queimas de barris com o material, além do incêndio em uma usina de enxofre na região, se valendo do desastre ambiental como arma de guerra.

A variedade do prejuízo ambiental deixado é retratada lado a lado com as consequências para os moradores: principalmente problemas respiratórios que os deixaram com sequelas para o resto da vida; além de danos psicológicos. Na matéria em destaque, a narração do sofrimento em terceira pessoa se divide com falas de mães de jovens que adoeceram de forma grave e com relatos de fontes especializadas em questões de saúde. A notoriedade dada ao assunto, que

ocupou quase a primeira página inteira da editoria, é significativa no tratamento e importância conferida ao tema pelo jornal O Globo.

Identificamos a presença de matérias que abordavam os conflitos sobre uma perspectiva que fugia das disputas políticas, econômicas e militares, mostrando como essas ações transformam negativamente a vida das famílias, que são o grupo mais afetado com a situação deixada pelas disputas. Como na matéria da Folha de S. Paulo anteriormente citada, sobre a volta dos iraquianos à cidade de Mossul, o tema orbita sobre os rastros deixados pelo Estado Islâmico na vida das pessoas e os dramas vividos por elas, danos físicos e psicológicos de uma guerra normalmente retratada com base em números e posicionamentos políticos.

Em meio à cobertura da Guerra na Síria, a situação dos civis ganha destaque mais uma vez na primeira página do caderno internacional do jornal O Globo. Em 30 de março, o assunto foi a situação dos curdos no noroeste do país. Após a ofensiva turca contra milícias na Síria, os curdos, grupo importante na luta contra o Estado Islâmico na região, se queixaram do abandono por parte dos Estados Unidos e da Rússia. Para demonstrar a insatisfação, organizaram protestos na Europa e na Turquia.

Figura 4 – Matéria O abandono dos curdos

Mundo

OFENSIVA TURCA

O abandono dos curdos

Grupo com papel vital no combate ao Estado Islâmico se queixa de EUA e Rússia

ESPALHADOS POR QUATRO PAÍSES

No Egito, abstenção em eleição sem disputa foi de quase 60%

Fonte: Acervo O Globo, 2021

A localização da matéria na primeira página denota um destaque à situação dos civis em meio à Guerra na Síria, majoritariamente retratada a partir de novos conflitos, mortes ou consequências políticas da beligerância. Foi enfatizado que após a ofensiva turca, ação que levou à fuga de mais de 200 mil pessoas da Síria, os curdos estavam vivendo nas ruas e sem condições de alimentação. A matéria especial “O abandono dos curdos”, da repórter Graça

Magalhães traz a perspectiva de que a intenção da ofensiva é promover uma limpeza étnica. É feita uma responsabilização indireta aos EUA e à Rússia pela situação de crise humanitária, chegando a mencionar que os EUA não tinham adotado nenhuma medida contra a Turquia. A queixa é feita também contra a falta de medidas por parte da comunidade internacional contra a ofensiva turca.

O conflito na Palestina também é abordado sob a percepção das consequências para os civis em O Globo, dessa vez em matéria replicada do jornal The Washington Post, no mês de abril. O texto narra os efeitos econômicos causadas pelos bloqueios de Israel para a população. Altas taxas de desemprego e falta de perspectiva de trabalho para a população mais jovem, abandonos dos estudantes nas universidades e crescimento no número de suicídios estiveram entre as consequências trazidas pelas restrições na Faixa de Gaza. O controle de Israel na região destruiu a economia local, controlando o comércio e a entrada e saída da população, há mais de uma década.

A responsabilização de Israel é o ponto mais abordado na matéria anteriormente citada, mas o texto cita também que os moradores estavam insatisfeitos com o Hamas e a Autoridade Nacional Palestina (ANP), por não garantirem os serviços básicos à população. A situação é qualificada como crise humanitária. Como em outras matérias do jornal O Globo publicadas no mesmo período, a situação crítica da população por trás dos protestos é representada, mostrando aspectos pouco evidentes nas narrativas que ganham mais espaço nos meios de comunicação.

Ainda durante o mês de abril, a Folha de S. Paulo abordou a perspectiva civil sobre os conflitos que envolvem a região. Desta vez, a pauta foi a mudança de embaixada dos Estados Unidos de Tel Aviv para Jerusalém, cidade reconhecida por Trump como capital de Israel. A mudança foi significativa em demonstrar o apoio do governo dos EUA a Israel, indo contra o entendimento seguido pela comunidade internacional.

O tema fruto de polêmica mundial foi abordado a partir da perspectiva dos moradores do bairro de Arnona, em Jerusalém, onde a partir de maio o então consulado mudaria de status para embaixada. Segundo o texto, os moradores estavam apreensivos de que a mudança afetasse a segurança do lugar, podendo ser palco de atentados contra a decisão de Trump.

A matéria dá voz a pessoas que viviam próximas ao prédio que se tornaria embaixada, alguns receosos e outros otimistas com o futuro. A visão dos receosos foi a apresentada como majoritária, estando inclusive no título da matéria: “Mudança da embaixada dos EUA preocupa vizinhos em Jerusalém”, o que demonstra a preferência por essa representação da situação. É interessante que o jornal tenha agendado o tema da mudança de embaixada somente a partir da opinião dos cidadãos israelenses, considerando que as decisões políticas e diplomáticas

afetariam em diversos aspectos a vida dos civis. Fica claro na narrativa que os israelenses não desaprovavam a decisão de Trump. O que havia era um sentimento de medo de que a mudança de embaixada gerasse atentados no bairro, sendo assim uma preocupação de cunho pessoal dos moradores de Armona, e não uma desaprovação de como a decisão de reconhecer Jerusalém como capital de Israel afetava as questões gerais do conflito com os palestinos.

Tal perspectiva pôde ser notava por meio das falas dos moradores presentes na matéria, como por exemplo a de uma senhora de 78 anos que já morava no local há 12 deles:

> "Vai ser uma confusão. Meu maior medo é a segurança. Nossa vida no bairro vai mudar para pior. Será que vai haver atentados aqui?". Não que a aposentada seja contra a decisão de Trump. Para ela, assim como para a maioria dos israelenses, o americano fez a coisa certa. (KRESH, 2018, Caderno Mundo, p. A17).

Em outro momento, é dito que "Apesar do apoio à decisão, os moradores de Amona acreditam que Trump não levou em consideração a confusão que o gesto pode causar para os vizinhos do prédio." Mais uma vez, o que se percebe é a representação do quanto a ação de Trump poderia afetar negativamente somente os moradores de Arnona.

Os cidadãos israelenses tiveram voz ativa na matéria, narrando suas incertezas e inseguranças em relação ao futuro do bairro. As expectativas e sentimentos dos moradores, como tristeza, medo e apreensão foram representados, ainda que tratando-se somente de preocupações pessoais dos israelenses, que não citavam em nenhum momento os efeitos prejudiciais da decisão para a vida dos palestinos. A matéria também não aborda como a decisão de Trump foi desaprovada pela comunidade internacional, e feriu resoluções da ONU, como a de número 63/30, de 23 de janeiro de 2009, que, dentre outras coisas, condenava qualquer tentativa ou ação israelense de alterar o status da cidade de Jerusalém ou impor suas leis e formas de administração sob a cidade, consideradas como ações unilaterais, nulas e sem validade (ONU, 2009). Observa-se, portanto, um silenciamento quanto aos EUA não seguirem resoluções da ONU e a ilegalidade desta decisão. É citado que a comunidade internacional considera Tel Aviv como a verdadeira capital e que o Brasil até então não planejava nenhuma mudança em sua embaixada.

O texto é de autoria da correspondente brasileira Daniela Kresch, sendo mais um exemplo de pautas que fugiam da perspectiva bélica dos conflitos no Oriente Médio e foram escritas por repórteres dos próprios veículos. A observação de matérias que enfocam nas consequências dos conflitos para os cidadãos torna possível visualizar a existência do chamado enquadramento humanista nos jornais, expressão desenvolvida por Aldé (2003) para se referir ao noticiário jornalístico centrado na cobertura dos efeitos de uma guerra sobre as populações,

nas perdas humanas e na destruição deixada. Tratam-se de coberturas que se afastem de reportar somente os efeitos sob um ângulo territorial, belicista, econômico ou político.

Na cobertura da Folha de S. Paulo e de O Globo, apesar de matérias com representações de interesse humano terem sido encontradas em menor escala que as demais, elas são importantes para visualizar como os veículos apresentaram os conflitos sob uma ótica pouco presente nos meios de comunicação. Aspectos como a abordagem das histórias dos moradores, de suas dores e medos, da dificuldade em viver em áreas de conflito, bem como a publicização da injustiça e da existência de vítimas inocentes em meio às disputas internacionais na região estiveram, em alguma medida, presentes nos dois jornais.

4.2.4 Questões de Gênero e Identitárias

Ao longo dos cinco meses de período observado, encontramos em dimensão minoritária, mas incorporada ao noticiário dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo, matérias que traziam pautas sobre lutas femininas, denunciando a violência contra a mulher, reivindicando igualdade de direitos e a busca por espaços de trabalho. Matérias sobre esses assuntos foram publicadas sete vezes na Folha e cinco vezes em O Globo, indo de protestos organizados por mulheres à repercussão de governos e grupos a iniciativas de empoderamento feminino. Analisaremos algumas das publicações mais representativas para nossos objetivos.

Um dos temas abordados foi a prisão de Ahed Tamimi, uma jovem palestina de 17 anos, acusada de agredir soldados israelenses. Os dois jornais cobriram o caso. Apesar de tratar-se de uma temática ligada aos conflitos, chama atenção o quanto o fator de gênero foi destacado nas narrativas. A Folha de S. Paulo trouxe o tema em 14 de janeiro, nos formatos de entrevista com a advogada da jovem e em matéria intitulada “Ativista adolescente vira símbolo palestino contra soldados de Israel”, que abordava o perfil da garota e as consequências da prisão. Os dois conteúdos foram feitos por Daniela Kresh, em colaboração para a FSP, diretamente de Israel. No caso da matéria, por repetidas vezes a aparência e beleza de Ahed são mencionadas na forma como a jovem é descrita.

Trechos como “Ela tem cabelos louros encaracolados e esvoaçantes e olhos verde-piscina” e “A fama da bela adolescente explodiu a cerca de um mês” exemplificam a valorização que é feita aos traços físicos. A narrativa qualifica a garota como uma “corajosa heroína” para os palestinos, “famosa local e internacionalmente”, que “alcançou status de celebridade”, é “celebrada em canções, grafites e documentários” e “recebe declarações de amor em redes sociais”. A situação da jovem é abordada sob a ótica da glamourização,

ressaltando aspectos da fama e heroísmo. Ela é chamada de ativista pelo jornal, que também informa que pelo menos dois de seus familiares já haviam se envolvido em episódios terroristas, associando o comportamento dela ao de sua família e suscitando a conotação de que suas ações poderiam seguir caminhos semelhantes:

> Pelo menos dois membros da família Tamimi se envolveram com terrorismo: Nizar (primo do pai), foi condenado pelo assassinato de um civil israelense em 1993, e sua mulher, Ahlam, participou do atentado contra a pizzaria Sbarro, em Jerusalém, em 2001, no qual morreram 16 pessoas. Além disso, dois tios de Ahed morreram em confronto com soldados israelenses na última década. (KRESCH, 2018, Caderno Mundo, p. A12).

Em outro momento da notícia, a visão israelense sobre o episódio é explicada e ganha argumentação:

> No lado israelense, acredita-se que Ahed Tamimi seja usada como propaganda contra Israel por meio de provocações criadas para serem registradas em vídeo. ONGs pró-palestinos costumam distribuir câmeras à população local, explorando o fato de que militares fardados serão sempre vistos como vilões em confrontos com civis, mesmo que atuem corretamente e que um conflito tão complexo tenha nuances. (KRESCH, 2018, Caderno Mundo, p. A12).

De forma explícita, a visão israelense sobre Tamimi ganha apoio na narrativa do jornal, quando há o apontamento de uma tendência palestina a criminalizar as ações do exército israelense. Enquanto a jovem é enquadrada como violenta e próxima a terroristas, o exército é definido de forma positiva.

O Globo abordou o tema em 14 de fevereiro, enfocando na prorrogação da prisão da jovem. O jornal a chama de “garota”, “adolescente” e “jovem”, e diz que ela foi transformada em um símbolo da causa palestina. A aparência dela também é mencionada, ainda que de forma menos enaltecida, caracterizando-a como “jovem de cabelos louros e encaracolados”, termo semelhante ao usado na FSP. Há de se considerar que tal semelhança pode indicar que o texto foi extraído de algum material das agências de notícias. O jornal, no entanto, emprega uma narrativa bem mais curta e objetiva que a da Folha, se limitando a abordar a situação da prisão dela, posicionamentos da advogada e a reação da prisão para autoridades israelenses.

A matéria traça um perfil ambíguo, em que a jovem é tanto a heroína dos palestinos quanto a vilã para as autoridades israelenses. Tanto a celebridade quanto a rebelde. É representada como a menina bonita, mas familiar de pessoas praticantes de terrorismo. É vítima palestina do sofrimento de seu povo, enquanto também pratica uma suposta violência. Todas essas alternativas são incluídas no repertório de representações emitidas e nas conotações direcionadas nas narrativas. Tal como exposto por Hall (2016, p. 145, grifo do autor) ao abordar

a representação da diferença em categorias de pessoas vistas como “os outros”, é comum que o significado sobre eles flutue, não mantendo uma mensagem fixa:

> É importante aceitar todas as posições ao mesmo tempo porque, como espero mostrar, é comum que as pessoas significativamente diferentes da maioria em algum aspecto – “eles” em vez de “nós” – fiquem expostas a esta forma binária de representação. Elas parecem ser representadas por meio de extremos acentuadamente opostos, polarizados e binários – bom/mau, civilizado/primitivo, feio/excessivamente atraente, repelente por ser diferente/cativante por ser estranho e exótico. E, muitas vezes, elas são obrigadas a ser *as duas coisas ao mesmo tempo*!

Para o autor, a diferença possui significado. No caso em análise, o estranhamento não se dá somente por ser alguém praticando uma ação representada como violenta, mas sobretudo por ser uma mulher. Essa é a diferença ressaltada. Além de ser uma mulher, é também loira, de olhos verdes e, portanto, considerada bela para os padrões estéticos contemporâneos. O uso da violência como ferramenta usada para resistência não é analisado sob um entendimento mais profundo, mas o estranhamento que fica evidente é ligado ao fato da jovem ser bela e ter ficado famosa por recorrentes ações interpretadas como agressivas contra soldados israelenses, e que haviam sido gravadas. O tema não volta a ser abordado nos jornais, aparecendo de forma isolada.

O emprego de termos salientando, enaltecendo a aparência da jovem e a representando como celebridade trouxeram uma visão glamourizada da situação. Leva, também, a comentar alguns pontos sobre como os enquadramentos da garota funcionam no texto. Em termos dos atributos centrais ou dominantes, ou seja, dos elementos de interesse crítico para configurar a imagem de um objeto descrito (AZEVEDO, 2004), a posição ocupada por tais atributos na Folha de S. Paulo enquadraram a garota sob a perspectiva da imagem visual, de aspectos da feminilidade e da fama.

Ademais, observou-se o emprego do terrorismo na Folha como meio de associar as ações da jovem com a de seus pais, qualificados como terroristas na matéria. Essa é uma ferramenta de esvaziamento das ações dela, que nesse momento ficam ligadas a um ato criminoso. O uso do terrorismo como mito fundamental para deslegitimar o outro é apontado como ferramenta basilar para reforçar a percepção orientalista de compreender os árabe-islâmicos como perigosos (SAHD, 2011; SAID, 2007; FONTENELLE, 2013). Quando questões históricas e sócio-políticas são ignoradas, abandona-se também a compreensão racional da situação. A construção argumentativa utilizada desumaniza os familiares de

Tamimi, ao mesmo tempo em que reduz o comportamento deles e da jovem à intenção de promover violência.

Enquanto a jovem e sua família são associados a um crime, a sistemática violação dos direitos humanos promovida há décadas por Israel, dentre eles os de liberdade de locomoção, expressão e religião, o direito ao trabalho e à educação, entre outros, como já apontado em diferentes relatórios da ONU (FALK, 2014; FALK; TILLEY, 2017; OCHA, 2014) é ignorada na abordagem do tema nos jornais. O argumento do terrorismo serve, nesse caso, para deslegitimar e silenciar a causa palestina, fazendo uma adesão à visão israelense. O próprio título da notícia traz uma indicação dessa visão, ao afirmar que a jovem virou símbolo "contra soldados de Israel", e não um símbolo de resistência contra a ocupação israelense, por exemplo; direcionando a revolta da jovem como contra a uma classe específica – a do exército – e não contra as ações do governo de Israel.

Na matéria em questão, a visão que se contrapõe a esse tipo de narrativa é exposta através da entrevista – com somente 4 questões; com a advogada de Tamimi, argumentando que a prisão longa havia sido um ato exagerado e que não levava em conta o contexto de vida da jovem, criada em meio à ocupação na Cisjordânia, posicionamento que surge como contraponto argumentativo do apresentado na narrativa noticiosa do jornal, escrita pela repórter brasileira Daniela Kresch.

O tema ganha destaque mais pelo fato de se tratar de uma jovem mulher fazendo atos rebeldes do que sobre as reivindicações que envolvem a causa palestina, a violência empreendida pelo Estado de Israel, ou a violência usada como defesa pelos palestinos sob uma perspectiva mais profunda, debates inexistentes nos jornais. Esvaziou-se, assim, parte imprescindível do contexto dos eventos narrados. Mesmo em meio a um tema que tem como cenário os históricos conflitos entre Israel e palestinos, em ambos os jornais não observamos construções que contextualizassem a vida desse grupo ou motivos que os levam à revolta contra soldados israelenses na Cisjordânia, em face da ocupação existente nos territórios palestinos. O tema da prisão foi trazido, portanto, de forma isolada e conjuntural. Esses são quadros importantes sobre o acontecimento que foram ignorados na estrutura narrativa.

Outro exemplo de recorte de gênero foi identificado no mês de janeiro, quando os dois jornais abordaram as manifestações de mulheres iranianas contra a obrigatoriedade do uso do hijab, véu islâmico que cobre os cabelos das muçulmanas. Desde a Revolução Islâmica de 1979, uma lei impõe às mulheres o uso do véu, podendo punir com prisão quem a infringir. Em 2018, o véu tornou-se o símbolo do movimento feminino e uma forma de dar visibilidade mundial à luta por igualdade de gênero e melhores condições de vida para a população. O movimento

ganhou repercussão em outros países, inclusive fora do mundo islâmico, sendo também apoiado por iranianas que viviam na Europa.

A Folha de S. Paulo noticiou os protestos como limitados apenas a questões de vestimentas, como é possível notar logo no título da matéria "Protestos no Irã contra uso do véu islâmico ganham fôlego", de 18 de fevereiro. O movimento é resumido como uma insatisfação ao uso do hijab, sem qualquer outra problematização contextual que o trate como um movimento político por direitos iguais. A matéria traz o depoimento da ativista iraniana Masih Alinejad, responsável por organizar outros protestos do mesmo tipo. O jornal chegou a mencionar que os protestos coincidiam com outras manifestações pelo país, motivadas por problemas econômicos e de desemprego, mas não é feita uma relação direta entre eles e nada é expresso sobre a pauta por direitos femininos de modo mais amplo.

No jornal O Globo, o tema foi abordado pela primeira vez em 6 de fevereiro, repercutindo uma pesquisa divulgada pelo presidente do Irã indicando que quase metade dos iranianos, homens e mulheres, eram contra a obrigatoriedade do hijab. Ação que, segundo o jornal, seria uma forma de tentar agradar grupos contrários e favoráveis aos protestos femininos. A matéria menciona que o movimento das mulheres ocorreu após as manifestações contra o regime iraniano, e que não se restringia à pauta sobre os direitos femininos. Em O Globo, o tema ganha um enquadramento voltado para questões sociais e políticas.

O tema ganhou continuidade em 18 de fevereiro. Foi deixado claro, já no título da narrativa, que o movimento feminino reivindicava não somente a liberdade de escolha quanto ao uso do hijab, mas tratava-se também de uma luta maior pela igualdade de direitos. A matéria "No protesto das iranianas, muito mais do que o fim do véu", foi um especial da jornalista brasileira Graça Magalhães-Ruether. A narrativa menciona as reivindicações por outros direitos, como o de sair sozinha à noite e pelo fim da punição por cometimento de adultério, e aborda que a crise econômica enfrentada no país foi um fator decisivo para aumentar o grau de insatisfação das mulheres e levá-las às ruas. Expõe, também, que os protestos encontraram ressonância em iranianas que viviam na Europa.

O caráter político do movimento fica bem mais claro em O Globo, ao trazer como fontes diversas mulheres iranianas ativistas, dentre elas a advogada Shirin Ebadi, ganhadora do Nobel da paz em 2003; a porta-voz da comunidade iraniana na Alemanha, Bijan Jafari; a ativista Shirin Najali; a escritora feminista Jina Khayyer e a cabelereira Liela Khafari. A diversidade de opiniões sobre o tema é maior no jornal carioca, que dá protagonismo à voz das mulheres, por meio de declarações literais, inseridas entre aspas, e representa o tema de forma mais ampla. A pauta foi retomada em 20 de fevereiro, ao reportar a prisão e agressão de Liela por participar

do protesto. A matéria traz também o relato de uma médica cirurgiã iraniana cuja neta de 9 anos havia sido ameaçada de expulsão da escola por não usar o hijab.

Limitar a representação dos movimentos a reivindicações por vestimentas, como feito na Folha de S. Paulo, é não permitir visibilizar a agenda ampla e diversa das mulheres iranianas e a inserção delas na luta política. O veículo ocultou um movimento multifacetado que também clamava por melhores condições econômicas e sociais que, em conjunto, melhoram a vida tanto de homens quanto de mulheres em um país extremamente patriarcal. Através de um enquadramento que salientou unicamente a pauta sobre o véu, as demandas amplas das mulheres foram esvaziadas nas mensagens emitidas pela FSP.

A articulação das iranianas foi um exemplo marcante da maior participação feminina muçulmana nos espaços públicos, movidas pelo desejo de construir e modificar suas histórias, a partir da luta por mais autonomia e liberdade de escolha. No entanto, esse contexto importante sobre os protestos foi ignorado ou incompreendido, dando lugar aos atributos centrais mencionados. O Irã passava por um delicado quadro econômico, situação agravada por tensões entre ele e países ocidentais, questões também ausentes na narrativa do jornal. É necessário levar em consideração que os enquadramentos comunicam não somente pelo que enfatizam, mas também pelo que ocultam. Assim, outros importantes aspectos envolvidos no contexto das manifestações ficaram excluídos.

O véu é enxergado como marcador de diferença oriental e racial. O uso da peça é frequentemente limitado no debate midiático como o símbolo das mulheres muçulmanas, apesar do significado multifacetado que ela envolve, indo desde um marcador religioso a um elemento de definição da identidade cultural e feminina, entre outros (FERREIRA, 2013). Distanciando-se, portanto, da atribuição estigmatizada dos códigos culturais ocidentais de considerá-lo como marca de submissão ou opressão masculina, o que gera uma separação mental entre as livres ocidentais e as aprisionadas orientais. Mesmo entre muçulmanos conservadores há os que defendem o uso do véu como escolha pessoal das mulheres e algumas reivindicam o uso da vestimenta, não como imposição, mas de forma desejada para afirmar a própria identidade (GASPARD, 2007).

Vieses orientalistas tendem a estigmatizar a atuação das mulheres árabes e muçulmanas, caracterizando a luta por igualdade de direitos como marcas ocidentais. Os fatores sociais, políticos e econômicos ficam silenciados. O debate nos jornais não passa por uma contextualização maior, que compare os fatos com situações semelhantes do passado ou aborde a luta feminina no Irã em outros momentos, representando as mulheres iranianas como agentes de mudança política e social.

Pautas femininas também aparecem relacionadas à luta contra o assédio sexual. A Folha de S. Paulo abordou, em 20 de fevereiro, o movimento *#Mosquemetoo*, uma mobilização de milhares de mulheres muçulmanas nas redes sociais relatando abusos sofridos durante peregrinações à cidade de Meca, sagrada para os adeptos do Islã. O movimento ganhou repercussão em escala mundial. A matéria, feita pelo repórter do jornal, Diogo Bercito, traz depoimentos de quatro mulheres expondo os diferentes tipos de abusos sofridos.

A positividade em dar voz a mulheres fragilizadas, no entanto, divide espaço com a menção de que as denúncias teriam aborrecido o Islã. É o que é exposto no subtítulo da notícia, ao afirmar que "Movimento iniciado por publicação de paquistanesa em rede social já reúne milhares de relatos e incomoda Islã". Dentro do texto, a única referência a essa característica é mencionada quando uma das denunciantes dos assédios afirma que alguns colegas de sua religião teriam criticado sua atitude de expor a violência sofrida, sem dar mais detalhes sobre o ocorrido. No entanto, a referência que é feita à religião Islã de uma forma geral a responsabiliza automaticamente como responsável por tentar calar o movimento das mulheres.

A necessidade de se perceber os aspectos sutis das representações no jornalismo é exposto por Soares (2009). O autor discorre que ao reforçar palavras ou imagens que criem associações, as representações tornam certos aspectos de um tema, pessoa ou evento mais memorizáveis para as audiências, conduzindo modos de definição, direcionando interpretações e avaliações de eventos. Assim como é articulado pela Folha, onde um caso particular de crítica ao movimento das mulheres ganha uma construção que o insere como a posição da religião como um todo. Esse é o julgamento a que se pode chegar ao ler o texto; o de que se recorreu à representação mais rápida e simplista sobre a posição de entidades muçulmanas sobre o protesto: a escolha pela tentativa de repressão e silenciamento das mulheres.

A condução interpretativa que é feita ignora que o Islã é composto por diferentes correntes de entendimento sobre temas variados, sendo improvável que uma posição pontual corresponda a de todas as correntes existentes. Entendendo a representação como prática de produção de significados (HALL, 2016), considera-se que as associações emitidas, ainda que de forma aparentemente sutil, ajudam a naturalizar e reforçar vieses sobre a religião no imaginário do público.

Apesar disso, conseguimos identificar um exemplo de foco positivo dado às mulheres durante a cobertura. Trata-se da matéria da Folha de S. Paulo "Veterinárias abrem espaço no Afeganistão", veiculada em 25 de fevereiro. A narrativa conta a história de duas mulheres que trabalhavam como veterinárias na única ONG de resgate de animais no país. Por meio de ações educativas, elas incentivavam outras mulheres a buscarem educação superior e trabalho. No

país, a maioria das jovens tornam-se unicamente donas de casa, consequência das limitações impostas à educação feminina na sociedade fortemente patriarcal em que vivem. A matéria foi assinada por Carolina Vila-Nova, da equipe do próprio jornal. Além de falar de um país médio-oriental pouco abordado durante nosso período de recorte, o texto traz a política de empoderamento feminino como pauta.

A visão otimista e esperançosa sobre as mulheres é uma abordagem rara quando observamos as matérias sobre a região, sobretudo em se tratando de iniciativas encabeçadas por mulheres da própria região, que partilham do mesmo contexto cultural das demais. Elas estavam ocupando postos de trabalho que seriam masculinos, tendo em vista que no país as mulheres ainda são educadas para uma vida voltada somente ao casamento.

Esse tipo de temática, do protagonismo feminino nas lutas por direitos e defesa da igualdade na educação e na ocupação dos postos de trabalho ganhou espaço inferior no agendamento noticioso do Oriente Médio, em comparação com outros tópicos, mas demonstra que o empoderamento feminino é uma luta universal. A busca pelo acesso ao emprego, à educação e contra a violência é compartilhado por mulheres orientais e ocidentais. Trata-se de uma das seletas matérias que conseguem contestar imagens negativas sobre a posição das mulheres no país, como submissas ou passivas. A narrativa, assinada por repórter do próprio jornal, pode indicar que a mudança nas representações sobre o Oriente Médio na imprensa passa pela proximidade maior dos conteúdos dos jornais com a região, se afastando das replicações de agências ou conteúdos norte-americanos, algo que pode ficar enfim refletido em narrativas mais diversas.

As coberturas ligadas às questões de gênero estiveram centradas na ocorrência de novos episódios e desdobramentos, o que desfavorece o debate aprofundado dessas questões nos veículos, quando recursos interpretativos não foram aproveitados. Características distintas das encontradas na cobertura sobre os protestos no Irã e na guerra na Síria, por exemplo, que ganharam um eco maior através de entrevistas, análises e comentários, afastando-se da exclusividade do formato noticioso. Esses aspectos são relevantes para visualizar de que modo o debate sobre gênero foi estruturado.

Por serem veículos de mídia impressa, tínhamos a expectativa de relatos mais expandidos, com espaço para outros pontos de vista, que considerando-se os distintos limites e restrições de tempo e espaço para construção e exibição dos temas, não seriam visíveis em outros meios, como a TV ou o jornalismo online, por exemplo. No caso da cobertura sobre os protestos contra a obrigatoriedade do véu, por exemplo, apesar de ter sido reportado, foi

abordado de forma isolada e com pouca contextualização. Também não ganha continuação em outras edições.

A noção de superioridade ocidental carrega a ideia de que vivemos em uma sociedade mais avançada, ocultando que a luta contra o assédio e pela liberdade feminina seja universal, como é possível constatar observando pautas femininas em diferentes países do mundo. No Ocidente, o estereótipo de mulheres árabes é relacionado a um imaginário popular de submissão e inércia, apesar de seu histórico engajamento político por causas diversas.

A visão de uma possível inércia ou isolamento é contestada por pesquisadoras como Sedghi (2007) e Kian-Thiébat (2008), que ao estudar a relação entre mulheres e política no Irã sublinham a forte participação feminina ao longo da história política do país, onde um dos mais significativos momentos de contestação à assimetria de gênero deu-se em 1906, época de revolução constitucional, quando um projeto de lei de sufrágio feminino foi apresentado ao parlamento. Em 1997, a participação em massa das iranianas derrotou a candidatura do conservador Nateq-Nouri e elegeu um governante reformista. Assim, a luta por direitos políticos, sociais e civis sempre estiveram presentes nos movimentos feministas no OM.

Aspectos mais amplos sobre as mulheres iranianas poderiam ter sido abordados em formatos divergentes dos informativos. Entretanto, no referente às pautas femininas na FSP e em O Globo, a possibilidade de aprofundamento dos temas através de dimensões mais opinativas e interpretativas parece não ter sido aproveitada.

4.2.4.1 Manifesto de jovens israelenses contra serviço militar

Causas defendidas por jovens israelenses estiveram presentes em O Globo, em 21 de janeiro. O jornal reportou o movimento de estudantes que se recusavam a servir ao exército de seu país. O tema ganhou destaque, ocupando a primeira página inteira do caderno Mundo, conforme mostra a imagem abaixo:

Figura 5: Matéria Rebeldes com causa

Mundo

CONFLITO PALESTINO-ISRAELENSE

Rebeldes com causa

Jovens de Israel se recusam a servir no Exército e reacendem debate sobre ocupação

'Eu não acredito que violência possa levar a um lugar seguro'

Fonte: Acervo O Globo, 2021

A matéria ‘Rebeldes com causa’ repercutiu um manifesto assinado por 63 jovens israelenses e endereçado ao primeiro-ministro do país e ao ministro da defesa, posicionando-se contrários ao serviço militar. Os indivíduos, objetores de consciência, pertenciam a um grupo denominado como *refuseniks*. A recusa de ingressar no exército foi uma forma dos estudantes, de ambos os sexos, protestarem contra a atuação de Israel nos Territórios Palestinos.

O texto foi uma matéria especial, da repórter Mirian Sanger, integrante da equipe do próprio jornal. A matéria replica de forma literal trechos do manifesto e a fala de uma jovem signatária. As fontes que apareceram com voz ativa foram Ishai Menhuchin, ativista ligada a uma ONG que abordava o tema da recusa ao alistamento militar, com posicionamento favorável aos jovens; e o diretor da Divisão de Pesquisa da Inteligência Militar de Israel, explicando as possíveis motivações dos estudantes e defendendo que eles representavam apenas uma minoria da população, e que estariam em um percentual pouco significativo.

A capa da editoria traz como complemento uma entrevista, no formato tradicional de perguntas e respostas, com Noa Golan, jovem de 19 anos signatária do manifesto, que permaneceu por três meses presa após se recusar a comparecer ao alistamento obrigatório. Ela conta suas motivações para aderir ao movimento, seu processo de decisão, a reação da família e dos amigos. O título da entrevista dá destaque ao caráter pacifista da atitude da estudante: “Eu não acredito que a violência possa levar a um lugar seguro”.

A exposição do movimento formado por jovens ocupando a página principal da editoria internacional denota o reforço dado à causa defendida por eles. A publicação da entrevista complementando a matéria ajuda a entender a perspectiva dos ativistas sob a ótica de uma delas, abrindo espaço para o protagonismo e voz ativa da fonte. É interessante que o tema apareça a partir do próprio lugar de interpretação da jovem, que na ocasião em questão representava os outros signatários da causa, mas ao mesmo tempo a representava a partir de suas próprias características e vivências.

O agendamento do tema chama a atenção por expressar um prisma pouco exibido na mídia em geral sobre o conflito entre palestinos e o Estado israelense: a de que parte dos cidadãos israelenses são contrários às ações do governo nos Territórios Palestinos Ocupados. A expressão da perspectiva dos civis sobre as ocupações, seja por caráter político, ideológico ou religioso, ganhou um destaque incomum quando olhamos para os assuntos abordados ao longo dos meses de observação, mesmo em se tratando dos conflitos na Palestina, noticiados há décadas.

4.2.5 Representações do Oriente Médio na FSP e O Globo: perspectivas gerais

Concebendo as representações enquanto modalidades de conhecimento que auxiliam na compreensão do mundo, no ambiente jornalístico elas são também construções, formatadas por procedimentos e decisões que vão desde a seleção até a apresentação das notícias. Ao analisarmos a esfera da representação midiática do Oriente Médio na imprensa tradicional brasileira, através das coberturas realizadas no caderno Mundo dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo, detectamos que a abordagem da região passa por diferentes tendências, constatadas através da articulação entre elementos quantitativos e qualitativos na análise.

Olhando comparativamente, tanto na Folha de S. Paulo quanto em O Globo, a abordagem médio-oriental estruturou-se em coberturas predominantemente dotadas do valor notícia de conflitos, inserido nos critérios substantivos de noticiabilidade (TRAQUINA, 2005 ; WOLF, 2008). Vimos uma cobertura cheia de elementos de negatividade, com bombardeios, atentados terroristas, ataques, agressões, entre outras ocorrências que estiveram incluídas nos temas-eixo mais presentes ao longo dos meses de exploração. A região ocupou lugares de destaque no noticiário internacional de ambos os veículos e as coberturas se intensificavam quando ocorriam ações que causavam altos números de mortos ou feridos. A cobertura da Guerra na Síria traz esses elementos, sempre que novos ataques aconteciam.

Além disso, o valor-notícia dos conflitos esteve presente também no sentido de controvérsia, quando identificamos como trocas de farpas e rivalidade entre governos foram destacadas ao longo de coberturas como a Guerra na Síria e os protestos no Irã. Esse aspecto colabora para a manutenção de um clima de constante tensão, disputa e oposição entre Ocidente e Oriente, concepções que são frutos do sistema de crenças orientalista, que tende a solidificar no Ocidente o sentimento de animosidade e medo em relação ao Oriente.

A presença de altos números de notícias carregadas de elementos negativos sobre a região em ambos os jornais indicam, entre outras coisas, a relevância dada a eventos dotados desse valor, o nível de exposição a que o público leitor é submetido ao receber as mensagens e a semelhança como diferentes veículos tratam o mesmo tema. Tais fatores contribuem para o sucesso do agendamento feito sobre a região, tendo em vista que Sousa (2006) destaca a acumulação e a consonância como requisitos fundamentais para esse resultado a longo prazo.

Para Wolf (2008) o mundo jornalístico prefere reportar acontecimentos negativos em vez dos positivos. A presença de uma agenda majoritariamente constituída por elementos dotados de negatividade dialoga, também, com os achados de Magrol e Zamin (2018), que apontaram que 57% das chamadas de capa na editoria internacional do jornal O Globo estavam de algum modo ligados aos valores-notícia de conflito, tragédia e morte.

No que se refere à cobertura dos protestos no Irã, parte do contexto dos fatos foi arrancado das narrativas. Faltaram matérias que enfocassem a situação econômica do país à época, ou números sobre o desemprego e inflação. Estes são elementos importantes que foram invisibilizados na cobertura e que ajudariam a entender o encadeamento das circunstancias que contribuíram para a deflagração das manifestações por várias partes do país. Ademais, em se tratando de um evento com ampla mobilização popular, quase nada foi visto sob a ótica daqueles que eram, de fato, os principais personagens da situação: a própria população.

Foi possível constatar, também, a forte inter-relação entre a agenda midiática e política, não somente na cobertura dos protestos no Irã, mas também em relação à Guerra na Síria, quando os governos ocidentais, sobretudo norte-americanos e europeus, estiveram de algum modo avaliando ou interferindo nesses eventos. Estas são características que refletem a força dos atores ocidentais, tanto como envolvidos na situação geopolítica da região, como enquanto direcionadores do agendamento noticioso nos jornais brasileiros.

Tal aspecto relaciona-se com a presença do valor-notícia da notoriedade (TRAQUINA, 2005), tendo em vista que estamos nos referindo a líderes considerados como relevantes político-socialmente. Quando posicionamentos destacados nos jornais defendem que os povos orientais estão em uma busca por liberdade, valor tido como marca das civilizações ocidentais

hegemônicas, identificamos uma visão que advém de ideias orientalistas que descrevem o Oriente como atrasado ou despótico.

Nesse ponto, consideramos que os conceitos de familiaridade e ancoragem, referentes aos mecanismos inseridos no processo de formação das Representações Sociais, também são úteis para a compreensão da associação feita entre iranianos e a busca por liberdade. Como proposto por Moscovici (2007), as RS desencadeiam-se da necessidade humana de tornar familiar o não-familiar. Ou seja: conferir significado ao que é desconhecido ou incompreendido. É importante lembrar que as notícias sobre o Oriente Médio tratam de uma região distante da grande maioria do público receptor, tanto em níveis de distância geográfica quanto cultural.

De forma geral, a região, suas características, bem como o contexto dos eventos que nela ocorrem são objetos não-familiares, envolto em uma complexidade de fenômenos de ordem política, social e histórica. Decorre daí a necessidade de recursos que Orientem o saber sobre a situação: é disto que se trata a ancoragem. Ela é o recurso que permite tornar a situação compreensível, através de uma ligação entre o não-familiar e algo que o explique e classifique. Em síntese, ancorar indica classificar, categorizar.

Teorizando esses dados, as falas de Trump e Netanyahu associando as reivindicações da população iraniana à uma busca por liberdade, direitos e mudanças são recursos de conferir familiaridade à situação, através da ancoragem feita em valores tido como próprios das sociedades ocidentais. O saber social das representações, nesse caso, permite tornar a situação mais compreensível. Tendo em vista que agora se sabe que o que o povo busca é mudança e liberdade, e que é apoiado, além disso, por um país hegemônico, onde o valor da liberdade é fortemente representado como um de seus maiores símbolos, a não-familiaridade da situação passa a ganhar uma classificação mais clara: o que o povo iraniano busca seria alcançar a liberdade ocidental. Nesse contexto, as declarações apareceram como forma de vincular a situação política no Irã a uma categoria familiar e já existente. Apontam, também, para um incentivo ao movimento de ocidentalização (MACEDO, 2006) da região, na tentativa de se fazer seguir um modelo ocidental, de sociedades supostamente modernas e evoluídas. Tal característica esteve presente tanto em O Globo quanto na FSP.

De modo semelhante, também identificamos a prática da ancoragem na disposição de como a Folha narra a prisão da jovem palestina Tamimi, na qual a associação entre ela e seus familiares a ações definidas pelo jornal como terroristas aparecem como meio de definição e classificação de suas atitudes, recorrendo a um arcabouço de conhecimentos provenientes da estrutura orientalista: a da resistência palestina a agressões como terrorismo. A partir de tal característica, o mito orientalista do terrorismo é empregado como ferramenta de explicação da

situação exposta, e consequentemente como retórica da ameaça e do medo. Sob uma perspectiva de gênero, por outro lado, a abordagem ancora a garota sob os estereótipos da beleza feminina e da fama, meios também usados como forma de esvaziamento de suas ações.

Nos debruçando sobre os dados referentes às origens das matérias, constatou-se que os altos números de conteúdos feitos à distância, bem como a recorrência do uso de agências de notícias europeias e norte-americanas como única origem das produções implicaram em coberturas factuais. Os resultados são semelhantes aos identificados por Castro (2006), que ao observar uma semana de edições do jornal O Globo constatou que 52% das produções do caderno Mundo era composta por materiais frutos de despachos das agências de notícias, além de 11% ter sido reproduzido de outros veículos.

No nosso trabalho, conteúdos de jornais e agências norte-americanas e europeias também tiveram significativa parcela nos conteúdos postos em circulação sobre o Oriente Médio. O material de agências de notícias esteve presente em 44% do conteúdo da Folha de S. Paulo, com a maioria dos conteúdos da britânica Reuters; da francesa Agence France-Presse e da agência estadunidense Associated Press, respectivamente. No jornal O Globo, dezenas de matérias foram publicadas sem autoria, o que em parte atrapalhou nossa identificação das informações sobre a origem delas. Porém, tanto na FSP quanto em O Globo, não identificamos despachos de nenhuma agência oriental, característica problemática, porque demonstra fortemente a influência de empresas norte-americanas e europeias no controle das informações veiculadas em dois dos mais tradicionais jornais brasileiros.

Matérias escritas por repórteres dos próprios jornais O Globo e Folha de S. Paulo, e produzidas *in loco*, permitiram lançar um enquadramento humanista sobre os conflitos na região, abordando as perspectivas dos civis e consequências para a vida deles. No entanto, esse aspecto mostrou-se em quantidade minoritária quando comparado com os dados gerais das coberturas. Apareceram, também, lado a lado com a perspectiva orientalista de descaso com a população. Paradoxalmente, se os relatos da crise humanitária mostram as consequências das guerras e disputas políticas na vida dos cidadãos, também podem reforçar sentidos e interpretações fortalecedores da visão de atraso e descaso na região.

Não identificamos rupturas marcantes com concepções orientalistas. A despeito de encontrar aspectos que nos surpreenderam, como matérias dedicadas às questões de gênero e direitos humanos, estas especialmente não ganharam discussões aprofundadas para o nível de complexidade que demandavam. Embora elas estejam incluídas nos jornais, e indiquem uma possível mudança na agenda de pautas publicadas sobre a região, as lutas das mulheres por equidade de direitos e contra a violência não ganharam um debate mais amplo. Estas, quando

apareceram, traziam a noção de excepcionalidade em meio às ações da maioria das mulheres do contexto retratado: como, por exemplo, a cobertura das manifestações femininas por direitos no Irã e a ação de veterinárias afegãs incentivando a educação superior e trabalho para as meninas e mulheres do país.

Por um lado, vimos pautas que dão luz a temas e personagens pouco exibidos na cobertura da região e, por outro, tais coberturas ainda estão de algum modo ligadas à representação das mulheres médio-orientais como vítimas, vivendo em situações de inferioridade, e à busca por uma certa modernidade tida como modelo ocidental, transformando a representação da resistência feminina ao poder estatal como um ponto de exceção no agendamento midiático. Nos jornais, o enquadramento do envolvimento político das mulheres mantém-se vinculado a uma dimensão de consciência política e feminista como ocidental, ou da luta feminina como um evento pontual na região, e não de resposta ativa dessas mulheres como parte de suas próprias histórias. Especialmente no Irã, o ativismo feminino é parte integrante do desenvolvimento histórico do país, marcado por uma relação dinâmica entre as mulheres e a política [SEDGHI, 2007].

Especialmente no jornal Folha de S. Paulo, em relação ao movimento feminino contra a obrigatoriedade do uso do véu, ele foi limitado a aparecer sem contextualização histórica, social e política, como um movimento pontual. O tratamento dado ao véu como símbolo das manifestações não levou em conta que as mulheres do país fazem uso de estratégias e marcas específicas às suas próprias circunstâncias culturais e locais, que influenciam em seus modos de chamar atenção para suas reivindicações. A não obrigatoriedade do uso do véu mantinha-se atrelada a uma luta ampla por mudanças positivas para a população iraniana de forma geral, como em relação a melhores condições econômicas. Desse modo, desconsiderou-se a discussão do tema dentro do próprio contexto histórico e cultural no qual ele estava inserido.

A resposta midiática que neutraliza a verdadeira dimensão de manifestações populares na esteira da Primavera Árabe é, segundo Zizek (2012), um sintoma da negação feita contra uma parte da humanidade. Estas representações podem auxiliar na manutenção da visão convencional de um Oriente passivo ou de que as pautas ainda ficam ligadas a questões somente culturais e religiosas. Sinalizam, além disso, para um olhar ocidentalizado que tende a relacionar manifestações por direitos aos valores das mulheres ocidentais, quando na verdade, a presença e participação delas em lutas pela equidade de gênero está presente em diferentes sociedades ao redor do mundo. A organização das mulheres orientais é um movimento por direitos universais, como o trabalho e o estudo, mas esse movimento popular, apesar de ter estado presente nas matérias, não foi discutido plenamente. Além disso, a diversidade de

formatos que os produtos jornalísticos podem adquirir, como análises, comentários e artigos, não foi utilizada para debater o tema.

Contrastando os resultados de cada veículo em relação à cobertura da Guerra na Síria, percebemos que a FSP destacou o clima de tensão entre EUA e outros discursos da comunidade internacional no contexto do conflito, elemento que motivou a veiculação de formatos opinativos produzidos pela equipe do próprio jornal, avaliando ações e posicionamentos desses atores políticos. No jornal O Globo, por outro lado, é interessante como a cobertura sobre a Guerra na Síria de modo geral focaliza com frequência o trabalho da Organização das Nações Unidas, a partir das investigações realizadas pela comissão que investiga o conflito sírio, mediação de formas de resolução e responsabilização das nações envolvidas em crimes no contexto da guerra. O espaço dado à atribuição de responsabilidades feito pela ONU, através de seus pronunciamentos e divulgação de relatórios sobre ações dos países denota um enquadramento de responsabilização e de atenção às leis internacionais. Tal aspecto aponta também para a ONU como um dos principais atores capazes de direcionar o agendamento da Guerra na Síria em O Globo. Quando colocadas em contraste, essas são as diferenças e especificidades que mais se sobressaíram.

É de se questionar, no entanto, porque tal interesse pela divulgação do trabalho da ONU na investigação de violações de direitos humanos não mostrou-se presente na cobertura dos conflitos na Palestina, por exemplo, tendo em vista que tratam-se também de uma situação histórica em que crimes contra civis acontecem reiteradamente. As violações já foram demonstradas, por exemplo, em diferentes relatórios da ONU, como o Fragmented Lives (OCHA, 2014) e o Israeli Practices towards the Palestinian People and The Question of Apartheid (FALK; TILLEY, 2017), que denunciaram, entre outras coisas, a fragmentação dos territórios palestinos ocasionados pelas restrições de acesso impostas por Israel, o aumento de confrontos entre manifestantes e forças israelenses na Faixa de Gaza no ano de 2014, além da existência de um apartheid e limpeza étnica cometida através das políticas e práticas de Israel contra o povo palestino.

Com uma produção extensa sobre a violação de direitos humanos, fica a indagação de porquê o trabalho da ONU não foi mencionado em relação às opressões executadas na Palestina. As narrativas que abordaram o sofrimento civil, por exemplo, não informaram sobre tais violações, que ferem padrões internacionais de direitos humanos e são historicamente denunciados pela organização internacional. Na cobertura sobre a palestina Tamimi, característica semelhante é vista, pois ao mesmo tempo que é dada visibilidade à prisão longa da jovem, seus atos de resistência são explicitamente ancorados pelo jornal ao estigma do

terrorismo, elemento que traz em si a busca por deslegitimar as ações dos palestinos em meio a um cenário de conflito e ocupação ilegal por parte de Israel. Enquanto isso, o debate sobre a violação de leis e resoluções internacionais fica ausente no texto.

Narrativas que criticavam a perspectiva ocidental hegemônica dos conflitos em curso na região puderam ser identificadas como elementos excepcionais, ainda que existentes. Entre os exemplos estão a coluna de título "O Irã é o outro", assinada por Guga Chacra no jornal O Globo; o comentário "Cinismo predomina no discurso sobre a guerra civil na Síria", de Diogo Bercito; e a coluna "Tarde demais para salvar a Síria", de Clóvis Rossi, ambas publicadas na FSP. Tais textos apresentaram informações pouco difundidas nas narrativas dos jornais sobre o Irã e sobre a Guerra na Síria, tecendo críticas contundentes especialmente às potências europeias e norte-americanas, dentre elas aos posicionamentos de líderes ocidentais, à passividade e conivência de governos em meio a conflitos sangrentos e à ausência de consideração às perdas de vidas humanas.

O texto de Guga Chacra, em especial, destrinchava em forma de linha do tempo como a estrutura de poder e os interesses políticos dos EUA moldam as relações com o Irã e a construção da imagem deste país ao longo da história, explicando o porquê da atual hostilidade de Trump com o governo iraniano. Ao figurar como exceções, tais narrativas indicam que a grande maioria das apresentadas nos jornais ainda mostra-se alinhada ao posicionamento orientalista ocidental. As responsabilizações feitas pelos colunistas e comentaristas demonstraram que essa estrutura de visão crítica esteve mais presente em narrativas opinativas.

Ainda em caráter comparativo entre os veículos, identificamos semelhanças e especificidades nas narrativas sobre a perspectiva de consequências dos conflitos no OM para as populações. Ambos abordaram, por exemplo, a volta dos moradores à cidade iraquiana de Mossul, após a expulsão do grupo terrorista Estado Islâmico. A Folha centrou o texto no número de mortos e desaparecidos causados por bombardeios iraquianos, estadunidenses e pelo EI, enquanto O Globo trouxe como quadro principal os danos ambientais e os problemas causados na saúde dos moradores.

Os conflitos entre Israel e palestinos também foram abordados sob a ótica civil. Dessa vez, O Globo narrou os efeitos econômicos causadas pelos bloqueios de Israel para a população, como altas taxas de desemprego e a desistência dos jovens nas universidades. Na FSP, temas como a situação de abandono dos curdos na Síria e a mudança de embaixada dos EUA de Tel Aviv para Jerusalém também ganharam espaço sob a ótica dos moradores. No contexto da mudança de embaixada, entretanto, o espaço de fala foi dado somente para israelenses, e não também para palestinos. As preocupações dos israelenses não incluíram receios em relação às

consequências negativas que a decisão traria para milhares de palestinos, limitando-se assim a demonstrarem inquietações e dúvidas de natureza autocentrada.

Em alguma medida, matérias que traziam as consequências dos conflitos para a população trouxeram em conjunto a responsabilização indireta aos atores envolvidos nos eventos, sejam eles grupos terroristas ou governos. Essa responsabilização aconteceu ora através de falas dos próprios cidadãos, ora pela própria construção interpretativa dos textos explicando o contexto dos eventos.

Por fim, através da observação do agendamento dos jornais, as representações identificadas apontam para uma cobertura que em parte se mantém nas bases tradicionais do Orientalismo, evocando a visão da região como majoritariamente violenta e conflituosa. Essa perspectiva pôde ser notada a partir dos quatro temas mais presentes na cobertura, todos relacionados a guerras, mortes e disputas, dotados de elementos negativos. Entretanto, a cobertura ganha nuances atualizadas, ao abordar novas pautas e questões pouco presentes, como as relacionadas ao sofrimento civil, às mulheres e a movimentos populares. Ainda que existentes em caráter minoritário que quando em comparação com outros temas, esses pontos estiveram presentes em ambos os jornais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos ter alcançado de forma satisfatória nosso objetivo geral de identificar as representações do Oriente Médio veiculadas pelos jornais Folha de S. Paulo e O Globo, através da exploração da cobertura e de uma variedade de temas analisados ao longo dos cinco meses de coleta. Confirmamos a hipótese de que o conjunto de representações fornecidos nos veículos ancoram a região sob vieses predominantemente negativos e dotados de concepções características de uma base de ideias orientalistas que se mantém ao longo do tempo, ainda que passe por transformações.

Entre nossos objetivos específicos, nos propusemos a explorar as características da cobertura dada pelos periódicos a assuntos ligados ao Oriente Médio. Essa ação foi realizada principalmente a partir da apresentação e análise dos nossos dados quantitativos relativos à origem e formato das produções jornalísticas, bem como dos temas-eixo mais presentes nas coberturas. Tais elementos permitiram visualizar quais assuntos ganharam destaque nos jornais, como determinadas coberturas foram se intensificando ao longo do tempo, como os jornais fizeram usos dos seus espaços opinativos para discutir a região, bem como de que forma a presença de repórteres posicionados à distância ou *in loco*, outros veículos e organizações produtoras de notícias estiveram inseridos no contexto de construção e apresentação das notícias. Em se tratando do segmento do jornalismo internacional, estes foram elementos que, visualizados em conjunto, mostraram-se necessários para ter um panorama das características da cobertura médio-oriental.

Ainda nesse ponto, as características da cobertura dos jornais O Globo e Folha de S. Paulo foram exploradas a partir do agendamento temático e dos valores-notícia que se destacaram ao longo dos meses de observação. Identificamos a ampla presença do conflito como valor-notícia para a seleção dos acontecimentos que ocuparam lugares de destaque no caderno Mundo dos jornais, além da proeminência dos atores ocidentais como valor que conferiu noticiabilidade a determinados aspectos abordados e orientou a veiculação de análises, comentários e colunas.

Objetivamos, também, verificar a existência de concepções orientalistas nos jornais. Para isso, conferimos atenção à realização de nossa análise qualitativa, que explorou os enquadramentos presentes nas coberturas a partir de categorias que dialogassem com nossa discussão teórica. A partir da análise, pudemos visualizar como os dois jornais fizeram circular narrativas sobre os protestos no Irã, a Guerra na Síria, as consequências dos conflitos para as

populações médio-orientais, além das pautas que reportavam a defesa de causas de gênero e identitárias. Nesses itens analíticos, apresentamos de forma detalhada as características de cada cobertura, sublinhando as representações expressas nas narrativas e os atributos conferidos aos personagens e tópicos abordados. Pudemos constatar a ênfase dada ao enquadramento de disputas de interesses em conflitos, à avaliação e resposta ocidental dos eventos, ao modo como diferentes enquadramentos interpretativos foram organizados nas narrativas, bem como a presença do enquadramento humanista em ambos os jornais.

Por fim, nos propusemos a comparar o agendamento da cobertura dos dois veículos impressos, com a finalidade de identificar possíveis similaridades ou disparidades no acervo de Representações Sociais sobre a região. Sobre esse ponto, foi interessante identificar determinados elementos de mudanças nas representações veiculadas, quando em comparação a vieses orientalistas tradicionais. Como discutido em nosso capítulo teórico sobre o Orientalismo e sua interface com a imprensa, as concepções tradicionais sobre a região são ligadas à elementos de negatividade, como a frequente ocorrência de conflitos, uma possível tendência natural pelo despotismo, o atraso político e social de seus países, além de uma associação direta ao terrorismo e ao fanatismo religioso de suas populações, para citar algumas das tendências de vieses orientalistas mais frequentes nos meios de comunicação, e que já foram discutidas e demonstradas em pesquisas acadêmicas.

Na presente dissertação, no entanto, identificamos a transformação de uma visão orientalista baseada no conflito, no fanatismo religioso e no terrorismo para uma vinculada à ocidentalização. No nosso recorte, o Oriente Médio foi mostrado como palco de manifestações por direitos e liberdade, pelo fim de governos autoritários e por melhores condições sociais e de trabalho, sem necessariamente estar associado a causas de natureza religiosa; o que seria uma possível tentativa de aproximação ao contexto das nações ocidentais, tidas como modernas.

O recurso de ancoragem na ocidentalização da região aparece tanto em O Globo quanto na FSP, quando analisamos matérias voltadas às temáticas sobre conflitos, e também ligadas às questões de gênero e identitárias: os iranianos aparecem querendo melhores condições sociais e renovação política, as mulheres de diferentes países se mobilizando por equidade de gênero e os jovens israelenses exigindo o direito de escolherem livremente por ingressarem ou não no serviço militar de seu país, quando posicionarem-se em desacordo com as ações realizadas por Israel. Assim, o tradicional Oriente “perigoso” e “exótico” passa a ser exibido em um momento novo, de forte mobilização popular em direção a uma transição para a modernidade.

As análises quantitativa e qualitativa, usadas em conjunto, permitiram identificar aspectos sobre a representação da região nos jornais por meio do agendamento e enquadramento dos temas abordados, além dos critérios de noticiabilidade referentes aos valores-notícia. Entendendo as representações midiáticas como construções, nossa análise esteve sempre ancorada aos estudos teóricos sobre o jornalismo, especificamente em uma perspectiva ligada ao *Newsmaking*, inserida no paradigma construcionista. Por conta disso, durante toda a análise consideramos os processos produtivos que constituíram as notícias, intercalando a identificação das representações com nossos dados quantitativos.

Do ponto de vista teórico, nossa análise se fundamentou em uma combinação dos estudos do jornalismo, em relação à construção das notícias no jornalismo internacional; da Psicologia Social, por meio das contribuições em Representações Sociais; e dos Estudos Pós-coloniais, especialmente em relação à tese do Orientalismo. Consideramos útil combinar princípios de diferentes áreas do conhecimento para chegar à concretização dos objetivos que nos propusemos a atingir no trabalho.

Outras questões da cobertura poderiam ter sido exploradas, caso tivéssemos optado por levar em conta processos jornalísticos como o uso de fontes nas notícias, por exemplo, ou categorias de análise diferentes das elencadas. Além disso, também poderia ter sido possível fazer uso de outros modelos metodológicos para explorar os conteúdos midiáticos sobre a região. Como exemplo, podemos citar a Análise de Discurso, útil caso o foco do trabalho tivesse recaído, entre outros pontos, sobre o uso da linguagem e seus efeitos de sentido.

Ao elencar as categorias e proceder a análise, identificamos que as pautas voltadas para questões femininas estavam presentes de forma importante nas matérias, um achado inesperado no momento de construção do trabalho. Nesse momento, chegamos a cogitar fortalecer o referencial teórico que abordasse representações de gênero na mídia, para que a discussão se apoiasse também em outros elementos de debate, mas por questões de tempo que a tarefa demandaria em meio aos prazos para a finalização da análise, optamos por não levar essa opção adiante. Entretanto, acreditamos que este pode ser um ponto levado em consideração na construção de pesquisas futuras.

Se como defendido por Said (2007; 2011), o conhecimento é a base que funda e sustenta o Orientalismo, é também fundamentalmente por meio dele que as concepções advindas deste sistema podem ser superadas, aspectos que passam em grande medida pelos conteúdos dos meios de comunicação. São eles os elementos-chave para que narrativas estereotipadas e orientalistas tenham eficácia, como também para a transformação dessa dinâmica. Decorre disso a necessidade de se continuar a explorar como a imprensa, por meio do jornalismo

internacional, vem pautando os eventos ocorridos em regiões orientais, diariamente presentes nos meios noticiosos.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016

AGUIAR, Pedro. **Apostila de Jornalismo de Agências**. 2015. Instituto de Arte e Comunicação Social. Universidade Federal Fluminense.

_____. **Por uma História do Jornalismo Internacional no Brasil.** In: VI Encontro Nacional de História da Mídia. Anais, 2008. Niterói: Rede Alfredo de Carvalho, 2008. Disponível em: < http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/Por%20uma%20Historia%20do%20Jornalismo%20 Internacional%20no%20Brasil.pdf/view>. Acesso em: 10 jun. 2020.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Xenofobia**: medo e rejeição ao estrangeiro. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

ALDÉ, Alessandra. **A mídia e a Guerra do Iraque**. Revista Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 1-14, 2003.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

APPADURAI, ARJUN. **Dimensões culturais da globalização**. Lisboa: Editorial Teorema, 2004.

ARAD, Yitzar. Sempre soube que um dia eu escaparia e conseguiria chegar à terra de Israel. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 abr. 2018. Caderno Mundo, p. A13.

AZEVEDO, Ana Cristina. Jornalismo internacional. In: PENA, Felipe (org.). **1000 perguntas sobre jornalismo.** Rio de Janeiro: LTC, 2012.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Agendamento da Política. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004.

BAHIA, Ana Lúcia Alves; RIGUEIRA. Marina Rigueira Carlos e. **Internet e reconfiguração da prática jornalística:** a editoria internacional dos jornais Folha de S. Paulo, Estado de São Paulo e em seus respectivos portais. 2010.

BANAJI, Shakuntala. Racismo e Orientalismo: o papel da mídia. In: CORRÊA, Laura Guimarães (org.). **Vozes Negras em Comunicação**: Mídia, racismos, resistências. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 37 - 51.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BASTOS, Fernando; PORTO, Sérgio Dayrrel. Análise hermenêutica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 316 – 329.

BERCITO, Diogo. Cinismo predomina no discurso sobre a guerra civil na Síria. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. Caderno Mundo,15 abr. p. A14.

BIROLI, Flávia. A reprodução dos estereótipos nos discursos jornalísticos. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luiz Felipe. **Notícias em disputa**: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil. São Paulo: Contexto, 2017.

BOECHAT, Yan. Iraquianos voltam para Mossul em Ruínas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 01 abr. 2018. Caderno Mundo, p. A16.

BRANCOLI, Fernando. **Primavera Árabe**: praças, ruas e revoltas. São Paulo: Desatino, 2014.

CAMPOS, Luís; CANAVEZES, Sara. **Introdução à globalização**. [S.L] Instituto Bento Jesus Caraça, 2007.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **Irineu Marinho**: imprensa e cidade. São Paulo: Globo, 2012.

CASTRO, Renata Marques Moreira de. Jornalismo internacional: **A mudança na editoria inter nos últimos 50 anos.** Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Comunicação Social) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Jornalismo, 2006.

CHACRA, Guga. O Irã é o 'outro'. **O Globo**, Rio de Janeiro. Caderno Mundo, 04 jan. 2018, p. 21.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

CHOMSKY, Noam. **A Nova Guerra contra o terror**. Estudos avançados, São Paulo, v. 16, n, 44, p. 5-33, 2002.

_____. **Mídia: propaganda política e manipulação**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

COSTA, Edwaldo. **A ditadura brasileira no tempo**: um estudo dos discursos do jornal O Globo em 1964/1985 e 2014. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/4672>. Acesso em: 12 jan. 2020.

COSTA, Lailton Alves da. Gêneros jornalísticos. In: MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de (Orgs.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010. p.43-83.

DEMANT, Peter. **O mundo muçulmano**. São Paulo: Contexto, 2013.

DUVEEN, Gerard. O poder das idéias. In: MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2007.

FALK, Richard; TILLEY, Virginia. **Israeli Practices towards the Palestinian People and The Question of Apartheid**. ONU. Beirute, 2017. Disponível em: < https://www.middleeastmonitor.com/wp-content/uploads/downloads/201703_UN_ESCWA-israeli-practices-palestinian-people-apartheid-occupation-english.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2021.

FALK, Richard. **Report of the Special Rapporteur on the situation of human rights in the Palestinian territories**. ONU, 2014. Disponível em: <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/A-HRC-25-67_en.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2021.

FERREIRA, Francirosy Campos Barbosa. Diálogos sobre o uso do véu (hijab): empoderamento, identidade e religiosidade. Perspectivas: **Revista de Ciências Sociais**, v. 43, 2013.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. **Verbete O Globo**. Rio de Janeiro: 2012. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/globo-o>. Acesso em: 15 jan. 2020.

FISHER, Rosa Maria Bueno. Foucault. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (org.). **Estudos do Discurso**: perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola editorial, 2013.

FOLHA DE S. PAULO. **Acervo Folha de S. Paulo.** Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 12 nov. 2019.

_____. **História da Folha.** São Paulo [2015?]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/institucional/historia_da_folha.shtml?fill=4>. Acesso em: 04 fev. 2020.

_____. **Da criação do jornal ao futuro digital.** São Paulo: 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/asmais/2016/02/1744105-da-criacao-do-jornal-ao-futuro-digital-veja-95-marcos-da-historia-da-folha.shtml>. Acesso em: 03 fev. 2020.

_____. **Projeto Editorial Folha de S. Paulo**. [S.L.] 2019. Disponível em: <http://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/introducao.shtml?origin=folha>. Acesso em: 15 fev. 2020.

_____. **Saiba o que a Folha pensa sobre os principais temas da atualidade. São Paulo: 2016**. Disponível em <https://m.folha.uol.com.br/poder/2016/02/1744065-saiba-o-que-a-folha-pensa-sobre-os-principais-temas-da-atualidade.shtml >. Acesso em: 15 fev. 2020.

_____. **NOVO MANUAL DA REDAÇÃO**. São Paulo: 1996, 6ª. ed. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_redacao.htm>. Acesso em: 15 jul. 2020.

FONTENELLE, Paula. **Iraque**: a guerra pelas mentes. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

FOUCAULT, Michael. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: Editora Nau, 2005.

FOUCAULT, _____. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

FÜRSICH, Elfriede. **O problema em representar o Outro**: mídia e diversidade cultural. Revista Parágrafo, v.4, n. 1 – jan/jun, p. 51-61, 2016.

GASPARD, Françoise. O véu da disputa. **Mandrágora**, v. 13, n. 13, p. 107-116, 2007.

GERVÁRIO, Ariane C.S. **Jornalismo como poder regional:** Os desafios históricos para a consolidação de um *soft power* de agências de notícias na América Latina. In: IX Encontro Nacional da Mídia. Ouro Preto, 2013.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. São Paulo: Artmed, 2009.

GIELOW, Igor. Pela primeira vez, ato parece vir de fora do sistema islâmico. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 jan. 2018. Caderno Mundo, p. A7.

GLOBO, Grupo. **Princípios editoriais do Grupo Globo**. Rio de Janeiro, v. 6, 2011. Disponível em: < https://oglobo.globo.com/principios-editoriais/>. Acesso em: 25 ago. 2020.

GOMES, Gustavo Rocha. **Noticiário Internacional no Jornal O Globo.** Juiz de Fora: UFJF; FACOM, 2002.

GRINBERG, Keila. O mundo árabe e as guerras árabe-israelenses. In: FILHO, Daniel Aarão Reis; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (orgs.). **O Século XX**: O tempo das dúvidas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 99 - 131.

GUARESCHI, Pedrinho. Representações sociais: alguns comentários oportunos. In: NASCIMENTO-SCHULZE, Clelia Maria (Org.). **Novas contribuições para teorização e pesquisa em representação social.** Florianópolis: Imprensa universitária, 1996. p. 9-35.

GUARESCHI, Pedrinho. **Representações sociais**: avanços teóricos e epistemológicos. Temas em psicologia. n.249, 2000.

GUERRA, Josenildo Luiz. **O Percurso Interpretativo na Produção da Notícia**. São Cristóvão: Editora UFS, 2008.

HABASH, Claudette. Vivo em outro lugar, fora do meu lar; queria que alguém me dissesse por quê. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 abr. 2018. Caderno Mundo, p. A12.

HALL, Stuart. **O Ocidente e o resto**: discurso e poder. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 56, 2016. p. 314-361.

_____. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC- RIO, 2016.

HOBSBAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras: 2007

INTERVOZES, Coletivo. **Media Ownership Monitor Brasil**. São Paulo: 2017. Disponível em: < http://brazil.mom-rsf.org/br/>. Acesso em: 02 out. 2020.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (org.). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p. 17- 44.

J3BRASIL. **Breve história do jornal Folha de S. Paulo**. [SL] 2011. Disponível em: <http://j3brasil.blogspot.com/2011/01/breve-historia-do-jornal-folha-de.html>. Acesso em: 03 fev. 2020.

JÚNIOR, Wilson Corrêa da Fonseca. Análise de conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

KIENTZ, Albert. **Comunicação de massa**: análise de conteúdo. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

KRESCH, Daniela. Ativista adolescente vira símbolo palestino contra soldados de Israel. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. Caderno Mundo, 14 jan. 2018, p. A12.

LAGE, Nilson. **Ideologia e Técnica da Notícia.** Santa Catarina: Insular, 2001.

LUCENA, Rodolfo Reckziegel de. **O clique da notícia**: A história da Folha Online contada por seu design. 2008. 219 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia da Inteligência e Design Digital) – Departamento de Mídias Digitais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Oriente, Ocidente e Ocidentalização: discutindo conceitos. **Revista da Faculdade de Seridó**, v. 1, 2006.

MARQUES DE MELO, José. **A opinião no jornalismo brasileiro.** Petrópolis: Vozes, 1994.

MARQUES DE MELO, José ; ASSIS, Francisco de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Intercom**: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 39, n. 1, p. 39-56, 2016.

MCCOMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda**: a mídia e a opinião pública. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. Um panorama da Teoria do Agendamento 35 anos depois de sua formação. Intercom. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, v.31. n.2. jul/dez. 2008.

MCQUAIL, Denis. **Atuação da mídia**: comunicação de massa e interesse público. Porto Alegre : Penso, 2012.

MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** 1997. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.

MORAES, Dênis de. **Mídia e globalização neoliberal**. Contracampo, Rio de Janeiro, V. 7, p. 7-22, 2002. Disponível em: < https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17332/10970>. Acesso em: 10 out. 2020.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MIGNOLO, Walter. **Desafios decoloniais hoje**. Epistemologias do Sul. Foz do Iguaçu: 2017. p. 12-32.

MOLINA, Matias. **Os melhores jornais do mundo**: uma visão da imprensa internacional. 2.ed. São Paulo: Globo, 2008.

MORTES em protestos agravam a crise no Irã. **O Globo**, Rio de Janeiro, 02 jan. 2018. Caderno Mundo, p. 20.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2007.

NASSER, Reginaldo. Turbulências no mundo árabe: rumo a uma nova ordem? **Revista Tempo do Mundo**. Brasília, v. 3, n. 2, p. 141-170, ago. 2011.

NATALI, João Batista. **Jornalismo Internacional**. São Paulo: Contexto, 2004.

OCHA, Unites Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. **Fragmented Lives**: Humanitarian Overviews. ONU, 2014. Disponível em: < https://www.ochaopt.org/content/fragmented-lives-humanitarian-overview-2014>. Acesso em: 18 abr. 2021.

O GLOBO**. O Globo:** nove décadas olhando para o futuro. Rio de Janeiro, 28 jul. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/o-globo-nove-decadas-olhando-para-futuro-1-16977379>. em: 10 jan. 2020. Acesso em: 07 jan. 2020.

_____. **Princípios editorias do Grupo Globo**. Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: < https://oglobo.globo.com/principios-editoriais/>. Acesso em: 10 jun. 2020.

_____. **Acervo digital O Globo**. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 12 nov. 2019.

OLIVEIRA, Ananda Vilela da Silva. A globalização como meio de ocidentalização do Oriente Médio. **Malala**, v. 4, n. 6, p. 57-70, 2016. Disponível em: < https://www.revistas.usp.br/malala/article/view/122159/118903>. Acesso em: 06 out. 2020.

OLIVEIRA, Fátima; WERBA, Graziela Cucchiarelli. Representações sociais. In: STREY, Marlene Neves et al. **Psicologia social contemporânea.** Petrópolis: Vozes, 2002.

ONDA de protestos no Irã deixa 13 mortos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 jan. 2018. Caderno Mundo, p. A7.

ONU. Resolution 63/30. 23 jan. 2009. **General Assembly**. Disponível em: <https://unispal.un.org/DPA/DPR/unispal.nsf/0/79A7B2136E555A5B852575520052B339>. Acesso em: 17 abr. 2021.

PALMONARI, Augusto; CERRATO, Javier. Representações Sociais e Psicologia Social. In: ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza Santos; TRINDADE, Zeidi Araujo (orgs.). **Teoria das Representações Sociais**: 50 anos. Brasília: Technopolitik, 2014. p. 402-441.

PENA, Felipe. **Teorias do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

PEREIRA, Wellington; MESQUITA, Tarcineide. **As teorias do jornalismo e a leitura do espaço público.** Revista Culturas Midiáticas. n. 07 – Jul-dez/2011.

PEREIRA, Maria de Paula; SANTOS, Giovanna Aparecida Schittini dos. **As representações do 11 de setembro na imprensa brasileira e suas repercussões nos imaginários sociais.** Brazilian Applied Science Review, v. 4, n. 3, p. 1656-1675, 2020.

PESCE, Andressa. **RIO 2016**: representações da cidade no jornal O Globo. Dissertação de Mestrado. 108f. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

PODER360. **Tiragem impressa dos maiores jornais perde 520 mil exemplares em 3 anos.** Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/tiragem-impressa-dos-maiores-jornais-perde-520-mil-exemplares-em-3-anos/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004.
PORTO, Sergio Dayrell. Análise de conteúdo: realidades empíricas medidas pela abstração numérica. In: JORGE, Thaís de Mendonça (org.). **Notícia em fragmentos**. Florianópolis: Insular, 2015. p.11-17

Princípios editoriais. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 mar. 2019. Disponível em: <http://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/principios-editoriais.shtml>. Acesso em: 07 jan. 2010.

RESENDE, Fernando; ROSSIGNOLI, Letícia. **O conflito Israel/Palestina como acontecimento jornalístico**: análises das narrativas do jornal Folha da Manhã (1936/1946). Galáxia (São Paulo), São Paulo, n. 30, 2015.

RIAL, Carmen. Princesas, sufragistas, islâmicas, laicas, onguistas, escritoras – a luta do feminismo no Irã: entrevista com Azadeh Kian-Thiébaut. **Revista Estudos Feministas**. vol 16. n. 1. p. 145-169. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2008000100016&script=sci_arttext>. Acesso em: 7 jan. 2021.

RICCI, Carla. Primavera Árabe na Síria: A correlação de forças na evolução das revoltas populares à guerra civil. **Revista GAE-OMAM**, v. 1, n. 1, 2016.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. Tarde demais para salvar a Síria. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. Caderno Mundo, 15 abr. p. A15.

SÁ, Celso Pereira de. **Núcleo Central das Representações Sociais.** Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

SAHD, Fábio Bacila. **Oriente Médio desmistificado**: fundamentalismo, terrorismo e barbárie. Curitiba: CRV, 2011.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo.** Rio de Janeiro: Companhia de Bolso, 2011.

_____. **Orientalismo**: O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

_____. **Covering Islam:** How the media and the experts determine how we see the rest of the world. Random House, 2008.

_____. The arab portrayed. In: ABU-LUGHOD, Ibrahim A. **The Arab-Israeli Confrontation of June 1967:** An Arab Perspective. Northwestern University Press, 1970. p.1-9.

SAMPAIO, Rafael Cardoso. **Jornal Nacional e Percepção de mídia hostil**: Um estudo da presunção de internautas no YouTube. Comunicação & Inovação, v. 12, n. 22, 2011.

SANDER, Débora Smith. **Jornalismo e a representação do outro**: o muçulmano na cobertura dos atentados terroristas em Paris no jornal Folha de S.Paulo. 2017. 97 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SANTOS, Gabriela Freitas; SCHNOR, Marina Costa; MILAGRE, Rodrigo Pasqualini. A mídia internacional em perspectiva: ensaio sobre a construção e difusão dos mitos. In: MILAGRE, Rodrigo Pasqualini, et al. **Relações internacionais para educadores**. Porto Alegre: UFRGS, v.3, p. 9 – 32, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista crítica de ciências sociais**, Coimbra, n. 78, p. 23 - 72, 2009.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SEDGHI, Hamideh. **Women and Politics in Iran**: Veiling, Unveiling, and Reveiling. New York: Cambridge University Press, 2007.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Correspondente internacional**. São Paulo: Contexto, 2011.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SOARES, Murilo Cesar. Análise de Enquadramento. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2009.

SOUSA, Jorge Pedro. **As notícias e os seus efeitos**: As teorias do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos. Coimbra: Minerva, 1999.

_____. **Elementos de jornalismo impresso**. Porto: 2001.

_____. Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media. Porto: LabCom, 2006.

SOUTO, Fhoutine Marie Reis. **Desafios para a análise do jornalismo internacional.** Aurora: Revista de Arte, Mídia e Política, 2010.

STEINBERGER, Margarethe Born. **Discursos geopolíticos da mídia – jornalismo e imaginário internacional na América Latina.** São Paulo: Editora Cortez-Fapesp, 2003.

TEMER, Ana Carolina Rocha Passo; NERY, Vanda Cunha Albieri. **Para entender as Teorias da Comunicação.** Goiânia: EDFU, 2009.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 2014.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo:** A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

TURBULÊNCIA no Irã. **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 de jan. 2018. Caderno Mundo, p. 20.

VALA, Jorge. A análise de conteúdo. In: SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (orgs**.). Metodologia das Ciências Sociais**. Porto: Edições Enfrentamento, 1989.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2010.

VIZEU, Alfredo Eurico. **Jornalismo e representações sociais**: algumas considerações. **FAMECOS**, n. 30, 2004. p. 1-13.

WAINBERG, Jacques A. **A pena, a tinta e o sangue**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

_____. **Mídia e Terror**: Comunicação e violência política. São Paulo: Paulus, 2005.

WALTZ, Igor. As vozes do Voz das Comunidades: considerações sobre polifonia e dialogismo no discurso da imprensa comunitária. **Fronteiras-estudos midiáticos**, v. 19, n. 2, p. 221-232, 2017.

WOLF, Mario. **Teorias da comunicação.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 7-72.

ZAHREDINNE, Danny; LASMAR, Jorge Mascarenhas; TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa Teixeira. **O Oriente Médio**. Curitiba: Editora Juruá, 2011.

ZIZEK, Slavov. **O ano em que sonhamos perigosamente**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

APÊNDICE A – TEMAS-EIXO NOS JORNAIS FSP E O GLOBO

Lista de temas-eixo presentes na Folha de S. Paulo	Nº de matérias
Guerra na Síria	38
Conflitos Israel e Palestina	19
Protestos no Irã	9
Acordo nuclear iraniano	13
Turismo de evangélicos na Terra Santa	3
Estupro e morte de paquistanesa geram manifestações	1
Prisão de jovem palestina por agressão a soldados israelenses	2
Estado próprio para a Palestina	1
Conflito entre Líbano e Israel	2
Conflito entre Israel e Irã	4
Parceria Israel e países árabes	2
Corte de verbas dos EUA para a Palestina	2
Consequências da expulsão do EI de Mossul	3
Acidentes aéreos na Turquia	3
Atentados em Bagdá	3
Futebol promove aproximação entre crianças judias e árabes	1
Príncipe saudita é libertado após prisão em hotel	1
Lei sobre nazismo motiva polêmica entre Polônia e Israel	3
Palestina arquiteta criação de uma cidade planejada	2
Papa recebe Erdogan e discute Jerusalém	1
Al Qaeda lança revista feminina	1
Aniversário da Revolução Iraniana	1
Turquia sentencia acusados de tentativa de golpe político	2
Maconha medicinal em Israel	1
Premiê israelense é suspeito por corrupção	2
Protestos de mulheres iranianas contra obrigatório do véu	1
Queda de avião no Irã	2
Mulheres relatam abuso sexual em Meca	1
Caça russo é avistado em base na Síria	1
Abertura de embaixada dos EUA em Jerusalém	3
Mulheres veterinárias no Afeganistão	1
Israel planeja deportar imigrantes ilegais africanos	3
Relação Israel e Brasil	3
Acidente de avião no Irã	3
Guerra no Iraque	3
Eleições no Egito	3
Arábia Saudita indica apoio a Israel	2
70 anos da fundação de Israel	7
Eleições na Turquia	3
Atentados no Afeganistão	4
Presidente da Autoridade Palestina faz declarações antissemitas	3

Lista de temas-eixo presentes em O Globo	Nº de matérias
Guerra na Síria	52
Conflitos Israel e palestinos	11
Protestos no Irã	12
Acordo nuclear iraniano	14
Reabertura de cinemas na Arábia Saudita	1
Jovens israelenses recusam serviço militar	2
Ataques terroristas no Afeganistão	2
Guerra no Iêmen	3
Filme libanês concorre ao Oscar	1
Ataque de Israel ao Estado Islâmico no Egito	1
Protestos de mulheres iranianas contra obrigatório do véu	3
Conflitos entre Líbano e Israel	4
Consequências da expulsão do EI em Mossul	3
Morte de ativistas no Irã	1
Premiê israelense é suspeito por corrupção	3
EUA critica Israel	1
Conflito Israel e Irã	4
Mudança de embaixada dos EUA para Jerusalém	3
Médicos brasileiros atendem feridos na Síria	1
Israel assume ataque na Síria	1
Eleições no Egito	3
Guerra no Iraque	2
Israel planeja deportar imigrantes ilegais africanos	3
Ataques do Estado Islâmico	3
Turismo em Israel	1
Visita de príncipe saudita à Europa	2
Morte de jornalistas em atentado no Afeganistão	1
Prisão de princesa em Dubai	3
70 anos da fundação de Israel	4
Atriz israelense recusa-se a receber prêmio	1
Presidente da Autoridade Palestina faz declarações antissemitas	3
Espionagem israelense nos EUA	1
Eleições no Líbano	2